

## O fenómeno austríaco ou talvez nem tanto

Todos se dizem preocupados, mas poucos analisam as causas que levaram um terço dos austríacos a votar num partido de inspiração nazi.

■ Anabela Fino

Pág. 25

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 10 de Fevereiro de 2000 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1367 • Director: José Casanova

## Reuniu o Comité Central do PCP

# XVI Congresso marcado para 8, 9 e 10 de Dezembro



Págs. 5, 15, 16, 17 e 18

# Uma grande afirmação do Partido!

## A flexibilidade ou as novas formas de exploração

■ Maria Alberto Branco

Pág. 19

## Militares brasileiros treinam guerrilha EUA inimigo potencial

■ Miguel Urbano Rodrigues

Pág. 23

## Nas condições britânicas O IRA disse «não!» a Blair

■ Manoel de Lencastre

Pág. 24

## Na próxima quinta-feira

# O «Avante!» remodelado

Após intensa preparação, aí está a esperada remodelação do nosso jornal. É já na próxima quinta-feira que o «Avante!» sai à rua com nova arrumação e grafismo, com novo tratamento de artigos e diversificação de colaborações, novidades que visam todas enriquecer o jornal, proporcionar-lhe nova imagem e maior facilidade de leitura, alargar a sua influência.

Mantendo o seu perfil de semanário de âmbito nacional, vincando a sua qualidade de jornal político – órgão central do PCP – dedicado à causa dos trabalhadores e do socialismo, o «Avante!» continua a ser a voz dos trabalhadores portugueses, dos seus anseios e lutas, do seu Partido.

Em altura de aniversário, o «Avante!» renova-se. E apresenta-se procurando alargar a sua divulgação e chegar a maior número de leitores, não apenas nas bancas mas através da venda militante. Para isso contamos com o empenhamento das organizações do Partido, muitas das quais já se preparam para uma ampla campanha de difusão.

# O Partido, o Congresso e a luta

**N**um partido com as características do PCP, a realização de um congresso – reunião do órgão supremo do Partido – constitui um acontecimento da maior relevância. Trata-se de um muito particular momento da vida do Partido, de um momento em que o colectivo partidário é chamado, nomeadamente, a pronunciar-se e a decidir sobre a linha política, a traçar as orientações que entenda necessárias no que respeita à vida do Partido, à sua orientação e organização, a eleger o Comité Central, organismo que dirigirá a actividade do Partido no intervalo dos congressos.

Trata-se, também, de um acto que, pela forma como é concretizado, é revelador do funcionamento do Partido, na medida em que os três dias de duração da reunião do Congresso são antecedidos por um processo singular no quadro partidário nacional: um processo no qual se pretende e é imperioso que participe o maior número possível de militantes, um processo de intenso debate e reflexão – debate que se quer amplo, participado, democrático; reflexão que se quer profunda, criativa, responsável.

Daí a importância da decisão tomada pelo Comité Central do PCP, na sua reunião do passado fim-de-semana, de convocar para os dias 8, 9 e 10 de Dezembro o XVI Congresso.

**A**s três fases, interligadas e complementares, em que decorrerá o XVI Congresso, visam precisamente conferir à sua realização esse conteúdo participativo indispensável para o apuramento correcto e rigoroso do nosso pensamento colectivo. Com efeito, é esse o caminho que conduzirá à análise aprofundada dos grandes problemas do País e do Mundo e das perspectivas de luta social e política e à definição clara da alternativa de esquerda por que lutamos e dos caminhos para a alcançar; é esse o caminho certo, igualmente, para imprimir à intervenção política do Partido e à sua ligação às massas, uma maior dinâmica e uma maior capacidade de iniciativa; é esse o caminho necessário, ainda, para desenvolver e reforçar a organização, para impulsionar o maior envolvimento e responsabilização dos militantes, para prosseguir o processo de rejuvenescimento e de renovação das diversas estruturas orgânicas e directivas do Partido – são estes os caminhos, enfim, capazes de conduzir ao reforço da capacidade de atracção política e ideológica do PCP, a uma ainda maior afirmação do PCP como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, insubstituível na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País e na luta pela democracia e pelo socialismo. E porque estes são caminhos em que o colectivo é quem mais ordena – e são, por isso mesmo, os mais inovadores, os mais modernos, os mais democráticos; e estão, por isso mesmo, na essência da prática e dos métodos de funcionamento do PCP – muitas são as razões que suportam a convicção de que os objectivos traçados pelo Comité Central para o Congresso serão atingidos. E muitas são as razões para que o colectivo partidário construa e erga este Congresso numa perspectiva de grande confiança na força dos valores, dos ideais e do projecto do Partido e numa clara afirmação da sua identidade.

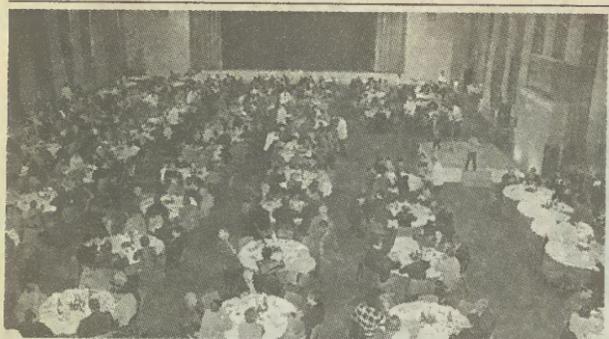
**O XVI Congresso do Partido é a grande tarefa deste ano para todo o colectivo partidário. Tarefa que, como salienta o Comité Central, deverá ser articulada e complementada com a intervenção, a dinâmica de luta e a acção geral do Partido.**

**R**eforçar o Partido é, em resumo, o objectivo essencial do XVI Congresso. E basta olhar para a situação política nacional para ver a importância que assume esse reforço.

Como assinala o comunicado do Comité Central, o Governo do PS prossegue e acentua a sua política de direita – uma política com um iniludível conteúdo de classe, zeladora fiel dos interesses dos grandes grupos económicos, penalizadora zelosa dos interesses e dos direitos de quem trabalha e vive do seu trabalho, características estas que o Governo do engenheiro Guterres faz questão de vincar fortemente na proposta do Orçamento do Estado para 2000. Entretanto, arrasta-se e agrava-se a crise na justiça, na saúde e noutras áreas da vida nacional; ex-ministros lavam na praça pública – mas sem consequências – a roupa suja de inconfessáveis práticas governamentais, designadamente a sujeição do Governo a lobbies e grupos de interesses; e outras situações escandalosas, da mesma família da anterior, são abafadas por um cerrado manto de silêncio. Também o programa da Presidência Portuguesa da União Europeia é revelador dos objectivos que fazem correr o Primeiro-Ministro: com Lisboa a «fingir» que é capital da União Europeia e António Guterres interpretando o melhor que sabe o papel de Presidente do Conselho Europeu, os

principais problemas que o país enfrenta são excluídos da agenda da Presidência (e muitos deles são do país e da UE), aumenta a escala de militarização da Europa e a degradação do exercício da soberania e da independência nacionais e o Governo do PS apresenta-se disponível para colaborar num processo de reforma das instituições que visa dar mais força aos grandes países e enfraquecer os pequenos na condução da União Europeia.

**T**udo isto evidencia, como acima se disse, a importância e a necessidade do reforço do PCP. De facto, mostra a realidade que o PCP tem sido, é – e, obviamente, continuará a ser – a grande força da oposição de esquerda à política do Governo do PS e o grande protagonista da luta por uma política de esquerda. Isso é bem visível na forte, dinâmica, responsável e diversificada acção do Partido, quer no combate à política de direita quer na apresentação de propostas concretas visando a resolução de problemas dos trabalhadores e do povo, quer ainda na dinamização e no apoio às lutas dos trabalhadores e das populações. E basta olhar para o plano de acções, tarefas e linhas de trabalho para o futuro imediato enunciado pelo Comité Central, para se verificar que é nessa mesma perspectiva que se desenvolverá a actividade dos comunistas. Actividade que terá que ter em conta, como é evidente, várias importantes iniciativas partidárias como sejam a Festa do Avante, a Festa da Alegria, a campanha nacional de fundos, a campanha de promoção e difusão do Avante... e, naturalmente, o XVI Congresso do Partido, a grande tarefa deste ano para todo o colectivo partidário. Tarefa que, como salienta o Comité Central, deverá ser articulada e complementada com a intervenção, a dinâmica de luta e a acção geral do Partido – como compete ao congresso de um partido que em todos os momentos e em todas as situações está onde deve estar.



Grande jantar-convívio em Loures, com Carlos Carvalhas

## RESUMO

### 2 Quarta-feira

O PCP apresenta na Assembleia da República um projecto de lei propondo um subsídio para professores contratados ■ Nuno Delerue, ex-deputado do PSD acusado de fraude fiscal durante o Governo de Cavaco Silva e cujo caso foi arquivado agora, afirma que os poderes Ministério Público são «excessivos e incontroláveis» e exige ser indemnizado ■ Sindicalistas do SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa), manifestam-se em Lisboa exigindo a vinculação de docentes nos estabelecimentos de ensino públicos ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros belga afirma ser admissível uma Europa sem Áustria caso este país cometa «actos contrários aos princípios europeus».

### 3 Quinta-feira

O PCP, em conferência de imprensa, anuncia o lançamento de uma iniciativa que visa acabar com a pena de morte em todo mundo, apelando ao apoio do Estado português, da União Europeia e da ONU a esta iniciativa ■ O presidente austríaco dá posse ao governo que integra elementos de extrema-direita ■ António Guterres anuncia, após uma audiência com Jorge Sampaio, que Portugal deixará de realizar reuniões a nível bilateral com a Áustria ■ É viabilizado, por voto secreto, o levantamento da imunidade parlamentar ao deputado Miguel Macedo, envolvido no processo das «viagens-fantasma» ■ O ministro britânico da província autónoma da Irlanda do Norte anuncia que a assembleia da região vai ser substituída devido ao IRA não iniciar o seu desarmamento.

### 4 Sexta-feira

Realiza-se um jantar-convívio da Concelhia de Loures do PCP, com a participação de Carlos Carvalhas, que junta mais de 600 pessoas ■ A Telecel e a Oni chegam a acordo para fazer frente à Portugal Telecom ■ A Casa do Gaiato nos Açores é alvo de uma investigação do Ministério Público devido a denúncias de maus tratos a sete crianças ■ Joerg Haider afirma que a UE «tem necessidade da voz da Áustria» e ameaça vetar as decisões da União ■ As forças russas hasteiam a bandeira da Federação em Grozni após os rebeldes terem decidido abandonar a cidade ■ A China comemora o seu fim de ano, entrando no ano do Dragão.

### 5 Sábado

Reúne o Comité Central do PCP ■ Jorge Sampaio inaugura um memorial aos militares portugueses mortos durante a guerra colonial ■ António Guterres nega que a posição da presidência portuguesa da

UE em relação à coligação no governo austríaco tenha sido pressionada pelo «eixo» Paris-Berlim ■ Um agente noticioso britânico publica uma série de documentos que provam a implicação de altas patentes militares indonésias na violência de antes e pós-referendo em Timor ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros austríaco garante que não recorrerá ao veto para impedir a tomada de decisões da União Europeia ■ Confrontos em Mitrovica (Kosovo) entre albaneses e sérvios provocam dez mortos.

### 6 Domingo

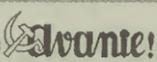
O Comité Central do PCP marca XVI Congresso do Partido para os dias 8, 9 e 10 de Dezembro, em Lisboa ■ Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa, reafirma que o PCP vai votar contra o Orçamento de Estado 2000 ■ O presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, adianta que o general Wiranto será perdoado de todos os crimes de que seja acusado ■ A organização humanitária Human Rights Watch, após a realização de um inquérito exaustivo, divulga que os bombardeamentos da Nato no Kosovo provocaram cerca de 500 mortos civis ■ Haider põe a hipótese de pedir uma investigação parlamentar contra os partidos da oposição, que acusa de «mobilizarem» o estrangeiro contra sua entrada no governo.

### 7 Segunda-feira

Partem, finalmente, as tropas portuguesas para Timor, após a partida ter sido adiada por cinco vezes ■ João Carrascalão apresenta a sua demissão do Conselho Consultivo Nacional da UNTAET e acusa esta organização de «tomar decisões contra a vontade do povo timorense» ■ Haider afirma, em conferência de imprensa, que acredita na hipótese de «nos tornarmos no primeiro Partido» ■ É assassinado, em Belgrado, o ministro da Defesa jugoslavo.

### 8 Terça-feira

O PCP apresenta um projecto de resolução na AR que visa rever o Regimento da Assembleia da República ■ Uma sondagem feita na Áustria divulga que 70 por cento dos austríacos apoiam o novo governo ■ Wiranto volta a afirmar que não aceita qualquer tipo de responsabilidade em relação a Timor e recusa demitir-se ■ O governo israelita declara o estado de emergência no norte do país e aumenta os ataques ao Líbano ■ É libertado um refém do avião afegã desviado domingo passado, mantendo-se no entanto o diálogo com os raptos ■ O Tribunal de Londres aceita um recurso contra a libertação de Pinochet e dá autorização formal para se solicitar uma revisão judicial do processo.



Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

Proletrários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Sacro Pereira Gomes, 3  
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Sacro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90 — 21 781 71 91.  
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
— 1169-161 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
— 1169-161 Lisboa.  
Telef. 21 815 34 87/815 35 11  
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. 21 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. 21 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Le. 227 — 4470 Maia  
Telef. 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa  
— Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa  
— Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

Composição e impressão  
Heka Portuguesa, SA  
Campo Razo  
2710 — 139 Sintra  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Telef. \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Onze palavras

Em entrevista ao jornal britânico «The Independent» (de 4/2), o Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, acaba de declarar que «passo a passo, a Comissão é como um governo em crescimento».

E começemos então por dizer que nos provocam algum embaraço inicial estas curtas mas suficientes onze palavras deste Professor de Economia que uma italianíssima conjura do seu aliado Massimo D'Alema apeou da presidência do governo de Itália e empurrou para o alto cargo que agora ocupa, com a bênção zelosa do Partido Socialista Europeu e do Partido Popular Europeu.

É que não sabemos o que é mais justo e urgente de relevar: se a sinceridade da confissão, se a oportunidade – com a questão da Áustria em foco – que foi escolhida para a fazer. Seja como for, estas onze palavras deveriam chegar para fazer reflectir todos aqueles que, de boa fé, porventura tenham embarcado na floresta de enganos e dissimulações com que, ao longo dos anos, muitos dos principais arquitectos e tenores da «construção europeia» têm procurado negar a real existência da marcha para um projecto federalista.

A verdade pura e simples é que, quer os vejamos como um rebanho de lobos ou como uma alcateia de cordeiros, estes arquitectos e tenores desta «construção europeia» há muito que demonstram ser a oligarquia mais manhosa e cínica que a Europa conheceu desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em épocas de susto e aflição, como a que viveram a propósito do Tratado de Maastricht, logo se desdobram em pungentes propósitos de ponderação e revisão sobre os percursos a seguir no futuro, logo proclamam que é preciso uma maior atenção e respeito pela sensibilidade dos povos, logo juram que a participação e o envolvimento dos cidadãos é vital para não cavar mais fossos de distância e desconfiança.

Passado o susto, e depois de terem entorpecido algumas almas com a sua afirmada discordância verbal de qualquer projecto de Estados Unidos da Europa e com umas distinções especiosas e uns floreios de ciência política sobre o «modelo original» desta «construção europeia, logo voltam à mesma, como sempre foi sua intenção. Passo a passo, como eles dizem, porque, de facto, de passo em passo tem o federalismo enchido o papo.

■ Vítor Dias

## A história não acontece

Heródoto, a quem nos habituámos a chamar «o pai da história», descobriu a importância de relatar por escrito acontecimentos que de outro modo se perderiam para sempre. Cinco séculos antes da nossa era, fundou assim uma nova disciplina do conhecimento humano a que chamamos história. Constantemente invocada, quantas vezes para defender o inverdadeiro, o falsamente interpretado, ou o cuidadosamente revisto para manipular pensamentos ou torcer movimentos – no entanto ela existe. Mas não no estado puro, como um qualquer elemento surgido da natureza. Um célebre abordador da história, de seu nome Karl Marx, dizia que «a história não faz nada, não luta em nenhuma batalha. Não é a história, mas sim o ser humano vivo e real, que tudo faz, tudo possui e luta por tudo. A história não passa da actividade humana, que visa os seus próprios objectivos». Isto é tão verdade como dizer que o mérito do tempo é o daqueles que o vivem. E estamos a viver tempos que exigem a nossa atenção e o nosso merecimento.

Defrontamos hoje o determinismo de uma automeada modernidade que segue o caminho errado de falhadas profecias. Arguto e aliciador, o capitalismo faz todas as promessas de ideias caducas, sabendo bem que não as pode cumprir. Mais: na sua avidez de lucro, vai matando a galinha de ovos de ouro. Hoje não se reduz apenas à exploração da força de trabalho, mas ameaça destruir o próprio mundo. É suicidário? Sem dúvida, mas não voluntariamente. Não é preciso ser adivinho para ter a sagacidade de compreender que o perigo a que o sistema capitalista expõe a humani-

dade nunca foi tão grave, tão vasto, tão... globalizante. Tão falho de ideias quanto cego de futuro. Que, contra o prometido à exaustão, as desigualdades alcançarão níveis planetários nunca vistos. E porque não fomos atingidos pela cegueira, temos nas nossas mãos a responsabilidade não só de alertar mas a de lutar contra ela. A história faz-se por actos humanos capazes de alterar caminho. Não ambicionamos a falsa harmonia de ficção científica de um «admirável mundo novo». Mas temos o direito – e o dever urgente – de fazer ecoar os acordes da «sinfonia do novo mundo». Somos portadores de ideias tanto mais valiosas quanto adquirem sempre novas sequências no olhar atento da realidade. O capitalismo tem imposto ao mundo muitas formas de escravidão. Nós propomos os muitos caminhos de libertação.

Somos orgulhosamente herdeiros das ideias do socialismo, nascidas com o primeiro homem que fez frente à exploração. A nossa herança há-de repartir-se igualmente por todos os seres humanos. Sem tornas. Rapidamente ou passo a passo, mesmo remando contra a maré. É que a história não acontece. São os homens que a fazem. Então façamo-la. Em cada dia, em cada hora, em cada luta que possa ajudar a transformar o mundo.

Como contribuir melhor para esse caminho? É nisso que devemos pensar na reflexão colectiva que para nós significa a preparação de um congresso.

■ Aurélio Santos

# TIMOR

## Inoperância da Cooperação

Há cerca de 4 meses que as tropas da ONU entram em Timor Lorosae após inúmeros massacres da população, da deportação de dezenas e dezenas de milhares de timorenses e da destruição quase total da base económica do território.

Com a entrada das tropas da ONU no território e a posterior evolução dos acontecimentos, o tema Timor Lorosae foi perdendo muito do seu impacte inicial nos media. Em Portugal o movimento popular de solidariedade perdeu força organizada, embora sem se ter perdido o sentido da necessidade da solidariedade. A extraordinária e poderosa afirmação do movimento popular de solidariedade foi sendo substituída por notícias referentes às organizações mais ou menos institucionais, incluindo a de algumas ONG que inscrevem a sua actividade na sombra do governo.

O governo tem-se limitado a fazer declarações mais ou menos ambíguas sobre Timor-Leste, não trazendo para a opinião pública elementos reais e verdadeiros que alertem, por um lado, para a verdadeira situação no terreno e, por outro lado, para a importância da necessidade da cooperação institucional e da solidariedade popular. Ora a situação no terreno é tremenda e já podia e devia ser bem diferente. A fome continua a campear. Os deportados continuam na sua grande maioria deportados. A reconstrução do país praticamente não começou, assinalando-se que nem sequer placas de zinco disponíveis em Timor foram distribuídas às populações para erguer os tectos do que resta das habitações.

Paralelamente desenvolvem-se políticas e comportamentos que, em nosso entendimento, devem ser denunciados com muita firmeza. Referimo-nos muito claramente à marginalização dos timorenses dentro da sua própria pátria. O recurso a técnicos franceses, australianos, belgas, alemães e outros para tarefas de responsabilidade a nível da administração com a quase exclusão dos timorenses é inaceitável. E é igualmente inaceitável que haja restaurantes só para certas nacionalidades e que os timorenses não possam eles próprios ter as mesmas oportunidades de exercer negócios e outras actividades lucrativas.

Mas para além destes factos é chocante que certas empresas australianas ou americanas contratadas para levar a cabo determinadas acções subcontratem empresas indonésias que voltam assim a Timor Lorosae.

A cooperação portuguesa também apresenta as suas manchas de vergonha: anda mal e a passo de caracol. O hospital português praticamente não funciona e muitos dos seus serviços, como já foi noticiado, são inaceitáveis, por falta de meios, valendo a coragem e a disponibilidade dos médicos e enfermeiros. O atraso e a inoperância da cooperação atingiu tal limite que nem sequer foi capaz de colocar um tecto na sede do CNRT, a instituição que representa o povo timorense.

O governo português tem sérias responsabilidades no actual estado de coisas em Timor. O comissariado do padre Melícias falhou. Ninguém percebe o que está a fazer. Não se vislumbram até agora acções concretas que ajudem a resolver problemas das populações. O governo prima pelo silêncio, quando era necessário o seu esclarecimento aos portugueses. Parece que depois de Outubro tudo passou a ser normal em Timor Lorosae, quando naquele território muita coisa se mantém inalterável.

As responsabilidades sobre a situação global recaem sobretudo sobre as Nações Unidas. São das Nações Unidas porque têm a administração do território, cabendo-lhe dirigir o período de transição até à entrega da soberania ao povo timorense. Assim o que devia suceder era a preparação dos quadros e dos dirigentes timorenses com vista a poder futuramente dirigir o país e não a distribuição de cargos e postos em função de interesses burocráticos e administrativos das Nações Unidas. Só isso pode explicar que os timorenses continuem a morrer de fome e de subnutrição. Só isso explica o mal-estar crescente entre a juventude de novo discriminada dentro do seu próprio país.

As Nações Unidas que chegaram tarde ao território (depois do consentimento dos indonésios) não estão a cumprir de modo correcto o seu papel e poderão estar a contribuir para que os timorenses desacreditem no seu futuro.

Cabe à opinião pública, aos movimentos sociais de paz, de solidariedade e cooperação denunciar a situação e mobilizar forças e energias para que o povo timorense possa viver livre e sem ingerências, o mais cedo possível.

■ Domingos Lopes



Foto: Jorge Caria

## SEMANA

## Ministro jugoslavo assassinado a tiro

Pavle Bulatovic, ministro da Defesa do governo jugoslavo chefiado pelo presidente Slobodan Milosevic, foi assassinado esta semana a rajada de metralhadora, quando jantava num restaurante de Belgrado, a capital. O atirador desconhecido disparou de uma janela, pondo-se imediatamente em fuga e desaparecendo nos meandros das ruas da cidade. A morte

de Bulatovic, que tinha 52 anos, provocou a reunião imediata e de emergência do Governo jugoslavo, que considerou que o seu ministro da Defesa fora «vítima de um acto terrorista», afirmações que se articulam com a exigência feita horas antes pelo ministro adjunto dos Negócios Estrangeiros, Nebojsa Vujovic, para que a Kfor (força militar de paz

da ONU que ocupa o território do Kosovo) e a Minuk (missão civil também da ONU) acabassem com «o terrorismo albanês no Kosovo». Só no passado fim-de-semana, a violência étnica fez oito mortos e numerosos feridos na população sérvia de Kosovska Mitrovic, cidade do Norte do Kosovo que está dividida em duas zonas, uma albanesa e outra sérvia.



## Tropas portuguesas partem para Timor

Partiu, finalmente, na passada segunda-feira o primeiro contingente de 210 militares portugueses com destino a Timor-Leste, onde vão integrar a força de «capacetes azuis» da ONU que irá substituir a INTERFET na segurança do território durante este período de transição até à indepen-

dência efectiva. O envio deste primeiro contingente de militares portugueses foi adiado seis vezes, sobretudo por falta de resposta da ONU em fornecer o transporte para as tropas portuguesas. Perante o arrastar dos sucessivos adiamentos, as autoridades portuguesas resolveram fretar aviões da TAP para transportar os militares portugueses, na expectativa de que a ONU reembolse o Estado português em dois milhões de contos, o custo total da operação de envio dos 700 militares portugueses que irão integrar o contingente de «capacetes

azuis» da ONU, dos quais este 210 homens são o primeiro destacamento a partir. Assim, nos próximos dias estão agendados mais dois voos com militares portugueses rumo a Timor Lorosae, estando igualmente garantida a partida de um grupo de 40 agentes da PSP, também em missão no território. Segundo uma fonte oficial da ONU, a substituição da INTERFET pelo destacamento de «capacetes azuis» estará concluída até dia 23 do presente mês de Fevereiro, estando previsto que estas forças integram, no mínimo, 8500 homens de

diversos países, 700 dos quais são portugueses. Cabe aos «capacetes azuis» acompanhar todo o processo até à independência total do novo Estado independente de Timor Lorosae. Entretanto, o administrador do território por parte da ONU, o brasileiro Sérgio Vieira de Melo, tem acentuado as suas críticas aos países que oficializaram o compromisso de doar dinheiro para a reconstrução de Timor-Leste, mas que continuam sem concretizar essa ajuda, sublinhando a urgência em realizar a reconstrução e reorganização do território.

## Piratas desviam avião afegão

Um Boeing 727 da companhia aérea do Afeganistão foi desviado por um grupo de oito piratas do ar fortemente armados, quando realizava um voo interno no passado domingo entre a capital, Cabul, e a cidade de Mazar-e-Sharif, no Norte do país, com mais de 170 pessoas a bordo. O aparelho, sob as ordens dos assaltantes, fez sucessivamente escala no Uzbequistão, onde foi reabastecido de combustível, no Caza-

quistão e em Moscovo, seguindo depois para Londres, destino final desde o início definido pelos piratas do ar, que exigem do Governo dos talibã a libertação de Ismail Khan, uma figura importante da resistência antitalibã que está nos cárceres dos novos senhores do Afeganistão desde 1997. Os talibã - os chamados «estudantes de teologia» - são fundamentalistas islâmicos que desencadearam uma ofensiva no Afeganistão a partir de 1994 e apoiados pelo Paquistão, conquistando a maior parte do país pela força das armas e impondo um regime fundamentalista islâmico que ultrapassou em

ferocidade e obscurantismo o próprio Irão dos tempos mais brutais do ayatholla Khomeyni. A milícia islamita talibã acusa o seu principal adversário, o comandante Ahmed Shah Massoud, de estar por trás do desvio do avião, mas a oposição afegã desmentiu esta acusação, enquanto os talibã já fizeram saber que não aceitam qualquer negociação com os assaltantes. O Governo de Londres continua a negociar com os sequestradores, que mantêm em seu poder 157 pessoas, após terem libertado oito, continuando sem saber quer a identidade quer todos os objectivos dos sequestradores.

## Cheias em Maputo provocam catástrofe

Maputo, a capital moçambicana, está há vários dias sob chuvas ininterruptas que já causaram as maiores cheias desde 1951, lançando toda a área metropolitana no caos. Segundo os primeiros balanços, há dezenas de mortos e cerca de 100 mil pessoas em situação dramática, numa cidade que tem cerca de 900 mil habitantes. O Governo moçambicano vai procurar acomodar as pessoas desalojadas

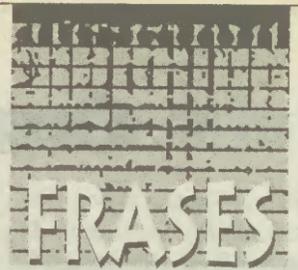
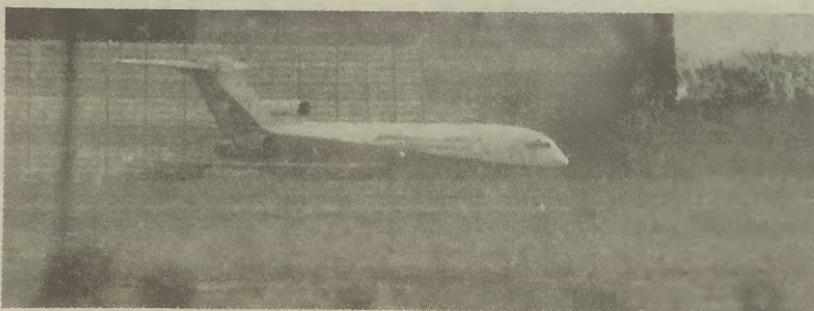
pelos cheias em tendas, escolas e casas disponíveis, mas a falta de infra-estruturas, equipamentos e meios está a tornar muito difícil a resposta à tragédia, que já foi declarada calamidade pública. O primeiro-ministro, Pascoal Mocumbi, afirmou, entretanto, que eventuais pedidos de ajuda internacional só serão feitos depois da avaliação dos estragos e de todas as consequências das cheias.



## Tropas russas conquistam Grozni

Após uma dura ofensiva militar de seis meses, milhares de bombardeamentos maciços e um número indeterminado de mortos, as tropas federais russas conseguiram conquistar a cidade de Grozni, capital da república independentista da Tchetchénia, que se encontra praticamente arrasada após largos meses de cerco e bombardeamentos aéreos e terrestres quase ininterruptos levados a cabo pelas forças russas. Todavia, a situação na Tchetchénia continua longe de estar resolvida a contento de Moscovo, dado que os independentistas tchetchenos continuam a resistir no Sul da república, procurando agora alcançar as montanhas para, a partir daí, prosseguirem uma guerra de guerrilha, aliás, à semelhança do que fizeram no conflito anterior

com as tropas russas, no sangrento confronto de 1994-96 que terminou com milhares de mortos e a humilhante retirada das tropas enviadas por Moscovo, sob uma derrota que o poder no Kremlin nunca «digeriu». Recorde-se que esta nova ofensiva russa na Tchetchénia teve o duplo objectivo de, por um lado, erradicar o terrorismo islâmico que, alegadamente, se refugiaria na Tchetchénia e causou mais de 300 mortos civis em atentados perpetrados em Moscovo e outras cidades russas e, por outro, acabar com as pretensões independentistas da Tchetchénia.



“Quero aproveitar este momento para assegurar a Portugal que não deixaremos de julgar os responsáveis [pelos crimes em Timor-Leste]. Mas também quero dizer que o chefe das Forças Armadas, por muito culpado que seja, por muito que tenha errado, era o comandante supremo e nós respeitá-lo-emos. E será amnistiado, perdoado, depois de ter sido julgado culpado.”

(Abdurrahman Wahid, Presidente da Indonésia, *Diário de Notícias*, 7.2.00)

“Não haverá perdão para os outros generais, oficiais, militares, milícias, povo. Estes terão de ser julgados e de aceitar as sentenças. Perdão, somente para o general Wiranto.”

(idem, *ibidem*)

“O nazismo foi a face mais abominável e hedionda do fascismo. (...) Por isso mesmo, o mínimo que os actuais dirigentes dos países democráticos europeus devem fazer, perante o advento e ascensão de movimentos políticos que manifestam clara simpatia por Hitler e pelo nazismo, é proclamar publicamente a sua apreensão e firme repúdio (...)”

(Alfredo Barroso, *Expresso*, 5.2.00)

“[Os movimentos de extrema-direita na Europa] não surgiram ontem nem emergiram por acaso. O caldo de cultura em que eles chafurdam tem vindo a ser metodicamente cozinhado e os seus ingredientes são conhecidos: o rumo actual da globalização e mundialização; a brutal concentração do dinheiro e da riqueza em poucas mãos; o poder crescente dos grandes grupos empresariais e transnacionais, fundidos em oligopólios e monopólios; a sujeição cada vez mais evidente do poder político ao poder económico; (...) a tibieza dos governos; a progressiva abdicação e a crescente indiferenciação dos partidos que dominam a cena política e se acotovela ao centro; a veneração dos políticos pelo capital financeiro; a desregulação e a especulação desenfreadas; as privatizações galopantes; o triunfo do fundamentalismo neoliberal; a ineficácia do combate ao desemprego; os níveis elevadíssimos de pobreza; a generalização da precariedade dos postos de trabalho; a destruição progressiva e obsessiva do Estado-providência (...)”

(idem, *ibidem*)

“O proposto no Orçamento para o ano corrente ultrapassa o admissível, e dele só pode resultar uma conclusão: este Governo não quer promover qualquer justiça fiscal!”

(Octávio Teixeira, *Diário Económico*, 7.2.00)

“O OE-2000 constitui uma advertência séria de que estamos a falhar por incapacidade de contenção de despesas e de definição de um regime mais eficaz e mais decente dos impostos.”

(Medina Carreira, *idem*)

“Existem três tipos de orçamentos de Estado: «orçamentos bons», «orçamentos maus» e «notas de débito». A proposta que foi apresentada recentemente pelo Governo inclui-se neste último grupo.”

(João César das Neves, *Diário de Notícias*, 7.2.00)

## Reuniu o Comité Central do PCP que convocou o XVI Congresso

# Para uma grande afirmação do Partido

O Comité Central do Partido Comunista Português, reunido no passado fim-de-semana, procedeu a uma primeira abordagem das questões relacionadas com o processo de preparação do XVI Congresso e anunciou a sua realização para os dias 8, 9 e 10 de Dezembro próximo, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa. A partir de agora estão lançados os trabalhos da reunião magna dos comunistas portugueses.

Para além da análise da situação política e social e da apreciação da actividade desenvolvida ultimamente pelo PCP, o Comité Central, que aprovou no final dois documentos - um sobre a matéria analisada e resoluções tomadas (ver páginas 15 a 18) e outro como nota de trabalho que servirá para o debate inicial dos militantes e organizações - centrou grande parte da sua atenção na discussão da preparação do Congresso que, salientou, «constitui uma grande tarefa deste ano para todo o colectivo partidário». Esta grande tarefa será, porém, e como sempre, articulada e certamente enriquecida «com a intervenção, a dinâmica de luta e a acção geral do Partido».

Conforme se pode ler no documento tornado público, o Comité Central decidiu que a preparação do Congresso vai decorrer em três fases «interligadas e complementares». A primeira, a decorrer de Fevereiro a Maio e procurando envolver «o maior número de organismos e militantes através de iniciativas diversas», visa «a análise de problemas, suscitando a sua reflexão» e «a elaboração de propostas e o debate sobre os principais temas, ques-



tões e ideias a que o Congresso deve dar resposta». A segunda fase decorrerá em Maio e Junho. Durante esse período, o Comité Central, «tendo em conta a análise dos contributos recolhidos» na fase anterior, «definirá as questões fundamentais que os organismos executivos deverão integrar na elaboração de documentos a aprovar» pelo CC e que posteriormente serão submetidos, para debate, aos militantes e organizações do Partido. Abrirá então, com o início do debate em todo o Partido dos projectos de documentos aprovados pelo CC, a terceira fase, durante a qual se procederá à eleição dos delega-

dos ao Congresso «em conformidade com o regulamento previamente aprovado pelo Comité Central. Esta fase «terá início em finais de Setembro/começos de Outubro, logo após a publicação dos documentos no «Avante!», que deverá abrir um espaço dedicado à intervenção dos militantes do Partido».

O documento aprovado pela reunião do Comité Central, tornado público nas suas linhas gerais pelo Secretário-geral do PCP ao fim da tarde de domingo, salienta que o Congresso marcado para Dezembro «deve ter como objectivo realizar um grande esforço para imprimir uma maior dinâmica e iniciativa na intervenção política do Partido, na sua ligação aos trabalhadores, aos jovens e a outras camadas sociais, alargar a sua influência social, política e eleitoral, reforçando o seu poder de atracção política e ideológica, numa perspectiva de grande confiança na luta pelos seus valores, ideais e

projecto e de afirmação da sua identidade».

«Neste quadro», sublinha o Comité Central do PCP, «é objectivo do Congresso o desenvolvimento e o reforço da organização partidária, o envolvimento e responsabilização dos militantes, a continuação do rejuvenescimento e

comunicação social, de outros pontos aprovados no documento do Comité Central, que sublinhou e valorizou «a crescente afirmação do PCP como a grande força da oposição de esquerda e da luta por uma política de esquerda, visível na forte, intensa e diversificada intervenção do Partido no combate à política de direita, na apresentação de propostas concretas visando a resolução de problemas, na dinamização e no apoio activo às lutas dos trabalhadores e das populações».

O Comité Central confirmou, após a análise a que procedeu ao Orçamento do Estado para o ano corrente e que a Assembleia da República se prepara para discutir e votar, a posição já publicamente divulgada da Comissão Política, que assumiu claramente a rejeição deste OE e o consequente voto contra por parte dos deputados comunistas.

Dedicando parte substancial do documento que aprovou às questões levantadas pelo programa da Presidência Portuguesa da União Europeia que decorrerá até Junho, o CC do PCP «considera particularmente grave que questões como o alargamento da União Europeia a Leste e alguns dos sérios problemas que o País enfrenta - nomeadamente nas pescas, no sector têxtil e na agricultura - não tenham merecido do Governo português o necessário esforço para que fossem incluídos como temas centrais na agenda da Presidência».

### Intensa iniciativa e intervenção partidária

Carlos Carvalhas deu também conta, na declaração à

O CC alerta para a «acentuação das orientações federalistas» na UE, que «vai de par com a concretização de um conjunto de medidas tendentes a dotar a União Europeia de uma Política Comum de Segurança e Defesa, nomeadamente com a criação de novas estruturas político-militares, numa preocupante escalada de militarização da Europa».

O documento aprovado refere-se, mais adiante, à «gravidade da situação decorrente da formação do novo governo austríaco», considerando que «a entrada no governo da Áustria de um partido da extrema-direita causa profunda inquietação e indignação, sendo legítimo e necessário que, no plano das forças políticas e da opinião pública, tal decisão seja politicamente criticada e condenada».

Depois de lembrar que se não deve perder de vista «as causas provavelmente determinantes do êxito eleitoral daquele partido», o Comité Central do PCP adianta que «não pode deixar de considerar-se como um perigoso precedente e como uma atitude contraproducente que instâncias da União Europeia ou um conjunto de Estados europeus se arroguem o direito ou expressem a pretensão de funcionarem como entidade supranacional de tutela de decisões soberanas de cada povo e país».

Por fim, o documento do Comité Central que hoje publicamos na íntegra refere-se à forte intervenção do Partido que é necessário prosseguir e ampliar e apela ao especial envolvimento das organizações e militantes do PCP nas variadas iniciativas e linhas de trabalho já programadas.

O CC marcou para 1, 2 e 3 de Setembro a realização da Festa do Avante!, recordou que a realização da Festa da Alegria, em Braga, em 7, 8 e 9 de Julho, requer a solidariedade das diferentes organizações regionais do Partido e decidiu a realização de uma Campanha Nacional de Fundos, entre Março e Outubro, «com vista a assegurar os recursos financeiros à campanha de difusão do Avante!, à intervenção e comunicação do Partido e às despesas com a realização do XVI Congresso».



O Comité Central do PCP anunciou a realização do XVI Congresso do Partido para os dias 8, 9 e 10 de Dezembro, em Lisboa

## EMIGRAÇÃO

### «Namoro» oportuno

O movimento associativo não deve ser sujeito a «manobras de cariz eleitoralista», afirma a organização do PCP em França, a propósito da reunião promovida pela direita francesa, no sábado passado, no Senado de Paris.

Lembrando que, há cinco anos, os partidos da direita francesa combatiam a participação dos emigrantes nas eleições locais, os comunistas afirmam que o seu «namoro» hoje à comunidade portuguesa tem como objectivo «instrumentalizar» o seu voto, contando com a convivência de forças políticas portuguesas. Por sua vez, na Bélgica, a organização do PCP promoveu um jantar/debate com a participação do deputado comunista no Parlamento Europeu Joaquim Miranda.

No decurso do debate, que contou com uma numerosa assistência, foram abordadas as mais questões mais candentes da política nacional e internacional, designadamente a Presidência portuguesa da União Europeia e a última Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC).

## VIANA DO CASTELO

### Minorar assimetrias

Considerando o PIDDAC como um dos mais importantes instrumentos para o investimento da administração central, a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP pretende que ele rompa, este ano, com a prática de agravar «as assimetrias regionais» e aumentar a distância entre as regiões atrasadas e as mais desenvolvidas.

Para obstar a esta situação, os comunistas apresentam um conjunto de propostas de investimento a introduzir no PIDDAC, designadamente para a implementação de Programas de Qualificação Profissional, de Revitalização da Educação de Adultos e de Valorização da Qualidade da produção Agrícola e para o lançamento de um Programa de Apoio aos Idosos e aos Deficientes.

Dentro do limite de um milhão de contos, a DORVIC vai, ainda, requerer junto do Grupo Parlamentar do PCP um conjunto de investimento em infra-estruturas nas áreas da saúde, das acessibilidades, da cultura e do desporto.

## CAPARICA

### Falta segurança

A população residente na freguesia de Caparica, concretamente na zona do Plano Integrado de Almada e Monte de Caparica, vem há muito reivindicando a construção de um Posto da PSP na zona. Só na área do P.I.A., servida pelo quartel da GNR da Trafaria (a 10 km de distância), vivem hoje cinco mil famílias. Tudo se tentou para sensibilizar o Governo - abaixo-assinados da população e dos comerciantes, diligências da Câmara e da Junta de freguesia, um requerimento do Grupo Parlamentar do PCP ao ministro da Administração Interna - sem que houvesse qualquer resultado.

Entretanto, os equipamentos colectivos (parques infantis, Escolas, Abrigos, etc.) são destruídos, os comerciantes, idosos e jovens são assaltados e ameaçados em pleno dia.

«Basta!», diz a Comissão de Freguesia de Caparica do PCP que, lembrando as promessas do Governo, exige a construção urgente do posto de PSP.

## SALVATERRA DE MAGOS

### População deve ser ouvida

A Comissão Concelhia de Salvaterra de Magos do PCP está solidária com a população de Foros de Salvaterra, em luta para impedir que a JAE e a BRISA imponham um traçado da A13 contrário à sua vontade.

O PCP manifesta ainda a sua discordância frontal com a solução encontrada pelo Governo de substituir a via rápida por uma auto-estrada que, afinal, não contribui para um real desenvolvimento económico do concelho, quer pelo menor número de vias de acesso às rodovias que servem o concelho quer pela cobrança de portagens que impõe. Para os comunistas, a via rápida era «a opção mais adequada às características do concelho», pois minorava as graves questões de impacto ambiental e permitia «encontrar soluções rodoviárias enquadráveis no tipo de desenvolvimento que se pretende para o município».

## GANDRA

### Aumentos injustos

Por sua vez, a Comissão de Freguesia de Gandra do PCP considera que os aumentos dos preços das portagens das auto-estradas prejudicam os utentes da A4, entre Porto e Amarante, nomeadamente quem utiliza o troço entre Campo e Porto.

A BRISA anunciou um aumento médio de 1,8% mas para um habitante de Gandra que entre na portagem de Campo para o Porto e utilize uma viatura ligeira ele é de 25% e para uma viagem entre Porto e Amarante de 7,5%.

O PCP repudia, pois, esta injustiça, defendendo que lhe seja posto fim.

## Saúde

# Está nas nossas mãos agir

«A situação em muitos centros de saúde e unidades hospitalares ofende os direitos dos utentes e dos próprios profissionais da saúde», diz o folheto informativo que o PCP está a distribuir, desde segunda-feira, por todo o País, na semana que dedicou aos problemas da saúde.

De facto, a prestação de cuidados de saúde às populações é cada vez mais deficiente, designadamente ao nível dos hospitais onde, por falta de medidas adequadas, a situação piora dia a dia.

Um caso paradigmático é do Hospital de Portimão que, inaugurado há seis meses, vive num completo caos, pela enorme carência de médicos, enfermeiros, técnicos e pessoal auxiliar que nem o recurso a médicos e enfermeiros espanhóis é suficiente para suprir.

O Governo não acatou em devido tempo a dotação do hospital com o pessoal necessário ao seu normal funcionamento, acusa a Comissão Concelhia de Portimão do PCP, lembrando como consequência desta incúria os serviços encerrados (Unidade de Cuidados Intensivos e Urologia), os equipamentos que não funcionam ou o risco de encerramento da Maternidade por falta obstetras.

Mas os problemas não ficam por aqui: o atendimento de urgência em Pediatria é feito muitas vezes por clínicos gerais, há enfermarias fechadas e consultas sistematicamente adiadas e enormes listas de espera em algumas especialidades. O próprio edifício foi mal projectado, precisando de obras de adaptação urgentes em vários serviços.

### Bragança

Idênticas queixas surgem em Bragança, onde se acentua a degradação geral dos cuidados primários de saúde, pela redução constante do número de médicos

e serviços, nomeadamente nos postos médicos de Bemposta/Mogadouro, Argoselo/Vimioso e Izeda/Bragança. As listas de espera no Hospital Distrital de Bragança são cada vez mais

nos, nomeadamente médicos (148), enfermeiros (150) e outros técnicos superiores», que as infra-estruturas, estão «desadequadas» e o equipamento técnico «não é o suficiente».

### Guimarães

No Hospital da Senhora da Oliveira, em Guimarães, o congestionamento provocado pela

hospital e os centros de saúde. Aliás, dados de 1999 apontam para uma média diária de 350 consultas no Serviço de Urgência.

No fim da visita, Agostinho Lopes reclamou a instalação urgente da Escola Superior de Saúde de Braga, de forma a evitar o recurso a médicos e enfermeiros estrangeiros, como é prática daquele Hospital.

### Castelo Branco

Em Castelo Branco, o Hospital Amato Lusitano passa por uma grave crise de gestão, traduzida na acentuada degradação do edifício, na recusa na admissão de doentes, no mau ambiente de trabalho e na luta pela privatização da gestão.

Sem qualquer explicação, são interrompidos trabalhos suplementares que os cirurgiões vinham realizando para reduzir as listas de espera, ninguém repara as avarias dos equipamentos e a falta de recursos humanos na UCIP e nas Urgências - com cerca de 300 ocorrências diárias - levam a crescentes dificuldades no seu funcionamento.

À falta de explicação para esta crise, há quem adiante a hipótese de se estar perante uma luta pelo poder entre pessoas ligadas ao PSD e ao PS, que provoca o caos e serve os intuítos de quem defendem a privatização da gestão hospitalar. Pelo que a Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP exige medidas urgentes que ponham fim a esta grave situação.

### Esposende

Em 1990, um acordo tripartido assinado entre o Governo, a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia fez entrega a esta última instituição do Hospital de Esposende que, a partir de 1994, passou a funcionar como única unidade hospitalar do concelho, deixando de prestar à população um serviço público e gratuito de saúde.

Porém, antes da entrega, o Governo e a Câmara Municipal fizeram avultados investimentos nas instalações do Hospital que, na opinião da Comissão Concelhia de Esposende do PCP, «nada contribuíram para a melhoria dos serviços prestados».

Como exemplo da «péssima gestão hospitalar», o PCP lembra, por exemplo, o encerramento decidido Santa Casa da Misericórdia dos serviços de urgência e de internamento do Hospital, nos dias 31 de Dezembro e 1 de Janeiro últimos, «como se de uma unidade industrial ou comercial se tratasse».

Esposende precisa urgentemente de melhores e permanentes serviços de saúde, diz o PCP, exigindo do Governo, da Câmara, da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal e da Direcção do Centro de Saúde que acabem com a «indiferença» que têm mantido face à situação.

É preciso e é urgente  
**MELHOR SAÚDE!**

A situação em muitos centros de saúde e unidades hospitalares ofende os direitos dos utentes e dos próprios profissionais da saúde.

■ Inadmissíveis listas de espera;  
■ Falta de qualidade e de humanização da prestação de cuidados de saúde;  
■ Encerramento e horários inadequados de muitos serviços;  
■ Preço elevado dos medicamentos;  
■ Crescente e dispendioso recurso a serviços privados de saúde, bem como o pagamento de análises e de outros meios complementares de diagnóstico.

Sabe que os portugueses pagam directamente do seu bolso mais de 40% das despesas de saúde, (para além de que desembolsam através dos impostos), (para além de que desbolsam através dos impostos), quando a média da União Europeia não ultrapassa os 25%?

Há mais de quatro anos que o PS tem a responsabilidade pela área da saúde e a situação está à vista de toda a gente.

E não aparecem quaisquer indícios que os novos responsáveis pelo Ministério da Saúde sigam uma política de regeneração do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Bem pelo contrário.  
O processo de reforma do SNS, que estava a dar os primeiros passos, foi completamente paralisado.  
Tem sido feitas nomeações para altos cargos de figuras ligadas a entidades interessadas na privatização do Serviço Nacional de Saúde.  
Cresce o volume de recursos públicos canalizados para os grandes interesses privados que paralisam o SNS.

demoradas e continua por cumprir a promessa de construção de novos Centros de Saúde em algumas sedes de concelho, obrigando a constante corrupção de ambulâncias a caminho de Vila Real, Amarante e Porto.

A Comissão Distrital de Bragança confirma a justeza das suas denúncias com as declarações feitas à «Voz do Nordeste» pela própria Coordenadora da Sub-Região de Saúde, em que reconhece a «falta de recursos huma-

fluência diária de utentes que esperam conseguir consulta naquela unidade hospitalar, torna os seus corredores quase intransitáveis.

Isso mesmo pôde constatar o deputado do PCP eleito pelo distrito de Braga, Agostinho Lopes, que, em visita àquele hospital e depois de falar com o seu director, admitiu existir «uma sobrecarga de utentes no Serviço de Urgência, OBS e Internamentos», apesar da colaboração entre o

## CAMARADAS FALECIDOS

### Augusto Pedroso

Faleceu no Barreiro, no passado dia 3 de Fevereiro, com 88 anos, o camarada Augusto Pedroso, organizado na freguesia do Alto do Seixalinho. Operário da CUF, ingressou no Partido no começo dos anos trinta e demonstrou sempre um notável espírito de solidariedade e uma grande dedicação ao seu Partido. Mais conhecido, nos últimos tempos, por Ti Augusto, participava habitualmente nas iniciativas partidárias, destacando-se por levar sempre consigo a bandeira do Partido no cimo de uma vara com grande comprimento.

### Carlos Alberto Félix

Faleceu recentemente, com 63 anos de idade, o camarada Carlos Alberto Félix. Foi delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do distrito de Lisboa até Novembro de 1977. Fez parte da Comissão de Trabalhadores da Mague. Foi do executivo da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo, onde exerceu a função de Secretário. Membro do Partido desde 1974, fez parte da Comissão de Freguesia do PCP de Alverca do Ribatejo, freguesia onde estava organizado.

### Joaquina Caeiro Galante

Faleceu a camarada Joaquina Caeiro Galante. Viúva do camarada Manuel Gonçalves, participou, antes do 25 de Abril e com o seu companheiro, nas tipografias clandestinas. Actualmente estava organi-

zada na freguesia do Monte de Caparica, concelho de Almada.

### Luís Pereira Lopes

Faleceu, no dia 1 de Fevereiro, com 68 anos de idade, o camarada Luís Pereira Lopes, empregado de escritório reformado, natural de Algés. Membro do Partido desde 1977, pertenceu à célula da NCR - Sector de Informática. Actualmente estava organizado na freguesia de Algés.

### Luís Rocha

Faleceu, no passado dia 18 de Janeiro, o camarada Luís Rocha, membro da Comissão de Freguesia de Arroios. Activista do movimento associativo, foi dirigente do S. L. Benfica e era actualmente dirigente do Clube Estefânia. Activista também das Comissões de Base de Saúde, era editor do seu Boletim.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

### Rectificação

Na notícia divulgada na nossa última edição sobre a morte do camarada António Guerra, onde se lê que era natural do Baixo Alentejo, deve ler-se Baixo Ribatejo e onde se lê Manuel Teixeira Pires Carvalheiro, deve ler-se Dias Carvalheiro.

Pelos lapsos, apresentamos as nossas desculpas.

PCP

TAP

# PCP propõe inquérito



Adão Barata falou do imenso trabalho desenvolvido pela autarquia

## Loures confia no futuro

Mais de 600 pessoas encheram o Pavilhão Paz e Amizade no jantar de «Ano Novo» promovido pela Comissão Concelhia de Loures do PCP, com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Inserido num plano de iniciativas iniciado em Novembro passado, que inclui nomeadamente as Jornadas Autárquicas aos fins-de-semana nas freguesias do Concelho que culminarão no dia 25 de Março no «Fórum CDU Loures XXI», o jantar veio confirmar a confiança e a determinação com que a organização partidária encara o seu trabalho e o futuro do Concelho gerido pela CDU.

Adão Barata, Presidente da Câmara Municipal de Loures, na intervenção que então produziu, referiu-se ao intenso trabalho realizado pela Câmara, ao processo de luta pelo Hospital de Loures e à actualização negativa do Governo no acompanhamento da criação do Município de Odivelas, que retirou importantes meios financeiros a Loures sem que este município esteja a ser compensado pelo pagamento dos investimentos e despesas realizadas posteriormente à criação do Concelho de Odivelas.

Carlos Carvalhas encerrou esta participada e animada iniciativa com uma intervenção onde deu especial ênfase às iniciativas do PCP na Assembleia da República, abordou o Orçamento de Estado e as lutas dos trabalhadores.

Uma delegação do PCP, integrando o secretário-geral, Carlos Carvalhas, os deputados António Filipe e Lino de Carvalho, e um dirigente da Organização de Lisboa, Dias Coelho, deslocou-se na sexta-feira passada à TAP, onde se encontrou com o Conselho de Administração e com as organizações representativas dos trabalhadores da empresa.

No fim destes encontros, Carlos Carvalhas, em declarações à comunicação social, mostrou-se preocupado com a situação da TAP e com o seu futuro «pois, como é sabido, a Swissair ficou com uma minoria de bloqueios, o que significa que a TAP não pode tomar mais nenhuma decisão sem que o parceiro esteja de acordo».

O secretário-geral do PCP lembrou que, há um ano, quando se fez a primeira aliança, o conselho de administração disse que essa era a melhor maneira para a TAP se transformar numa «empresa saudável e com uma rentabilidade acrescida». Ora o que se verificou foi que «não foram tomadas providências» e «quer em relação ao sistema de reservas quer em relação às vendas, elas foram desmanteladas abruptamente e a TAP começou a ter quase que mensalmente dois milhões de contos de prejuízos». Onde isso não se verifi-

cou, como é o caso de Inglaterra, «os prejuízos foram muito menores», demonstrando que houve «nesta parceria uma precipitação muito grande».

A delegação do PCP foi recebida «muito urbanamente» pelo Conselho de Administração da TAP, que prestou informação no sentido de dizer quais as razões por que a TAP escolheu este parceiro e por que fez este negócio mas... «naturalmente que são umas questões muito gerais». Quando se entra mais no particular, «as dúvidas subsistem».

O PCP tem, também, uma grande preocupação com «aquilo a que se chama a criação de empresas» mas que os trabalhadores dizem ser, no fundo, «o desmantelamento da TAP», uma vez que em relação aos postos de trabalho e ao futuro dessas próprias empresas «nada está assegurado».

Mas além do mais, diz Carlos Carvalhas, existe em todo este



Na opinião de Carlos Carvalhas, a parceria escolhida pela TAP foi «precipitada»

processo «uma falta de transparência muito grande», tanto em relação ao parceiro escolhido como, inclusivamente, a todos os passos que foram dados. Do ponto de vista dos comunistas, «não há garantias» e os elementos de informação recolhidos, quer da parte da administração quer da parte da comissão de trabalhadores, confirmam que o PCP presta um serviço ao país, à TAP e aos trabalhadores, requerendo na Assembleia da República uma comissão de inquérito parlamentar a todo este processo.

E é isso que o PCP vai fazer: «requerer uma comissão de inquérito à TAP e a todo este

processo. Isto é, à parceria escolhida e a todos os elementos que se verificaram e conduziram a esta situação, aos prejuízos da TAP e naturalmente a todo este quadro».

Instado a comentar se o PCP considera que poderia ter sido feito um melhor negócio, Carlos Carvalhas respondeu que o que PCP quer é precisamente ter elementos, já que os elementos fornecidos não são nada satisfatórios. Há muitas contradições e até documentos que são fotocopiados em parte, «há afirmações produzidas inclusivamente por altos responsáveis do Governo que são contraditórias».

## Quadro Comunitário de Apoio Algarve quer mais participação

Recentemente reunida em plenário, a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP discutiu as principais tarefas que se lhe colocam pela frente nos próximos tempos: o XVI Congresso do Partido, a realizar em Dezembro, as eleições autárquicas de 2001, a recuperação dos atrasos existentes na acção do movimento social, particularmente do movimento sindical, e o reforço, rejuvenescimento e dinamização da acção das várias estruturas do Partido.

No que respeita à situação política, económica e social da região, os comunistas deram particular atenção às verbas a atribuir ao Algarve no futuro Quadro Comunitário de Apoio, considerando que tão importante como o montante das verbas são as formas e mecanismos que asseguram a sua eficaz distribuição regional e a sua aplicação no concreto.

De facto, em relação ao II QCA, os montantes geridos na região não só foram todos aplicados como faltaram verbas para executar os projectos definidos. Assim, no que respeita ao III QCA, o que está em causa é o facto de apenas uma pequena fatia dos 490 milhões de contos prometidos para o Algarve - 90 milhões -, ser gerida por órgãos regionais. A

aplicação da parte restante fica dependente da vontade e operacionalidade do poder central, sendo que, por exemplo no QCA anterior, ela não foi além dos 30% do que inicialmente havia sido previsto.

O anúncio feito pela ministra do Planeamento, da nomeação de um conjunto de gestores para gerir programas dependentes de decisões do Governo, na opinião dos comunistas apenas traduz o propósito do Governo de alargar a sua «já tentacular rede de influências». Daí a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia

da República no sentido de conferir maior participação e capacidade de decisão ao poder local e outros órgãos regionais na gestão dos Fundos do III QCA.

Os comunistas manifestaram-se igualmente preocupados com a situação na saúde, com os atrasos que se continuam a verificar na execução de obras fundamentais para a região e com o alargamento crescente da precariedade de trabalho, do trabalho sem direitos e do recurso a mão de obra clandestina, «fornecida por novos negreiros e paga a preços de humilhante exploração».

### Senhora da Hora

## Reúne Assembleia de Organização

A Assembleia da Organização de Freguesia da Senhora da Hora reuniu recentemente para discutir a actividade partidária e eleger a nova Comissão de Freguesia, constituída por nove membros, três dos quais mulheres, a quem cabe assegurar «uma melhor e maior actividade, organizar os membros do Partido e preparar a sua intervenção nos planos orgânico, autárquico e local».

Durante a Assembleia foi aprovada uma carta reivindicativa, «Por uma Senhora da Hora Melhor!», que inventaria alguns problemas, aponta soluções e reivindicações, após uma análise onde refere as alterações sofridas na freguesia nas últimas décadas, designadamente um crescimento

urbanístico desenfreado que, não tendo sido «deviadamente planeado», ocorre a par da destruição do aparelho produtivo e industrial.

Assim, a Romaria da Senhora da Hora corre o risco de ficar sem local para a sua realização e até o cemitério ficou sem espaço de alargamento.

Tudo isto torna «urgente a tomada de medidas para alterar e minimizar a situação», destacando-se, entre as que os comunistas apontam, o rebaixamento da linha férrea, a abertura de um centro de apoio a toxicodependentes e a criação de estruturas que permitam a existência de um melhor ensino público.

## O «Avante!» em debate

Cerca de trinta camaradas e amigos debateram em Odivelas, na terça-feira passada e durante três horas, a remodelação em curso no nosso jornal e a campanha de difusão que, a partir do dia 17 e até à Festa do Avante, procurará ganhar novos compradores, assinantes e leitores do «Avante!». Tratou-se de uma discussão viva e interessada, no decorrer da qual se verificaram muitas intervenções produzidas por leitores atentos do jornal e surgiram propostas e sugestões várias, muitas delas já consagradas na remodelação prevista, outras não - dois camaradas entregaram, mesmo, ao director do jornal, que participou no debate, um vasto conjunto de propostas escritas que irão merecer a devida atenção do colectivo do «Avante!». A cam-

panha de difusão foi, naturalmente, objecto de discussão, tendo sido apontadas várias medidas e iniciativas visando o aumento da venda do jornal.

### Santiago do Cacém

No magnífico auditório da Biblioteca Municipal, mais de sessenta pessoas - militantes e não militantes do PCP e representantes de órgãos de comunicação local - debateram o «Avante!» e a sua remodelação e reflectiram sobre o papel do nosso jornal no actual universo comunicacional. Confirmando a sintonia de opiniões existente em torno da remodelação e da necessidade de o «Avante!» ser mais divulgado e mais lido, os participantes no animado debate expressaram um conjunto de ideias no essencial convergentes com as da generalidade dos intervenientes nas diversas sessões que temos vindo a realizar e manifestaram o seu empenho em contribuir para o êxito da campanha de difusão.

### Cascais

Mais de quarenta camaradas reuniram, na segunda-feira, no Centro de Trabalho de Cascais, para debater as conclusões da reunião do Comité Central e o «Avante!». A remodelação do jornal - resumidamente enunciada pelo director do «Avante!» no início da reunião - foi bem acolhida pelos camaradas presentes que, como é natural, acrescentaram outras e novas

ideias sobre a matéria. Em Cascais, a campanha de difusão está já em marcha e foram dados exemplos concretos de aumentos de vendas, na sequência de iniciativas específicas, nomeadamente na Freguesia de S. Domingos de Rana e na célula dos trabalhadores da Câmara Municipal e dos SMAS.

### Montemor-o-Novo

O Centro de Trabalho de Montemor-o-Novo foi o lugar escolhido no concelho para mais uma reunião de militantes que, comemorando o aniversário do «Avante!», relembrou a sua história, longa já de 69 anos, e debateram o papel do nosso jornal nos dias e nas lutas de hoje. Com a presença dos camaradas António Ger-vásio, membro da Comissão Central do Controlo, e Leandro Martins, do CC e chefe de Redacção do «Avante!», a reunião registou uma viva participação, procurando muitos militantes contribuir com as suas opiniões para a melhoria do órgão central do Partido. A participação dos camaradas de Montemor-o-Novo, que entretanto foram informados das modificações a introduzir nas nossas páginas na remodelação que aí vem, não se ficou pela opinião. Foi ali criada uma comissão do «Avante!» com a finalidade de alargar a sua difusão e de fazer um levantamento de mais leitores e foi decidida a criação de um grupo de militantes para realizar no sábado, dia 19, uma venda excepcional no mercado da cidade.

## NACIONAL

## Marcha Mundial de Mulheres Plataforma Nacional apresenta-se

A Plataforma Nacional da Marcha Mundial de Mulheres do ano 2000 divulgou a semana passada, em conferência de imprensa, algumas informações sobre esta grande iniciativa internacional e sobre a participação portuguesa, num momento em que diversas associações do nosso país já aderiram e vão promover variadíssimas acções no âmbito da Marcha. Sob o lema mundial 200 boas razões para marchar, a realização desta Marcha tem como objectivo estimular um vasto movimento de solidariedade de mulheres, promover a igualdade, a justiça e a paz, exigindo à ONU e aos Estados membros medidas concretas para eliminar a pobreza e assegurar uma justa distribuição da riqueza do planeta e eliminar a violência contra as mulheres e assegurar a igualdade.

No apelo, a Plataforma portuguesa dirige-se às mulheres portuguesas, e «a todos os que se identificam com os ideais de justiça social, de democracia e com os objectivos da Marcha», para que se mobilizem para a Marcha nacional no dia 7 de Outubro de 2000, que culminará as iniciativas que, no quadro da Marcha Mundial, se iniciarão a 8 de Março.

As organizações portuguesas definiram, como reivindicações comuns, a luta contra a precariedade, contra a pobreza e exclusão social e contra todas as formas de violência doméstica.

## Um dia triste para a Europa

A Frente Anti-Racista manifestou «a sua mais profunda tristeza pelo facto de, por via de eleições livres, ter um partido de extrema-direita nazi chegado ao governo na Áustria». Em comunicado de imprensa a Frente chama a atenção dos governos da União Europeia pelas suas responsabilidades por uma política de imigração que «subvertendo e associando a imigração à marginalidade e à droga, tornando-a como se de casos de polícia se tratassem, desprezando os mais elementares direitos da pessoa humana, negando-lhes por vezes direitos fundamentais como é o caso da saúde, está a dar ânimo às forças da extrema-direita em toda a Europa».

## Solidariedade com Abu-Jamal

Milhares de postais alusivos à situação em que se encontra o escritor e jornalista negro norte-americano Abu-Jamal, condenado à morte, foram entregues terça-feira na embaixada dos estados Unidos, em Lisboa. Uma iniciativa da Frente Anti-Racista, que conta com o apoio do Sindicato dos Jornalistas e que visa alertar a sociedade portuguesa para esta situação e apelar ao embaixador dos EUA em Portugal para que interceda no sentido da anulação da sentença e reabertura do processo «com um julgamento imparcial, justo e acima de tudo não racista». Em comunicado de imprensa, a Frente lembra que Abu-Jamal foi condenado à morte em 1992, num processo-farsa.

## Adiado processo do jovem baleado

A falta de uma testemunha fundamental - o jornalista da TVI que encontrou a cápsula da bala - levou o Tribunal Judicial de Almada a adiar para dia 18 o debate instrutório do processo do jovem baleado quando do buzinao de 1994 na Ponte 25 de Abril.

A queixa de Luís Miguel - que ficou parapléxico - contra a PSP de Almada já foi arquivada três vezes, a primeira das quais em 1996. No processo estão envolvidas 15 testemunhas, incluindo agentes da PSP e o jornalista da TVI, ausente no tribunal pela segunda vez.

## Medicina dentária Estudantes protestam

A associação de estudantes da Faculdade de Medicina Dentária do Porto vai entregar uma petição na Assembleia da República exigindo a revogação da lei que legaliza o exercício de profissionais nesta área.

A associação considera que a lei legalizou 400 odontologistas sem formação para exercer a profissão.

A petição já conta com cinco mil assinaturas e é a continuação das acções que os estudantes de Medicina Dentária realizaram desde que a lei está em vigor. Em Março de 1999, os estudantes encerraram, durante dois dias, as faculdades de Medicina Dentária de Lisboa, Porto e dos restantes Institutos Superiores de Ciências de Saúde.

Alunos e professores não aceitaram que o Estado legalizasse dentistas apenas com base no facto de exercerem a profissão há mais de 18 anos.

## Diversidade de oportunidades

Cerca de 50 empresas e 200 instituições de solidariedade portuguesas participaram, terça-feira, no primeiro encontro «Emprego: Diversidade de Oportunidades», destinado a promover o acesso dos deficientes ao mercado de trabalho. O seminário foi organizado pelo Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência, órgão consultivo da Câmara de Lisboa, que integra 40 instituições ligadas à problemática da deficiência.

O encontro visa potenciar a discussão entre as empresas e o meio associativo, por forma a encontrar soluções de integração profissional para as pessoas com deficiência. Outra das dificuldades muito sentidas com que os deficientes se confrontam diariamente são os problemas de acessibilidade e as barreiras arquitectónicas.

## Crianças sem família

Em Portugal, 13.500 crianças e jovens encontram-se desprovidas de um ambiente familiar regular, segundo dados revelados pelo Núcleo de Coimbra do IAC - Instituto de Apoio à Criança.

Segundo dados dos técnicos, quatro mil destas crianças e jovens estão em famílias de acolhimento e 9.500 em instituições. Acrescem ainda os que estão ao cuidado do Ministério da Justiça e os que não são abrangidos por nenhum sistema. Um estudo feito no concelho de Coimbra revela, entre as causas para a institucionalização, a pobreza extrema, negligência, separação dos pais, abusos sexuais e relações incestuosas.

## JCP

# Iniciativas por todo o país

As questões que mais afectam os jovens e que necessariamente se inserem noutras mais vastas, as lutas que os vão mobilizando, em defesa do ensino ou do direito ao trabalho, são preocupações presentes em encontros e tomadas de posição por parte da Juventude Comunista Portuguesa. Iniciativas diversas da JCP que têm vindo a ocorrer nestes últimos dias e de que aqui damos nota.

A JCP do *Faial* tem vindo a fazer uma reflexão sobre as questões que mais afectam os jovens da ilha. Em comunicado de imprensa agora divulgado, os jovens comunistas açorianos referem, antes do mais, o «gradual aumento da violência e da criminalidade», e sublinham ainda, como outra preocupação maior, «o cada vez maior número de jovens - e cada vez mais novos - que são conduzidos para toda a espécie de dependências (drogas, álcool)».

Uma «terceira grande questão» é a falta de actividade para os jovens, não só no que respeita a tempos livres mas, sobretudo, «de verdadeira participação na vida social». Para o que é necessário que «os jovens se sintam envolvidos nas actividades, incluindo as culturais, que se realizam na nossa terra, sendo convidados e responsabilizados pela sua organização».



A JCP está presente nas lutas dos jovens e estudantes

No Funchal, *Madeira*, os jovens comunistas realizaram o 3.º Encontro Regional, onde foi feito o balanço das actividades de 1999 - «positivo, apesar dos condicionalismos» -, aprovada a Resolução Política e eleita a nova Comissão Regional da Madeira da JCP.

No debate em torno da aprovação da Resolução Política, surgiram diversos problemas de carácter regional. De entre as questões consideradas mais graves, os jovens comunistas salientam: «o

facto do diploma regional de autonomia das escolas prever a existência de propinas no Ensino Secundário; a repressão da manifestação popular aquando do caso da incineradora da Meia Serra; o problema dos grandes empreendimentos turísticos que atentam contra o ambiente e a qualidade de vida das popula-

lhadora, a Organização Concelhia de Almada da JCP realizou um jantar-debate.

Em discussão estiveram a situação actual da organização, os objectivos da campanha e as experiências pessoais dos jovens trabalhadores participantes.

Do debate ressaltaram algumas linhas orientadoras de luta, nomeadamente por uma efectiva fiscalização no combate ao trabalho infantil, ao falso trabalho independente, ao trabalho não declarado e ao ilegal; pela criação de leis necessárias à fiscalização rigorosa de empresas de trabalho temporário; contra todas as formas de discriminação, quer dos jovens quer das mulheres.

A Organização Concelhia do *Seixal* da JCP manifestou entretanto a sua solidariedade à luta dos alunos da Escola Secundária José Afonso contra os sucessivos atrasos nas obras de remodelação de uma escola que se encontra «em situação provisória há 36 anos», o que naturalmente dificulta «o normal processo de ensino e aprendizagem».

Os jovens comunistas do *Porto* solidarizam-se, por seu lado, com os estudantes da Escola Superior de Jornalismo, em luta pela integração da sua escola na Universidade do Porto.

## CNA defende modulação de subsídios

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) propôs ao Ministério da Agricultura uma redução por escalões dos subsídios atribuídos aos grandes empresários, com o objectivo de reforçar os apoios às pequenas explorações agrícolas.

Em nota de imprensa, a CNA defende uma *modulação* (redução por escalões) dos subsídios aos grandes proprietários, o que permitiria «canalizar até 8 milhões de contos por ano para reforçar o desenvolvimento rural».

A Confederação propôs ao Ministério da Agricultura que essas verbas sejam «canalizadas exclusivamente para reforçar as indemnizações compensatórias», que são ajudas específicas para áreas das regiões desfavorecidas do interior e montanha, «que assim poderão passar dos cerca de 15,5 milhões de contos/ano, já previstos no Plano de Desenvolvimento Rural, para cerca de 23 milhões de contos/ano».

Os agricultores denunciam o carácter profundamente injusto da distribuição de subsídios no nosso país, pois «um por cento dos grandes proprietários e das grandes empresas agrárias recebe cerca de 42 milhões de contos (40 por cento do total) por ano», um média de 24.500 cada. Em contrapartida, as cerca de 270 mil explorações familiares recebem apenas uma média de 100 contos por ano.

A CNA propõe ainda que «apenas possam vir a beneficiar deste reforço as áreas até 50 hec-

tares, e dentro destas se atribuíam maiores valores unitários às áreas mais pequenas».

### Pastores em luta

Na sequência da grande manifestação de pastores em Miranda e da concentração do passado dia 19 de Janeiro na feira de Chaves, uma delegação composta por dirigentes da Associação dos Pastores Transmontanos esteve reunida com responsáveis da Zona Agrária de Vila Real, para analisar as propostas sobre a erradicação da brucelose dos pequenos ruminantes.

A associação dos pastores salienta, em comunicado de imprensa, o acolhimento, por parte da Direcção Regional de algumas propostas já avançadas, «como medidas positivas mas insuficientes».

Continuam entretanto por resolver problemas como a legalização das feiras tradicionais da região, a não retirada de milhares de animais positivos e o seu pagamento, a falta de informação e esclarecimento quanto às exigências burocráticas do funcionamento do novo sistema de classificação, trânsito e concentração de animais, a passagem

de guias de trânsito, as exigências na legalização do início de actividade dos negociantes, a legalização dos centros de agrupamentos e o funcionamento da base de dados.

Tudo isto «ao arrepio dos usos e costumes, da tradição do livre exercício deste importante sector económico e social da região», sublinham os pastores transmontanos.

Por último, os pastores criticam o facto de o governo, para implementação desta estratégia sobre sanidade, se preparar para «ir buscar 35% ao bolso dos produtores de ovinos e caprinos».

## «Os Verdes» preparam convenção Segurança alimentar é prioridade

A preparação da VIII Convenção Nacional Ecológica foi o ponto fundamental da ordem de trabalhos da reunião da Comissão Executiva Nacional de «Os Verdes», realizada no passado dia 1, em Santarém.

A convenção, que irá decorrer nos dias 13 e 14 de Maio, em Lisboa, terá como lema «Futuro - Verde que te quero Verde» e visa ser «um momento alto no debate Eco-Político em Portugal, dando um contributo valioso para a intervenção ecologista na nossa sociedade», como

sublinha o partido ecologista em comunicado de imprensa.

Da análise feita à situação eco-política nacional, «Os Verdes» destacam as questões relacionadas com a justiça, que na reunião de Santarém se considerou ter entrado em «estado de colapso», e ainda questões relacionadas com a segurança alimentar.

Esta segunda questão é apontada por «Os Verdes» como uma das prioridades da sua intervenção política. Desde já foi apresentada, na Assembleia da

República, uma moratória no sentido de proibir durante cinco anos a produção, importação e comercialização de produtos transgénicos, «período mínimo de segurança» para aprofundar os seus efeitos para o ambiente e para a saúde.

«Os Verdes» pretendem que esta questão seja também uma das prioridades da Presidência portuguesa da União Europeia.

Por último, a Comissão Executiva fez um breve balanço das visitas e contactos entretanto efectuados.

## TRABALHADORES

## Números

A realidade do desemprego no distrito de Setúbal não é reflectida no número de inscritos nos Centros de Emprego. A USS/CGTP aponta os casos de Sesimbra, onde diminuiu o número de inscritos, mas estão desempregados mais de 500 pescadores, por não terem sido tomadas medidas atempadas quanto ao acordo de pescas com Marrocos. Na Moita, onde há menos de 12 desempregados inscritos, não contam os cerca de 450 trabalhadores da Norporte, que há meses não têm trabalho. A descida no Montijo não dá conta dos 200 trabalhadores da Valério, que encerrou.

## TST

Um plenário de trabalhadores dos Transportes do Sul do Tejo teve lugar no dia 3, para discutir questões relacionadas com a contratação colectiva, salários e a situação social da empresa, bem como a redução de carreiras, a qualidade do material circulante e a renovação da frota da empresa. O Sindicato dos Rodoviários do Sul considerou normal que se verificasse uma redução drástica da circulação de autocarros durante a reunião.

## Catamarãs

A travessia fluvial Barreiro-Lisboa pode estar a ser alvo de «um embuste para iludir a opinião pública, que há muito reclama medidas concretas para a modernização» da ligação assegurada pelos barcos da CP/Soflusa. Num comentário ao anúncio de que iam ser adquiridos catamarãs para aquela travessia do Tejo, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário reclama do Governo, para contrariar aquela apreciação, que dê «respostas plausíveis» a questões como a quantidade de embarcações a adquirir, a data da sua entrada em funcionamento, os estudos quanto à segurança da navegação, as medidas complementares para escoar o mesmo número de passageiros com barcos de muito menor lotação, e os motivos por que vem agora a decisão dos catamarãs, considerada há poucos anos inadequada para este percurso. Se vierem as respostas, «os utentes e os trabalhadores estarão de parabéns, porque finalmente vêem os frutos da sua luta».

## Vimeca

Uma greve de 48 horas está convocada para quarta e quinta-feira na transportadora Vimeca, cujos trabalhadores decidiram no dia 2 não fazer trabalho extraordinário até dia 15. Para o primeiro dia de greve, está convocado um plenário, com o objectivo de decidir o prosseguimento da luta por um novo acordo de empresa ou pela aplicação do AE da ex-RN. Nos salários de Janeiro, denunciou a Festrú/CGTP, a administração procedeu a descontos «ilegais e ilegítimos» numa média superior a 30 contos, enquanto o Governo continua a permitir atentados diários aos direitos dos trabalhadores.

# Carvalho da Silva no plenário da CGTP Dois por cento em 2000 é «inflação para dentro»

A previsão da inflação avançada pelo Governo fica ligeiramente abaixo dos valores que são apontados para as instituições da União Europeia, salientou sexta-feira o secretário-geral da CGTP-IN, no plenário nacional de sindicatos.

Carvalho da Silva considerou que o Orçamento de Estado proposto pelo Governo é um «orçamento de injustiça social e fiscal, sem alterações ao modelo de desenvolvimento baseado em baixos salários», pelo que merece a reprovação dos trabalhadores. O OE «prevê um crescimento de

lho da Silva questionou «quando é que nos vamos aproximar da União Europeia», com tal evolução. Além disso, assegurou que a desaceleração dos consumos privado e público traduz «um aumento pouco significativo dos salários», quando se esperam aumentos dos encargos para os

do IRC (imposto sobre os lucros), sublinhando que «os trabalhadores por conta de outrem continuam a ser a sustentação do Orçamento».

Em declarações aos jornalistas no final da sua intervenção, o secretário-geral da Intersindical Nacional comentou que as mudanças no IRC não vão alterar as situações de incumprimento e garantiu que a CGTP vai continuar a exigir que «todo o tipo de rendimentos seja identificado, para depois se poder aplicar as

cal «é uma incógnita», pois fica dependente de autorizações legislativas.

Carvalho da Silva criticou o prosseguimento da política de privatizações, considerando que as empresas são vendidas, «sem que haja uma explicação fundamentada ou uma estratégia definida» de acordo com os interesses do País.

## Emprego

No plenário – onde foi aprovado o plano de actividades da central para este ano – mereceu particular atenção o problema do emprego, a par da preparação da jornada nacional de luta que a Inter está a preparar para 23 de Março, o primeiro dia da Cimeira Europeia.

Nas vésperas da reunião dos chefes de Estado e de Governo dos quinze, a 21 e 22 de Março, reúne em Portugal o Comité Executivo da Confederação Europeia de Sindicatos. Hoje, em Lisboa, o secretário-geral da CES, Emilio Gabaglio, participa num encontro com jornalistas, para expor as prioridades e expectativas face à presidência e face à cimeira de Março. Em Junho, a par da cimeira que encerra a presidência lusa, a CES convocou uma manifestação de âmbito europeu, em cuja organização a CGTP está a trabalhar.



As previsões de inflação têm servido sobretudo como barreira aos aumentos salariais, no Estado nas empresas privadas (foto da manifestação da Administração Pública, dia 27 de Janeiro, em Lisboa)

3,3 por cento, apenas 0,3 pontos percentuais acima da média comunitária», disse o sindicalista, citado pela Agência Lusa. Carva-

trabalhadores, por causa do aumento das taxas de juro.

Por outro lado, Carvalho da Silva criticou a redução da taxa

taxas, numa situação de justiça e equidade». No OE para 2000, acusou, o que tem a ver com o combate à fraude e evasão fis-

## Garcia dos Santos no jornal da Função Pública

«Foi um erro profundo ter acabado com a Junta Autónoma de Estradas como instituição», diz o general Garcia dos Santos numa entrevista dada ao jornal da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, ano e meio depois de ter saído da presidência da JAE e oito meses depois de constituídos os três institutos que lhe sucederam.

A FNSFP/CGTP anunciou para ontem uma conferência de imprensa para fazer o balanço da actividade do ICOR, ICERR e

IEP, que ainda não dispõem de organogramas nem regulamentos de pessoal e onde se verifica uma crescente desregulamentação laboral. A federação protesta especialmente contra o presidente do ICERR, onde centenas de trabalhadores da ex-JAE e integrados no quadro provisório do novo Instituto aguardam a aprovação dos regulamentos para fazerem a sua opção quanto ao contrato individual de trabalho; no entanto, aquele responsável não responde, há cinco

meses, a sucessivas solicitações para reunir com os representantes dos trabalhadores.

Para a federação da Função Pública, o abrupto «funeral» da JAE foi uma operação que teve em vista, sobretudo, impedir o apuramento de responsabilidades quanto à grave situação ali denunciada. «Os novos institutos parece não terem ainda lavado a imagem deixada pela sua antecessora», comenta a federação, «talvez por que os métodos sejam os mesmos, talvez porque

alguns dos seus responsáveis sejam os mesmos, talvez porque a intenção não fosse, mesmo, mudar o fundamental».

Na entrevista – que está a partir de hoje disponível na Internet, em [www.fnsfp.pt](http://www.fnsfp.pt) – Garcia dos Santos fala da sua acção como presidente da JAE, das suas relações com o ex-ministro João Cravinho e o ex-secretário de Estado Maranhã das Neves, da actuação do Procurador Geral da República e da ineficácia da tutela política naquele processo.

## Portugal Telecom fecha infantários

A Comissão de Trabalhadores da PT condenou veementemente a decisão de encerrar, a partir de Setembro, os infantários da empresa, anunciada pela direcção de Recursos Humanos no dia 3, em reunião com pais e crianças. Segundo a CT – que convocou uma reunião com todos os sindicatos para analisar as formas de contrariar aqueles desígnios –, a empresa alega não ter vocação para gerir os infantários, com cerca de 200 crianças, em Lisboa e no Porto, e diz que dão prejuízo. No entanto, a CT admite que o encerramento tenha por base um programa de alienação de património da empresa, para especulação imobiliária.

## Salvar a Casal e 160 empregos

«Todos sacodem responsabilidades e cada um trata de conseguir o seu melhor negócio, escandalosamente insensíveis ao drama de 160 trabalhadores, que já se encontram com dois meses de salários em atraso», acusa a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP, comentando as acusações mútuas trocadas pela administração da Casal, o Car-

refour e a Câmara Municipal. Os comunistas, numa nota divulgada sexta-feira, exigem a «imediata intervenção» governamental para salvaguardar os 160 postos de trabalho, bem como a modernização do sector dos veículos de duas rodas e a disponibilização dos terrenos municipais para a nova fábrica da Casal.

## Somincor

Os mineiros de Neves Corvo têm marcada para hoje uma reunião com a administração da Somincor, mas entraram em greve na sexta-feira à tarde, protestando contra a proposta de aumentos salariais de três por cento. «Não percebemos para que é que vai servir a reunião, se o presidente nos diz que esta é uma decisão final não sujeita a negociações», disse um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira. Nuno Bexiga, citado pela Agência Lusa, adiantou que um plenário geral, na segunda-feira, decidiria convocar novas greves, se até lá a administração não assegurasse que a sua proposta salarial está aberta à discussão. Os trabalhadores contestam que os três por cento propostos pela administração sejam para aplicação generalizada. «Pensamos que os trabalhadores que recebem menos deviam ter um aumento maior porque senão estes números vão provocar maiores discriminações dentro da empresa», explicou Nuno Bexiga.

## Gás da CLC

Estão hoje em greve, pelo segundo dia, os trabalhadores da «Eduardo Salvador», empresa de trabalho temporário que tem a concessão do enchimento de gás em garrafa na Companhia Logística de Combustíveis, em Aveiras, cujo maior accionista é a Petrogal. A greve, das 9 às 18 horas, tem por objectivo exigir que a administração proceda à aplicação do acordo colectivo do sector das petrolíferas, bem como reclamar um aumento significativo dos salários e melhores condições de trabalho – informou o Sindicato da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas. O Sinqiua/CGTP considera «incompreensível e inaceitável» que a esmagadora maioria dos trabalhadores em serviço no parque de combustíveis da CLC tenham emprego precário, e aponta a Petrogal como «a principal responsável» pela situação de precariedade e risco que ali se vive.

## Vestuário

Aumentos mínimos de cinco contos, com efeitos a 1 de Janeiro e respeitando as pausas, é a proposta que a Fesete/CGTP vai voltar a defender amanhã, na reunião com os patrões do sector do vestuário. A negociação da contratação colectiva para 2000 decorre em sede de conciliação, no Ministério do Trabalho, mas os representantes patronais têm insistido na contenção dos salários e na retirada das pausas, apesar de a maior parte das remunerações, no sector, se situar em valores muito próximos do salário mínimo nacional. A federação acusa o Governo de nada ter feito para resolver o conflito das pausas e apela aos trabalhadores para que se unam e lutem nas empresas pelas justas reivindicações apresentadas pela Fesete e os seus sindicatos.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Atribuído em projecto de lei do PCP Subsídio de desemprego aos professores contratados

## Transgénicos



O Grupo Parlamentar do PCP congratulou-se com a recente aprovação em Montreal do

Protocolo sobre Bio-Segurança. Em debate na semana transacta centrado em dois projectos de lei do PEV e do BE sobre organismos geneticamente modificados (OGM), o deputado comunista Lino de Carvalho classificou de positivas as decisões tomadas naquele fórum internacional, designadamente o princípio da precaução aplicado ao comércio internacional e a necessidade de consentimento prévio de cada país à entrada de OGM's, considerando que estas medidas só foram possíveis graças a «uma nova consciência ambiental que tem vindo a ganhar espaço aos todo poderosos interesses das transnacionais do comércio agro-alimentar». Para Lino de Carvalho - que instou o Governo a ratificar o Protocolo e a aplicá-lo no nosso país -, subsistem no entanto ainda muitas questões em aberto, por imposição das multinacionais (como é o caso da rotulagem dos transgénicos ou a não aplicação do Protocolo aos OGM's produzidos pela indústria farmacêutica), facto este que impõe, sublinhou, a manutenção da «pressão internacional para que não se volte atrás».

Definindo a posição da bancada comunista sobre as biotecnologias - «uma realidade incontornável de ordem científica-tecnológica e de ordem económica», disse -, Lino de Carvalho referiu ser aquela «contrária a qualquer tipo de fundamentalismo ou de posições simplistas ou alarmistas». Por outras palavras, reconhecendo a importância dos avanços científicos obtidos nesta matéria, sobretudo nos planos do combate à doença ou no aumento dos níveis da capacidade produtiva agrícola, os comunistas «não aceitam de todo» que tais avanços «sejam colocados ao serviço de uma lógica produtivista e mercantil, ela própria degradadora do meio ambiente, nem ao serviço de meia dúzia de transnacionais».

## Imunidade parlamentar



A Assembleia da República tomou, pela primeira vez, a decisão de levantar a imunidade parlamentar a

deputados. Esta decisão ocorreu na passada semana, por voto secreto, em urna fechada, visando permitir aos deputados do PSD Miguel Macedo e Álvaro Amaro a possibilidade de prestarem declarações como arguidos em processos judiciais. Miguel Macedo é alvo de um processo no âmbito das chamadas «viagens-fantasma» dos deputados, enquanto Álvaro Amaro responde por um processo relacionado com a caça. O escrutínio decorreu faz hoje oito dias e nele participaram 193 parlamentares. Em relação a Miguel Macedo 156 deputados votaram a favor do levantamento da imunidade parlamentar, pronunciando-se neste mesmo sentido, no caso de Álvaro Amaro, 159

A difícil situação de instabilidade e desemprego em que desde há muito se encontram milhares de professores e educadores contratados poderá finalmente ter resolução. Isto se vier a ser aprovado um projecto de lei do PCP que garante o fim da discriminação a que aqueles profissionais do ensino têm sido sujeitos, atribuindo-lhes o direito até agora negado ao subsídio de desemprego. Apreciado na passada sema-

na, em debate na generalidade, o diploma comunista será votado depois do próximo dia 21, data em que termina o processo da sua discussão pública. Contando com o apoio das restantes bancadas da oposição, que não pouparam críticas ao Governo, o diploma poderá vir a ser viabilizado com a abstenção do PS, não obstante as reservas por este levantadas, baixando assim à discussão em sede de especialidade.

Nas suas linhas gerais, conforme explicou a deputada comunista Luísa Mesquita, o projecto de lei pretende garantir aos educadores de infância, aos professores do ensino básico e secundário, e também aos professores do ensino superior universitário e politécnicos a atribuição do direito ao subsídio de desemprego.

Tratando-se de legislação própria para uma área laboral particular, o PCP defende ainda um

regime específico no que se refere aos «prazos de garantia» definidos na legislação que estabelece no âmbito da segurança social o quadro legal para a atribuição do subsídio de desemprego.

Como terceira medida, a bancada comunista propõe que a obrigação contributiva para o regime geral da segurança social seja «integralmente assumida pela entidade contribuinte», ou seja, o Estado, como já sucede em relação aos educadores e professores do ensino particular e cooperativo.

Ainda de acordo com Luísa Mesquita - e é nesse sentido que vai uma quarta proposta da sua bancada -, importa que todos os professores e educadores beneficiários do direito a subsídio de desemprego continuem a usufruir dos benefícios concedidos pela ADSE.

Com este conjunto de medidas, o Grupo Parlamentar do PCP vem ao encontro das legítimas reivindicações e anseios de milhares de docentes, que por elas se têm batido, e relativamente às quais o Governo, apesar dos compromissos assumidos, nunca deu resposta.

Pior ainda que as promessas não cumpridas, como lembrou Luísa Mesquita, o Governo adop-

tou «práticas lesivas dos interesses destes professores e educadores e de toda a escola pública». São disso testemunho, exemplificou, o aumento do número de alunos por turma, bem como o encerramento de cursos nocturnos em várias escolas (só na área da Grande Lisboa foram extintos cursos em 17 escolas). A publicação e aplicação de legislação penalizadora das condições de trabalho nas escolas (impondo um conjunto de funções aos docentes que antes implicava redução da componente lectiva), constitui outro exemplo das más políticas emanadas do Ministério da Educação.

Implicando uma «substancial redução no número de contratos assinados», tais medidas levaram a que o Governo tivesse despedido, segundo Luísa Mesquita, «cerca de 13 por cento dos educadores e dos professores relativamente ao último ano lectivo», prevendo «até ao ano 2003 um despedimento de cerca de 25 por cento».

«Só que o sistema não tem excesso de professores», e, por conseguinte, a «obsessiva política de redução de custos vai contribuir para a diminuição da qualidade de trabalho nas escolas», advertiu a deputada do PCP.



Os docentes contratados, sujeitos à instabilidade e ao desemprego, têm feito ouvir a sua voz nas ruas

## Comunistas impulsionam movimento Pela abolição universal da pena de morte

O respeito pela dignidade humana impõe a abolição da pena de morte a nível mundial. Movidos por esse objectivo e querendo dar um «novo impulso ao movimento abolicionista», o Grupo comunista apresentou um projecto de resolução no qual é afirmado o «empenhamento do Estado português na luta pela abolição universal da pena de morte».

No documento, apresentado em conferência de imprensa

pelos deputados António Filipe e Margarida Botelho, a Assembleia da República apela ao Governo e a todos os representantes de Portugal em organizações internacionais, como a União Europeia e as Nações Unidas, «para que se associem a este objectivo, tomando a iniciativa, e apoiando todas as acções que visem a abolição da pena de morte ou o estabelecimento de uma moratória da sua execução».

O PCP, pela sua parte, de acordo com as afirmações de António Filipe, garantiu tudo fazer para que aquele objectivo venha a ser uma realidade, «sejam quais forem os países e independentemente dos regimes políticos».

Lembrado foi como neste capítulo o nosso país tem fortes razões para se orgulhar, já que foi dos primeiros a nível mundial a abolir a pena capital - ainda no século passado para os

crimes políticos e civis e em 1911 para todos os crimes, incluindo os militares. Princípio que a Constituição da República aprovada em 1976 materializou, reafirmando a impossibilidade da pena de morte em Portugal e proibindo a extradição por crimes a que corresponda pena de morte segundo o Direito do Estado requisitante.

Um exemplo que, lamentavelmente, está muito longe de ser seguido por muitos outros países. António Filipe chamou mesmo a atenção para o «retrocesso internacional» verificado nos últimos anos nesta matéria, considerando-o «preocupante».

Segundo números da Amnistia Internacional por si citados, em 1998 houve 1.625 execuções em 37 países e 3.899 condenações à morte em 78 países. «A China, o Congo, os Estados Unidos e o Irão foram responsáveis por cerca de 80 por cento das execuções», sublinhou.

Só nos Estados Unidos, acrescentou, foram executadas 598 pessoas desde 1976 (98 das quais no ano passado), encontrando-se presentemente 3565 condenados no chamado «cor-



Abu Jamal

redor da morte» a aguardar execução, com o facto inquietante de estar em curso um processo visando «diminuir os meios de defesa dos condenados por forma a acelerar as execuções».

Os comunistas têm, entretanto, para além da frente parlamentar, previstas diversas iniciativas de luta pela abolição da pena capital. No próximo dia 12 realiza-se um debate nocturno em Lisboa sobre a pena de morte, e em Março deverá ser lançado um documento sobre o assunto para ser distribuído nas escolas portuguesas. Em curso está, por outro lado, um abaixo-assinado contra a execução de Mumia Abu-Jamal, detido nos Estados Unidos.

## Iniciativa legislativa popular

Garantir que grupos de cidadãos eleitores possam apresentar diplomas na Assembleia da República, tal é, em síntese, a principal medida prevista no projecto de lei do PCP sobre iniciativa legislativa popular. Entregue na passada semana na Mesa do Parlamento, o diploma visa «aproximar» os eleitos dos eleitores e efectivar um importante mecanismo de participação dos cidadãos na vida política.

No diploma, já anunciado pelo Grupo comunista nas suas Jornadas Parlamentares em Guimarães, este direito é conferido a grupos de cidadãos, sendo exigido que no mínimo a iniciativa legislativa seja subscrita por cinco mil assinaturas.

«Considera-se o número de cinco mil cidadãos eleitores como um número mínimo adequado. Na verdade, se cinco mil cidadãos podem fun-

dar um partido, não se compreenderia que não pudessem suscitar a apreciação pela Assembleia da República de uma iniciativa legislativa», salientam os deputados do PCP na nota preambular do diploma.

O Grupo Parlamentar comunista lembra ainda ter defendido na última revisão constitucional a consagração deste mecanismo, apresentando uma proposta nesse sentido, que veio a ser acolhido, importando agora concretizá-lo.

Quanto às matérias sobre que podem versar estas iniciativas, o PCP considera que «podem ser objecto de iniciativa legislativa popular todas as matérias sobre as quais a Assembleia da República pode legislar, com excepção das matérias em que a iniciativa é expressamente reservada a determinadas entidades».

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Aldrabices e exploração na Norporte

## Cumplicidade do Governo

deputados. O primeiro recebeu ainda 19 votos contra o levantamento, 11 abstenções e sete votos em branco. O segundo teve 19 votos contra, 11 abstenções e quatro votos brancos. Os deputados suspendem agora o seu mandato por tempo indeterminado, reassumindo o lugar de deputado à Assembleia da República após a resolução dos respectivos processos.

## Comunidade portuguesa na Venezuela



A Assembleia da República aprovou por unanimidade um projecto de resolução sobre o apoio do nosso país à comunidade

portuguesa na Venezuela. Duramente atingidos pela recente tragédia que assolou aquele país, tanto em perda de vidas humanas como de bens, numa dimensão que porventura nunca será totalmente conhecida, são esses portugueses que o Grupo Parlamentar do PCP entende que devem ser apoiados.

Em causa está, concretamente, a criação de uma linha de crédito direccionada para a comunidade portuguesa residente naquele país latino-americano, relativamente à qual urge clarificar quer o seu montante quer a população-alvo a que se dirige, isto é, quem é que a ela pode recorrer.

Ora sucede que não obstante as diligências feitas pela bancada comunista, como salientou o deputado comunista Rodeia Machado, a verdade é que o Governo não prestou qualquer informação detalhada sobre o assunto. Criticando este mutismo, o parlamentar do PCP reiterou o pedido ao Governo para que esclareça o grau e alcance da ajuda, exigindo simultaneamente a definição não apenas dos critérios de aferição de perda de bens e haveres como de quem deve verificar a veracidade das declarações.

## Reforma do Parlamento



O Grupo Parlamentar do PCP quer revitalizar as sessões plenárias das sextas-feiras, habitualmente

menos produtivas, deixando as terças-feiras para o trabalho das comissões parlamentares. Esta posição foi defendida no decurso da última reunião do grupo de trabalho para a reforma do Parlamento e contraria a sugestão apresentada pelo PSD no sentido de transferir a sessão plenária de sexta-feira para a terça-feira.

A proposta do PSD, que mereceu a concordância de Almeida Santos e em relação à qual o PS já deu o seu acordo de princípio, é que as comissões parlamentares passem a poder reunir-se de manhã nos dias em que há sessão plenária. Proposta pelo PCP, por seu turno, foi a criação do instituto das perguntas ao primeiro-ministro, a realizar uma vez por mês. Esta medida, recorde-se, foi aprovada pelo Grupo comunista nas suas Jornadas Parlamentares realizadas em Guimarães.

«A impunidade que reina no encerramento fraudulento da Norporte, empresa de confecções em Alhos Vedros, é um escândalo», considerou o deputado comunista Vicente Merendas, que acusa o Governo de «ficar mudo e quedo» perante o comportamento de alguns patrões que dominam a arte de «mentir, aldrabar, enganar e explorar».

Depois de ter levado o assunto há cerca de quinze dias ao plenário da Assembleia da República, interpellando a propósito o ministro da Economia (que, imagine-se, afirmou ignorar o que se passava), Vicente Merendas voltou a questionar o Governo sobre as medidas que este pensa adoptar com vista a uma solução que reactive o funcionamento da empresa e salguarde os postos de trabalho.

O deputado comunista, em requerimento dirigido ao responsável pela pasta da economia, pergunta nomeadamente como é possível poder afirmar-se, como fez aquele membro do Governo, que se desconhece o processo relativo à Norporte, quando é certo que desde a paralisação da empresa, em final de Julho de 1999, foram já realizadas várias reuniões entre os representantes dos trabalhadores e o próprio secretário de Estado adjunto do ministro.

Mais recorda Vicente Merendas que em Agosto do ano passado foi assumido pelo

Governo o compromisso de viabilizar a empresa, chegando mesmo o governador civil de Setúbal, em plena campanha eleitoral, a prometer aos trabalhadores que os problemas da Norporte seriam resolvidos.

Surge assim como particularmente grave, no entender da bancada comunista, não apenas o alegado desconhecimento invocado pelo ministro, como ainda a utilização dos problemas que afectam cerca de 500 famílias para fazer «promessas mentirosas».

Registe-se que a Norporte, com os seus 480 trabalhadores, actualmente com o contrato de trabalho suspenso, chegou a facturar quatro milhões de contos. Bem equipada e dispendo de moderna tecnologia, a empresa viu os problemas avolumarem-se com a «gestão» de um indivíduo que no período de um ano e meio a descapitalizou em centenas de milhares de contos, isto depois desse mesmo administrador estar envolvido no encerramento das empresas Aloport e GEFA.



Por defenderem o futuro da empresa os trabalhadores sofreram uma carga policial

«Encerrar empresas, não pagar salários em atraso nem as respectivas indemnizações aos trabalhadores tornou-se um autêntico regabofe», sublinhou a propósito Vicente Merendas, para quem o Governo, objectivamente responsável pelo avolumar do número de desempregados, deixou de ter qualquer «moral para falar na Cimeira sobre o emprego».

Denunciado por Vicente Merendas foi ainda o que definiu como «espectáculo infame», que ele próprio viveu, e que consistiu na carga policial do Corpo de Intervenção da GNR sobre os trabalhadores que, na defesa do seu emprego, procuravam impedir a saída das máquinas da empresa.

## Metro do Porto a passo de caracol

O Grupo Parlamentar do PCP considerou inadmissíveis os atrasos que têm ocorrido com o processo de construção do Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto e exigiu que a obra «avance sem mais delongas», dotando-a urgentemente para o efeito dos «meios financeiros necessários à sua rápida e atempada concretização».

Para Honório Novo, que levou o assunto a plenário em declaração política proferida em nome da bancada comunista, torna-se evidente que depois da saga que envolve o projecto há mais de dez anos, marcada por sucessivos e sempre novos atrasos, há uma óbvia responsabilidade do Governo, a quem acusou de «desinteresse pelo empreendimento».

A testemunhá-lo está o facto, observou, de o Executivo só ter aprovado a adjudicação da obra no final de 1998, um ano depois da decisão da empresa e seis meses depois da confirmação da Comunidade Europeia. Mas pior, a verdade é que mais de um ano passado sobre a assinatura do contrato as obras do Metro continuam a marcar passo, estando apenas instalados uns estaleiros.

«Ninguém sabe já ao certo qual o nível dos novos atrasos. Quatro meses dizem uns; oito ripostam outros; seis juram os conciliadores. O que é certo é que nem a famosa tuneladora, venha ela a chamar-se «Micas» ou «Tripeira», começou ainda a «toupear» o subsolo da Invicta», ironizou Honório Novo.

Mas a preocupação fundamental da bancada comunista, insuperável que é já o descrédito junto das populações depois de tantos anúncios de data e de adiamentos, dirige-se agora para a derrapagem do custo da obra. Esse é um perigo real, segundo Honório Novo, face às alterações no trajecto adjudicado e consequentes obras a mais ou às definições tardias de trajectos, como muito recentemente aconteceu em Matosinhos.

Entendendo que existem todas as condições para que o empreendimento seja executado com sucesso e com pleno controlo dos custos finais, evitando assim qualquer derrapagem, o deputado do PCP deixa no entanto o aviso de que tal só será possível se o mesmo tiver «quem o dirija, quem exerça uma gestão eficaz e competente, quem o coordene e controle».

O que dificilmente sucederá, alertou, se a empresa do Metro do Porto, a Área Metropolitana e a sua Junta continuarem a assumir-se como «meros palcos» de quantos querem «servir-se das gentes da região para fazer carreira partidária e preparar novas ambições políticas». Uma crítica explícita aos presidentes de várias autarquias da região, nomeadamente de Matosinhos, Gaia, Porto e Maia, a quem acusou de protagonizarem uma «comédia de mau gosto».



O PCP reclama que o Metro Ligeiro do Porto avance sem mais delongas

## Crise na Justiça exige medidas de fundo

Só com medidas de fundo será possível superar os graves problemas que atingem a Justiça. A afirmação é da deputada comunista Odete Santos, para quem a resposta à crise não se pode reduzir a medidas meramente pontuais — numa referência às propostas recentemente divulgadas pelo ministro das Justiça. Sob pena, advertiu, de virmos a assistir ao «agravamento de crise, com nefastas consequências para a independência do poder judicial e para os direitos e liberdades dos cidadãos».

Estava-se na interpelação ao Governo sobre política de justiça e de segurança interna, por proposta do CDS/PP, que preencheu uma das sessões plenárias da semana transacta. As medidas capazes de garantir ao cidadão «o menor risco quando petição a intervenção da Justiça», segundo a parlamentar do PCP, devem incidir na área da formação dos magistrados, na área da modernização dos tribunais, e ainda na busca da solução informal dos conflitos, sem esquecer a resposta aos problemas sociais (muito a montante do aparelho judiciário).

Depois de muitos anos em que a terapia adoptada revelou ser totalmente ineficiente — lembrado por Odete Santos foi como a legislação profusamente aprovada não visou a cura da doença profunda que se apoderou do aparelho judiciário, antes serviu para desviar as atenções dos sintomas —, só a adopção de medidas daquela natureza poderá abrir caminho à melhoria do sistema e restaurar a confiança dos cidadãos no poder judicial.

Confiança que desde há muito se encontra totalmente minada. «Quando os cidadãos vêem prescrever processos mediáticos que envolvem a criminalidade de colarinho branco, sentimos avolumar-se o desabafo: Não há Justiça!», referiu a propósito a deputada comunista.

Mas é na grandeza de alguns números que melhor se pode compreender a dimensão da crise em que se afundou a Justiça: «Um milhão e setecentos mil processos a circular por ano nos Tribunais. Quarenta mil processos que ficaram por julgar, por estarem prescritos. Cento e trinta e dois mil processos-crime

parados só no distrito de Lisboa. Mais de vinte mil perícias por realizar no laboratório de polícia científica. Seis mil relatórios por fazer de autópsias já realizadas. Um défice de mil funcionários nos tribunais e setecentos na Polícia Judiciária.»

Números estes que traduzem ainda uma outra realidade, que não pode deixar de ser percebida pelos cidadãos. A ela aludiu Odete Santos para concluir que estamos perante uma «Justiça de classe, na qual encontram arrimo os mais ricos, e na qual se queixam os desfavorecidos pela sua cegueira».

É neste contexto que melhor pode ser compreendida a importância do projecto de lei do PCP que cria os Julgados de Paz. Sublinhando a abertura da sua bancada para acolher propostas de outros partidos no sentido do aperfeiçoamento do diploma, recentemente apresentado, Odete Santos referenciou o carácter inovador do diploma, sem deixar de observar que muito há a debater até encontrar «a solução mais apropriada que consagrará uma Justiça de proximidade».

## Balanço das inundações na Venezuela

Um total de cerca de 600 mil pessoas foram afectadas pelas inundações na Venezuela provocadas pelas violentas chuvas do mês de Dezembro. Esta informação é adiantada pela Cruz Vermelha, que acrescenta que o número de mortos ascende a 30 mil e que no final de Janeiro quase seis mil pessoas permaneciam desaparecidas. A organização calcula que mais de 64 mil casas ficaram totalmente destruídas e que 23 mil foram afectadas. O governo venezuelano considera que serão precisos 20 mil milhões de dólares para a recuperação das zonas afectadas e que por cada dia de destruição serão necessários pelo menos 32 dias de reconstrução.

## Atentado no Irão

Em plena campanha para as eleições legislativas, o Irão foi palco de uma série de atentados que provocaram a morte de uma pessoa e ferimentos em outras cinco. O «ataque terrorista» - como foi qualificado pela agência oficial Irna - foi perpetrado no sábado em Teerão, junto da sede da presidência do Irão, ocupada pelo reformista Mohamed Khatami. A autoria dos atentados é imputada ao grupo «Combatentes do Povo», oposição armada ao regime com base no Iraque. Os reformistas são os favoritos nas eleições de dia 18, esperando alcançar a maioria no parlamento.

## Itália autoriza entrada de emigrantes

O jornal «Corriere della Sera» anunciou que o governo italiano está a preparar uma lei que prevê a entrada no país de 63 mil emigrantes oriundos de países de fora da União Europeia, caso forem convidados por empresários. Citando um representante do ministério do Interior, o jornal adianta ainda que, se estes emigrantes forem absorvidos pelo mercado de trabalho, o governo abrirá as portas a outros mais.

## Nova constituição em Angola

A Assembleia Nacional angolana iniciou a semana passada a discussão da nova Constituição, que deverá ser aprovada até ao fim do ano. Sete princípios foram já aprovados: o Estado republicano, independente, unitário e indivisível; o regime democrático e multipartidário; a consagração e o respeito pelo princípio do estado democrático e de direito; o reconhecimento e as garantias de respeito pelos direitos humanos; a

# Polícia mexicana invade universidade

## «Um povo culto é um povo livre»

Nove meses depois do início da greve dos estudantes da Universidade do México, a polícia de intervenção invadiu o *campus* na madrugada de domingo, detendo mais de 600 pessoas, quase todas surpreendidas durante o sono. O Conselho Geral de Greve promete não baixar os braços e continuar a luta pela gratuidade do ensino superior e pela reestruturação da educação. Porque, como afirma, «um povo culto é um povo livre».

O presidente mexicano, Ernesto Zedillo, assumiu numa declaração televisiva ter ordenado a intervenção, apesar do estatuto da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) impedir a entrada da polícia na área universitária de forma a preservar a liberdade académica.

A intervenção policial foi de imediato alvo dos protestos dos estudantes e dos partidos de oposição. O Partido da Revolução Democrática (PRD), que governa o distrito da Cidade do México, qualificou a acção como inoportuna e acusou o governo de começar a planear a intervenção no dia 1 de Fevereiro, «justamente quando a comunidade estava a encontrar bases de diálogo e entendimento». Para o PRD, o Partido Revolucionário Institucional (PRI, no poder há setenta anos) procurou prolongar o conflito «e levá-lo até à campanha eleitoral» para as presidenciais, que se realizam em Julho.

Nesse mesmo dia, respondendo ao apelo de organizações políticas, sindicais e estudantis, sete mil pais e simpatizantes dos grevistas manifestaram-se no centro da Cidade do México. Objectivo: reclamar a libertação dos estudantes detidos e o regresso ao diálogo. Mais tarde, centenas de pessoas concentraram-se em frente à polícia fazendo ouvir os seus protestos.

### Nove meses de greve

A greve dos estudantes da Universidade do México teve início a 20 de Abril do ano passado, como forma de protesto contra o

aumento do preço das matrículas de 20 centavos de dólar para 120 dólares anuais.

O reitor recuou na decisão, mas os alunos prosseguiram a greve com outras reivindicações: gratuidade total, entrada automática na universidade e a reestruturação do ensino com base num organismo a instituir, denominado Congresso Universitário, composto por 38 por cento de alunos, 38 por cento de professores, quatro por cento trabalhadores administrativos e quatro por cento de representantes da reitoria.

No passado dia 1, 200 estudantes não-grevistas atacaram os colegas com pedras e garrafas, iniciando um violento conflito que resultou num morto e 37 feridos. Cerca de 250 pessoas foram presas. Os grevistas foram obrigados a abandonar o local, mas no final da tarde retomaram os protestos.

Cinco dias depois, a Polícia Federal Preventiva liderou um assalto à universidade, detendo mais de 600 pessoas. «As imagens dos meios de comunicação falam por si mesmas», afirma o Conselho Geral de Greve, num comentário à intervenção de domingo.

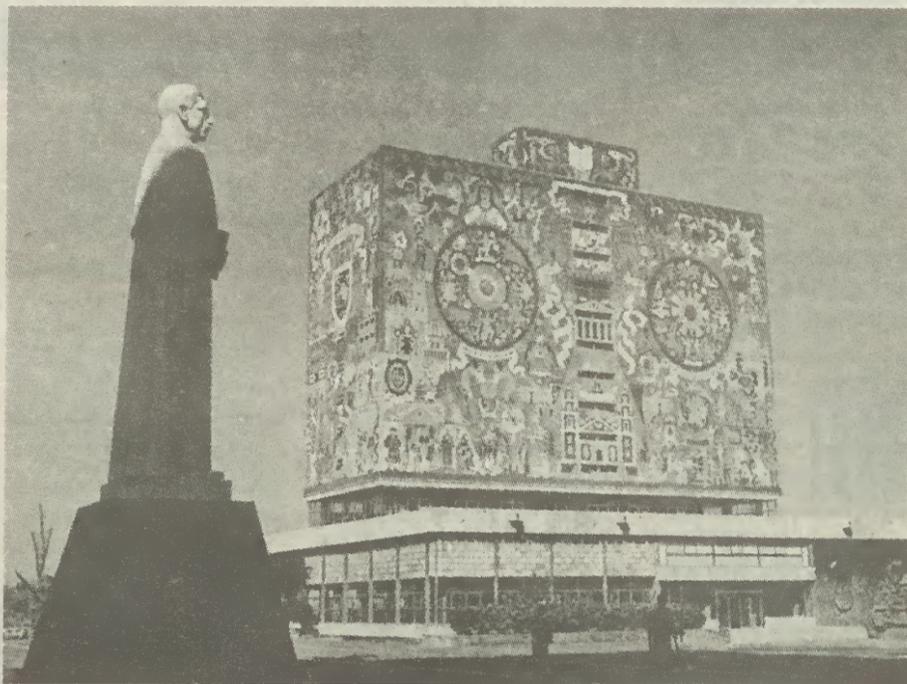
«Algum terrorista? Delinquentes altamente perigosos? Diálogo? Não, desde algum tempo os mexicanos não vêem nada disso. Mas, sim, vemos violência, pobreza e um «presidente» que não cumpre a sua palavra de cada vez que a dá. Quem é o delincente? Quem mata de fome a população? Quem tira a educação gratuita ao povo?», questionam os representantes dos grevistas.

## Nova crise no processo do Médio Oriente

A Autoridade Palestiniana suspendeu as negociações de paz com Israel num protesto contra o incumprimento dos compromissos assumidos por Telavive. «As negociações israelo-palestinas estão suspensas, devido à posição israelita que foge a todos os compromissos e datas estipuladas e insiste em impor a sua vontade aos palestinianos», afirmou o secretário-geral do Governo palestiniano, Ahmad Abdel Rahmane, na segunda-feira em Gaza.

Nesse mesmo dia, Yasser Arafat deslocou-se ao Cairo para pedir apoio ao presidente egípcio Hosni Mubarak, num momento em que «o processo de paz atravessa uma situação muito grave». O líder palestiniano referiu os «reiterados incumprimentos» de Israel, acusando o governo de Ehud Barak de «iludir a aplicação dos acordos». Arafat afirmou mesmo que as negociações directas com o primeiro-ministro israelita são «ridículas» e «absurdas».

Entretanto, Telavive anunciou o fim do acordo «Vinhos da Ira», assinado em 1996 pelo exército israelita, o Hezbollah e a milícia pró-israelita Exército do Sul do Líbano. Com o objectivo de proteger os civis residentes na fronteira entre o Líbano e Israel, os subscritores comprometeram-se a não atingir as populações e a não usar como bases zonas residenciais.



A universidade da Cidade do México foi invadida pela polícia, desalojando largas centenas de estudantes que mantinham uma greve desde Abril

## Os argumentos dos grevistas

Os estudantes grevistas defendem a gratuidade do ensino superior e lembram que esse direito está consagrado na própria constituição mexicana: «Toda a educação dependente do Estado será gratuita.» É por isso que dizem que, «sem importar as voltas que dêem os advogados do reitor, não podem esconder o seu sentido que obriga todas as universidades públicas do país a suspender imediatamente a cobrança ilegal de quotas e estabelecer explicitamente a sua gratuidade».

Outras razões são apresentadas, como o facto de a cobrança de serviços da universidade aos estudantes ser muitas vezes superior às quotas de inscrição, o que impede em muitos casos a conclusão dos estudos.

Assumindo-se como «filhos dos trabalhadores» que, com os seus impostos, sus-

tentam todo o sistema educativo, os grevistas afirmam que cada vez mais diminuem as possibilidades de entrar no ensino superior. Porquê? Foram eliminadas vagas e a entrada automática e foi limitado o tempo para terminar os estudos, sem ser levado em consideração que 40 por cento dos estudantes de licenciaturas são trabalhadores.

«Um povo culto é um povo livre», considera o Conselho Geral de Greve, que acusa que está a ser aplicada «uma política que expulsa quem tem maiores dificuldades económicas, pois educar-nos é considerado um «mau investimento». E para impor esta política, as autoridades criaram todo um sistema policial de vigilância, controlo e repressão contra os estudantes, professores e trabalhadores».

## Jugoslávia

# 500 civis mortos pela Nato

Os 78 dias de bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia provocaram a morte de 500 civis, um número quatro vezes superior ao reconhecido pela Aliança e pelos EUA, revela um relatório da organização Human Rights Watch (HRW) divulgado segunda-feira. Embora o balanço das vítimas fique muito aquém das estimativas das autoridades de Belgrado (entre 1200 a 5000), o relatório da HRW não tem dúvidas em afirmar que os ataques aéreos violaram o direito internacional humanitário.

Feito com base num trabalho de seis meses de investigações e de uma missão de vinte dias na Sérvia, Kosovo e Montenegro, o relatório conclui que o elevado número de vítimas civis - entre 488 a 527 - se deve ao uso de bombas de fragmentação contra povoações, ao ataque de objectivos de duvidosa utilidade militar, à falta de avisos prévios à

população, à deficiente identificação dos objectivos móveis e às escassas medidas de verificação da existência de civis em objectivos militares.

A HRW rotula de «ilegal» o objectivo de nove dos 90 casos analisados: o bombardeamento da televisão sérvia; a destruição de sete pontes e o ataque contra a central eléctrica de Nova Belgrado. Por outro lado, o relatório refere que 33 dos mesmos 90 ataques foram efectuados em áreas densamente povoadas, com particular destaque para a capital, Belgrado. Outra das cidades apontada pelo elevado número de vítimas civis é Nis (Voivodina), atacada com bombas de fragmentação. Segundo a organização humanitária, a utilização deste tipo de bombas pode ser confirmada em nove casos, com um saldo de 90 a 150 mortos. Os ataques com estas armas estiveram a cargo dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Apesar de considerar que a sua investigação não leva à conclusão de que a NATO tenha cometido crimes de guerra, a HRW apela para a formação de uma comissão «independente e imparcial» para analisar as consequências do ataque contra a Jugoslávia. Pelo seu lado, a RHW anuncia para breve outro relatório sobre os aspectos legais do bombardeamento.

A presidente do Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia, Carla del Ponte, admitiu entretanto a possibilidade de abrir uma investigação oficial sobre os bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia. Essa possibilidade irritou, entre outros, o senador norte-americano Jesse Helms, que numa intervenção perante o Conselho de Segurança a classificou como um exemplo da actuação negativa e parcial da ONU.

## Espanha

## Manifestações xenófobas

El Ejido, cidade no sul de Espanha a 25 quilómetros de Almeria, foi palco de violentos confrontos de carácter marcadamente xenófobo. Os incidentes iniciaram-se com a morte de uma espanhola, apunhalada até à morte durante um assalto, alegadamente por um marroquino, no sábado.

Nesse dia, centenas de pessoas saíram à rua, gritando palavras de ordem racistas e queimando automóveis e estabelecimentos comerciais pertencentes a marroquinos. No domingo e na segunda-feira, a situação agravou-se

quando populares, armados com bastões e barras de ferro, incendiaram uma casa de estrangeiros.

Os líderes da comunidade marroquina local apelaram aos imigrantes que não abandonassem as suas residências,

enquanto os manifestantes cortavam estradas e incendiavam pneus nas ruas.

O governo de Rabat já se manifestou, condenando os incidentes e alertando que estes podem «denegrir a imagem da comunidade marroquina em Espanha».

Os partidos da oposição, organizações sociais e sindicatos espanhóis acusaram o governo de cumplicidade com os manifestantes referindo a passividade da polícia perante os acontecimentos. O

ministro do Interior, Jaime Mayor, nega, alegando que a principal estratégia foi evitar confrontos entre espanhóis e marroquinos. Contudo, o secretário-geral do Sindicato Profissional de Polícia Fardada, Francisco Javier Santella, assegurou que a polícia recebeu «ordens terminantes» para não intervir.

As Comisiones Obreras consideram que o PP é responsável pelos incidentes, ao criar este «vandalismo racista» com a sua «campanha para acabar com o consenso». A central sindical não poupou os argumentos «reaccionários» do partido de José Maria Aznar, que «identificam imigração com delinquência», e acusa o governo de «passividade intencionada e, por isso, culpada.»

A Izquierda Unida pediu a demissão do alcaide de El

Ejido, Juan Enciso, do PP, pela sua «atitude fascista, racista e xenófoba». «Esta semana tem-se falado muito de Haider, mas devemos preocuparmo-nos também com o que se passa no nosso país, para que não aconteça estarmos a olhar para fora e estejamos a criar um problema para o futuro», afirmou por seu lado o PSOE.

A UGT abordou o «fracasso ou inexistência» de programas de integração e as péssimas condições de vida dos imigrantes magrebins. Preocupado com esta questão, o presidente da Andaluzia, Manuel Chavez, pediu ao Governo de Aznar para «incrementar e pôr em marcha com urgência» medidas específicas no campo dos contratos de trabalho e residência que contribuam para a integração social dos imigrantes.

## Caso Pinochet pode ser revisto

O juiz Simon Brown, presidente do tribunal encarregado do processo de Pinochet, anunciou terça-feira que admitia as petições apresentadas no Supremo Tribunal britânico pela Bélgica e por seis grupos de defesa dos direitos humanos reclamando o acesso ao relatório médico em que se fundamentou o ministro do Interior, Jack Straw, para recusar a extradição de Augusto Pinochet para Espanha.

Segundo Brown, o tribunal, que integra mais dois juizes, admite considerar se o caso Pinochet merece ser revisto. De imediato, os juizes reconhecem que as partes interessadas têm o direito de recorrer da decisão de Straw, que pretende manter secreto o relatório médico em que diz fundamentar a sua «inclinação» para libertar o ditador chileno.

De salientar que na exposição feita pelo advogado que representa o governo belga, Nigel Plemming, o ministro Straw foi acusado de ter violado «a justiça natural». O advogado disse não perceber como é que o ministro do Interior

pedia chegar a uma decisão legal, justa e razoável sem permitir que a Bélgica tivesse acesso aos exames médicos a que Pinochet foi submetido.

De acordo com as explicações agora prestadas pelo juiz Brown, a decisão de admitir as petições visa impedir que o caso se continue a arrastar nos tribunais, pelo que tanto a Bélgica como as organizações humanitárias têm agora a possibilidade de apresentar mais alegações fundamentando a sua pretensão de rever o processo.

Em declarações à agência Efe, Chantal Monet, representante do ministro do Interior belga, afirmou que «esta decisão demonstra que os nossos argumentos tinham sentido, de que não era absurdos».

Trata-se de facto de uma viragem inesperada neste complexo caso, tanto mais que seja qual for a decisão dos três juizes sobre o pedido de revisto judicial do processo, os interessados podem ainda apelar para a Câmara dos Lordes, instância máxima da justiça britânica.

## Espanha PSOE e IU selam acordo

Joaquín Almunia e Francisco Frutos, representantes máximos do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e da Esquerda Unida (IU), anunciaram anteontem que o objectivo do acordo eleitoral firmado entre os dois partidos é «governar».

Numa sessão pública realizada no Palácio de Cristal da Arganzuela, em Madrid, Frutos e Almunia selaram o acordo histórico entre os respectivos partidos - num cenário despido de símbolos, sem cartazes nem palavras de ordem - que ambos afirmam esperar seja mutuamente frutuoso e benéfico para o futuro da Espanha. Aplaudidos pelas três mil pessoas que assistiram ao evento, os dois dirigentes assinaram o acordo ao som da peça «A abertura da caça», tema da banda sonora do filme «1990», de Bertolucci, numa ironia por demais evidente.

«Este acordo é para governar», disse Almunia, para quem a partir das eleições de 12 de Março o Palácio de La Moncloa deverá ser a nova casa «dos progressistas».

«Há que levar este pacto até às últimas consequências, ganhando as eleições», afirmou o dirigente do PSOE.

Coube a Frutos sublinhar que o objectivo dessa desejada vitória eleitoral «é governar à esquerda», pelo que o pacto tem de ir para além das eleições, que «é apenas um primeiro passo», e que será defendido «com lealdade» pela IU.

De acordo com Frutos, este foi o «pacto possível», que levará as duas formações políticas a desenvolver campanhas autónomas, defendendo as posições próprias, para além da matéria acordada.

O Pacto entre o PSOE e a IU para apresentação de listas comuns ao Senado funcionará em 27 províncias, e visa eleger dois candidatos socialistas e um da Esquerda Unida.

economia de mercado; o regime semipresidencial; e a separação de poderes. Entretanto, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados lançou uma operação com vista a retirar os oito mil refugiados angolanos que se encontram na Zâmbia.

## Eleições na Croácia

Stipe Mesic venceu a segunda volta das eleições presidenciais na Croácia, com 56,21 por cento dos sufrágios, segundo resultados publicados pela comissão eleitoral nacional, quando estavam apurados de 99,36 por cento das assembleias de voto. O seu adversário, Drazen Budisa, obteve 43,79 por cento dos votos. A taxa de participação dos eleitores foi de 61,48 por cento, contra 62,98 por cento na primeira volta. O novo presidente, sucessor do falecido Franjo Tudjman, foi apoiado por cinco partidos, mas no novo governo de coligação croata tem somente uma quarta parte das pastas ministeriais, enquanto que os apoiantes de Budisa controlam os restantes ministérios.

## Presidenciais americanas

O governador do Texas, George Bush, está a perder a vantagem conseguida nos últimos meses em relação ao vice-presidente Al Gore, superando-o actualmente em apenas quatro pontos, revela uma sondagem publicada esta semana no «The Washington Post». Além de perder terreno para o vice-presidente, Bush está agora a ser também «ameaçado» pelo senador republicano John McCain, que o derrotou nas primárias de New Hampshire. O estudo de opinião levado a cabo pelo «The Washington Post» e pela cadeia de televisão ABC refere que Bush tem actualmente o apoio de 49 por cento dos entrevistados contra os 45 de Al Gore. Em Dezembro, o governador do Texas superava o rival democrata por uma margem de 16 pontos percentuais.

## Motim no Peru

Elementos do grupo Sendero Luminoso, presos no centro de segurança máxima de Yanamayo, fizeram reféns vários polícias na sequência de um motim em que morreu um recluso. Os polícias mantidos desde o início da semana como reféns são mais de 20, segundo a imprensa peruana, e foram sequestrados quando entraram na ala dos presos que se recusavam a entrar nas celas. Os elementos do Sendero Luminoso exigem mudanças no sistema prisional a que estão submetidos, que lhes permite receber apenas uma visita por mês e permanecer apenas uma hora por dia fora das respectivas celas.

## Finlândia A senhora Presidente



Tarja Halonen, a primeira mulher a chegar à presidência da Finlândia

A social-democrata Tarja Halonen foi eleita domingo presidente da Finlândia, tornando-se na primeira mulher a ascender ao mais alto cargo do Estado neste país nórdico.

Halonen, que obteve 51,8 por cento dos votos contra 48,2 por cento do seu rival centrista Esko Aho, assumirá funções a 1 de Março.

A segunda volta das eleições presidenciais na Finlândia foi profundamente marcada pela situação política na Áustria. Procurando tirar dividendos da entrada do Partido Liberal de Joerg Haider no governo de Viena, Esko Aho empenhou-se nos últimos dias de campanha na defesa intransigente dos valores tradicionais da família e criticou sem contemplações a decisão do governo de ter congelado as relações com a Áustria. O discurso radical permitiu-lhe encurtar a diferença que o separava de Halonen, mas não bastou para a vencer.

Para a vitória de Halonen, até agora responsável pela diplomacia no governo do social-democrata Paavo Lipponen, contribuiu em grande parte o eleitora-

durante a campanha, antes pôs a tónica do seu discurso no respeito dos direitos humanos e das minorias.

## Uma vida na política

Tarja Halonen, além de ministra, foi presidente do Comité de Assuntos Sociais do Eduskunta (Parlamento). Nascida a 24 de Dezembro de 1943 em Helsínquia, Halonen foi nos finais dos anos 60 secretária-geral da Associação dos estudantes finlandeses. Licenciada em Direito, trabalhou como advogada na Federação dos Sindicatos e em 1979 foi eleita deputada. Em 1987 foi nomeada ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais, cargo que ocupou até 1990, quando assumiu as pastas da Justiça e Cooperação Nórdica. Depois da vitória do Partido do Centro nas eleições de 1991, liderado por Esko Aho, esteve fora do governo quatro anos. Regressou ao poder em 1995 com a vitória do partido social-democrata e assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros.

do feminino das cidades de Helsínquia, Uusimaa e Tampere, onde conseguiu votações expressivas. A nova presidente contou ainda com os votos da Central Sindical SAK, da Aliança da Esquerda e, de uma forma geral, das mulheres e jovens. As mulheres consideram que Halonen é «competente, conhecedora da política externa e defensora dos direitos humanos».

Curiosamente, Halonen não utilizou a cartada feminista

## EUROPA

## Marrocos adia acordo com UE

O parlamento marroquino irá debater um projecto de lei de pescas que subordina a concessão de licenças de pesca a barcos estrangeiros à necessidade de conservação dos recursos. Este debate só deverá terminar em finais de Março, devendo manter-se até lá o impasse nas negociações de um novo acordo de pescas com a União Europeia. O diploma afirma que o acesso às embarcações estrangeiras só será permitido «se as reservas haliêuticas o permitirem e tendo em conta a necessidade de garantir a preservação dessas reservas». De qualquer forma, o projecto estabelece que tal só será possível «em virtude de um acordo concluído» ou através de «uma pessoa física ou jurídica marroquina e com a autorização prévia da autoridade governamental». A futura lei estabelece ainda pesadas sanções aos barcos estrangeiros que tentem pescar sem licença.

## Escolas ligadas à net até 2002

A Comissão Europeia apresentou uma proposta na passada segunda-feira que visa ligar à internet até 2002 todas as escolas do espaço comunitário. A estratégia avançada pretende reduzir o atraso da Europa face aos Estados Unidos no que respeita ao acesso à internet e à utilização de tecnologias de informação e comunicação. Por enquanto, o acesso à rede é não apenas muito menor do que nos EUA como está concentrado nos grupos sociais de maiores rendimentos e, geograficamente, no norte da Europa. Para o advento de uma verdadeira «geração net», a Comissão considera necessário treinar os professores e repensar os sistemas educativos com vista a enfrentar os desafios da sociedade da informação. Actualmente cerca de 81 dos 117 milhões de menores de 25 anos da União Europeia frequentam estabelecimentos de ensino. No plano laboral, a Comissão recomenda que os parceiros sociais e os governos dos estados-membros providenciem, até ao fim de 2003, para que cada trabalhador aprenda a usar computadores e promovam ao longo do ano corrente o tele-trabalho (trabalho à distância com computador) em grande escala. Aos serviços públicos a Comissão recomenda a instalação, entre 2000 e 2001, de sites internet de fácil acesso e utilização, por exemplo em bibliotecas e correios, bem como a disponibilização de informação electrónica sobre direitos civis e serviços públicos.

# Presidência portuguesa esquece ultraperiférias Proposta da Comissão põe em risco banana da Madeira

**A liberalização do mercado irá penalizar os produtores de banana europeus, como é o caso da Madeira, alertou Joaquim Miranda no Funchal.**

O eurodeputado do PCP, que na passada semana esteve no Funchal para falar do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA), criticou a presidência portuguesa da União Europeia por não ter definido a regulamentação do estatuto das regiões ultraperiféricas como uma das prioridades e acusou igualmente os governos regionais da Madeira e dos Açores de «inacção» nesta matéria quando deviam ser os principais interessados.

Joaquim Miranda afirmou ainda que a proposta de regulamentação dos estatutos das regiões ultraperiféricas «é de muitíssimo baixo perfil», salientando que, no entanto, o Parlamento Europeu poderá vir a contrariar esta tendência em benefício das sete regiões em causa.

Como sublinhou, o País não deve deslumbrar-se apenas com os fundos estruturais que virão do III QCA, mas deve estar atento a questões que têm importantes reflexos de ordem social como é o caso da banana madeirense.

A proposta da Comissão Europeia, disse, vai no sentido da liberalização do mercado penalizando os países europeus produtores de banana bem como os países da África Caraíbas e Pacífico (ACP) e o princípio da preferência comunitária no domínio comercial. Caso esta proposta vença «o sector da banana da Madeira poderá estar em causa», disse Joaquim Miranda.

Entretanto, a Comissão de Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu, à qual preside, designou relator do projecto de parecer sobre esta matéria o eurodeputado das Canárias (outra região ultraperiférica da UE), Fernandez Martin, que introduziu várias alterações ao regulamento do Conselho, em defesa dos países europeus e ACP e produtores de banana.

Este projecto de parecer, que será votado em 22 de Março na referida comissão, estabelece

Por outro lado, têm sido feitos alguns investimentos no sector permitindo um aumento da produção anual. Esta é de resto a

os produtores excedentários não devem ser penalizados.

Evocando o tratado de Amesterdão e o estatuto de região ultra-



A liberalização do mercado põe em risco a sobrevivência dos produtores europeus de banana

que «o método adoptado não poderá discriminar nenhuma das categorias de operadores actualmente presentes no mercado».

## Quota leiteira nos Açores

Em resposta a uma pergunta escrita da deputada do PCP, Ilda Figueiredo, a Comissão Europeia considera que compete a Portugal resolver os problemas resultantes da superação das quotas leiteiras nos Açores. A posição assumida por Franz Fischer deixa claro que a Comissão não tenciona alterar a quota nacional de Portugal, a qual, sublinha, foi fixada em 1991 tendo em conta já a importância da produção leiteira dos Açores e prevendo um aumento anual que se tem verificado.

No entanto, como refere Ilda Figueiredo, o sector representa cerca de 80 por cento do produto agrícola bruto regional, 25 por cento das entregas e mais de 13 por cento dos produtores ao nível nacional, existindo neste momento mais de cinco mil produtores.

única forma de os produtores garantirem o rendimento mínimo por força da quebra relativa de preços à produção verificada nos últimos dez anos.

Este esforço pode já este ano ser posto em causa, afirma a deputada, uma vez que a quota interna para os Açores já foi ultrapassada, prevendo-se que a quota nacional também o venha a ser. Ilda Figueiredo chama a atenção para o facto de na sua maioria se tratarem de pequenas explorações familiares pelo que

periférica, a deputada indagou sobre as medidas que ao nível comunitário poderiam ser tomadas em defesa deste sector nos Açores, que representa apenas 0,003 por cento da produção europeia. A resposta da Comissão foi no entanto inflexível: «Compete a Portugal, no caso de as previsões de superação da quota nacional se confirmarem, aplicar as disposições de modulação oferecidas pela regulamentação comunitária para tratar com equidade os produtores afectados por uma superação.»

## ABB pagou «luvas»

A filial alemã do grupo ABB dispôs entre 1993 e 1997 de contas na Suíça onde colocou um total de 300 milhões de marcos (três milhões de contos), que serviam para pagar «luvas», afirma a edição de segunda-feira do semanário Spiegel.

Segundo o Spiegel, a filial do grupo electrotécnico dispunha de contas em 11 bancos suíços que serviram nomeadamente para financiar a obtenção de mercado na Alemanha nas áreas da incineração, energia e automóvel. Este sistema de contas secretas foi igualmente empregue para os mercados estrangeiros, refere o semanário. As autoridades judiciais que abriram um inquérito desde 1997 contra o antigo presidente da ABB Alemanha, Michael Pohr, por corrupção, está a visar igualmente um dos ex-dirigentes da empresa acusado de ter desviado para a sua própria conta cerca de 16 milhões de marcos inicialmente destinados a conseguir mercado no sector automóvel.

## Ajudas a Lisboa e Vale do Tejo Governo quer solução rápida

Portugal está interessado em resolver depressa o diferendo que o opõe a Bruxelas sobre questão dos auxílios estatais às grandes empresas de Lisboa e Vale do Tejo. «Mais do que resolver a questão a contento, o objectivo é resolver o assunto depressa», afirma um despacho da Agência Lusa, citando fonte ao mais alto nível dos ministérios envolvidos.

A questão surgiu após Lisboa e Vale do Tejo ter ultrapassado 75 por cento do PIB por habitante médio da União Europeia, o que levou à sua exclusão do objectivo 1 dos fundos estruturais. Em consequência as grandes empresas da região deixaram de poder beneficiar de uma derrogação da política comunitária de concorrência que autoriza auxílios públicos ao investimento dessas companhias.

Na altura, Portugal propôs um prazo de quatro anos de transição, que foi contestado pela comissão europeia com base nos regulamen-

tos em vigor, que determinam que só podem beneficiar da transição regiões que representem 10,2 por cento da população de um país e na região de LVT vivem 33,4 por cento dos portugueses.

Face às divergências com Lisboa, Bruxelas abriu um processo de investigação e cancelou desde 1 de Janeiro qualquer ajuda pública às empresas que estejam sediadas na região da capital. De acordo com o regulamento processual, a Comissão Europeia tem agora 18 meses para resolver o diferendo, prazo que Lisboa pretende encurtar.

Em Bruxelas, Portugal tem actualmente a trabalhar neste assunto um grupo interministerial (Economia e Planeamento), liderado por Maximiano Martins (gestor do PEDIP). Segundo a Agência Lusa apurou, Lisboa aposta num entendimento com a Comissão aceitando uma transição de quatro anos apenas aplicável a uma base territorial que envolva 10,2 por cento da população portuguesa.

## Europa avalia situação nos países ACP

O diálogo político entre a União Europeia e os Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) incluirá no futuro temas como o comércio de armas, a droga e o crime organizado, as despesas militares excessivas e a discriminação religiosa, ética ou racial. Os acordos que substituem a Convenção de Lomé prevêm a avaliação por parte da UE da evolução dos direitos do homem, do estado de direito e da boa gestão das questões públicas naqueles países, podendo o doador europeu recorrer à cláusula de não execução das ajudas para o desenvolvimento.

Ao abrigo da nova parceria UE-ACP está ainda a prevenção dos conflitos violentos nomeadamente através de apoios à desmobilização de soldados e à luta contra as minas antipessoais. Durante a 4.ª Conferência Ministerial UE-ACP, realizada na passada semana, Cuba apresentou o pedido de adesão à nova convenção sobre cooperação para o desenvolvimento. Caso seja aprovada, Cuba poderá tornar-se no 87.º signatário da nova convenção que será assinada a 31 de Maio nas ilhas Fiji. Segundo o embaixador de Cuba junto das instituições europeias, Rene Mujica, o seu país não teme a avaliação que os Quinze possam fazer do seu regime político: «Há 40 anos alcançamos a democracia e a liberdade com a revolução», disse, acrescentando que «o nosso sistema democrático é mal conhecido na Europa». A nova convenção prevê ainda a celebração de acordos regionais de parceria para a criação em 2008 de zonas de comércio livre entre a União Europeia e subgrupos de países ACP.

## Cidades sem carros por um dia

A Comissária Europeia do Ambiente, Margot Wallstrom, lançou um desafio a todos os estados-membros para que no próximo dia 22 de Setembro não circulem veículos poluentes. O projecto «Dia Europeu Livre de Carros» tem como objectivo repetir iniciativas anteriormente realizadas, nomeadamente em 1998, em França, e em 1999, quando 66 cidades deste país se juntaram a mais 92 cidades italianas e seis suíças. Em 22 Setembro do ano passado, foram criadas zonas livres de carros em grandes áreas do centro das cidades participantes com vista a sensibilizar os seus habitantes a descobrirem o espaço em que vivem e trabalham, deslocando-se a pé, de bicicleta ou utilizando transportes públicos.



# Comité Central convoca XVI Congresso

**O** Comité Central do PCP, reunido nos dias 5 e 6 de Fevereiro, analisou e debateu a situação política e social, apreciou a actividade ultimamente desenvolvida pelo Partido e definiu tarefas partidárias essenciais para

o futuro imediato. O CC procedeu, ainda, a uma primeira abordagem de questões relacionadas com o processo de preparação do XVI Congresso do PCP que se realizará em Lisboa, no «Pavilhão Atlântico», nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro próximo.

# Prosseguir e intensificar a luta contra a política de direita

1. O Comité Central salienta, como dados relevantes da situação actual, por um lado, o prosseguimento e a acentuação, por parte do Governo do PS, de uma política marcadamente de classe, que tem como beneficiários privilegiados os grandes grupos económicos e financeiros e cujas consequências negativas incidem fundamentalmente sobre os trabalhadores; e, por outro lado, o desenvolvimento da luta contra aspectos concretos dessa política, envolvendo muitos milhares de trabalhadores de múltiplas empresas e sectores de actividade. Alarga-se o descontentamento e o protesto de diferentes grupos e camadas sociais face à política de direita, situação para que também concorrem a reforçada evidência do arrastamento uma grave crise na justiça e noutras áreas da vida nacional, a confirmação através de declarações de ex-membros do Governo da sujeição do Governo a *lobbies* e grupos de interesses, a patente descoordenação e ineficácia do Governo em relação a muitos problemas.

O CC sublinha porém que, apesar disto, o Governo tem beneficiado da criação de múltiplos factores de diversão e distração da opinião pública, em que se insere o espectáculo de desorientação e crise do PSD.

O CC sublinha e valoriza a crescente afirmação do PCP como a grande força da oposição de esquerda e da luta por uma política de esquerda, visível na forte, intensa e diversificada intervenção do Partido no combate à política de direita, na apresentação de propostas concretas visando a resolução de problemas, na dinamização e no apoio activo às lutas dos trabalhadores e das populações.

Existem condições para, através da intensificação da iniciativa política do Partido, mobilizar mais e mais trabalhadores e cidadãos para a luta pela resolução de problemas concretos existentes, para resistir à política de direita do Governo e para lhe impor recuos e derrotas no plano social e político.

2. O Comité Central considera que o traço contínuo da política social do Governo do PS não só não responde às legítimas aspirações e reivindicações dos trabalhadores, como mantém e agrava os muitos problemas existentes, nomeadamente em grandes empresas e sectores. A política laboral, caracterizada pelo aumento da precarização e da pressão para a saída precoce do mercado de trabalho, pela não aplicação e pela violação das leis do trabalho, por atentados brutais ao emprego com direitos. A situação em empresas como a TAP, a Lisnave, a Portugal Telecom, a Siemens — onde o emprego e outros direitos fundamentais de milhares de trabalhadores estão seriamente ameaçados; a orientação orçamental para conter e desvalorizar os salários na Administração Pública (aliada à falta de resposta a outras

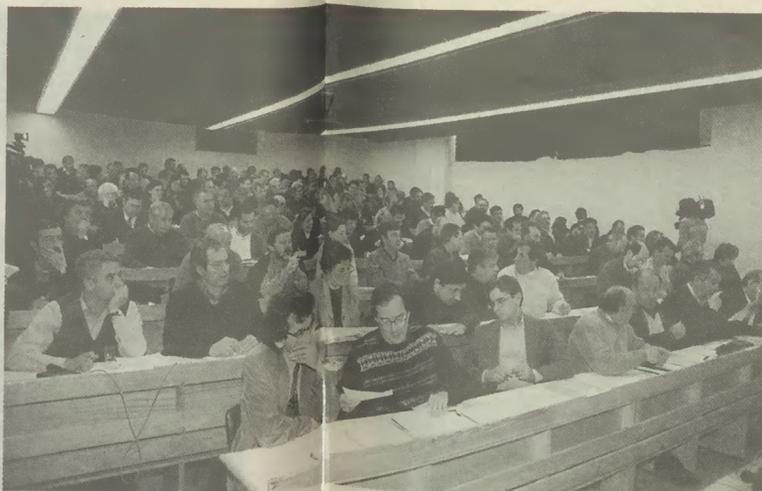
reivindicações específicas dos professores, dos enfermeiros, dos trabalhadores da Função Pública e da Administração Local e de muitas empresas públicas e privadas), geram descontentamento e colocam na ordem do dia a necessidade do desenvolvimento e da intensificação da luta.

Neste contexto e face à decisão da CGTP-IN de, no quadro da realização da chamada «Cimeira sobre o Emprego», convocar para o dia 23 de Março uma grande acção de massas, o Comité Central apela a todos os trabalhadores para que participem activamente nessa jornada de luta.

3. O Comité Central analisou o Orçamento do Estado para 2000 — que a Assembleia da República discutirá e votará no decorrer do presente mês — e considera terem-se confirmado as piores expectativas: o Governo do PS não só não está interessado, nem quer, promover a justiça fiscal como, pelo contrário, mantém as injustiças actuais e agrava-as em termos relativos, designadamente no tratamento fiscal diferenciado dado aos rendimentos do trabalho e aos lucros do grande capital. Para além disso, o OE mantém a generalidade dos benefícios fiscais às operações e actividades financeiras e os ilegítimos e escandalosos privilégios fiscais atribuídos ao sistema bancário. Na realidade, o desagravamento fiscal destina-se exclusivamente aos lucros, em particular aos das grandes empresas, esquecendo totalmente os rendimentos do trabalho — numa inequívoca demonstração dos interesses de classe defendidos pelo Governo do PS. Acresce que as medidas de combate à fraude e à evasão fiscais são inexistentes no OE e que o próprio Governo encarrega-se de desmentir declarações suas recentes, mostrando que, afinal e por exemplo, continua a considerar o sigilo bancário um «tabu sagrado».

O CC sublinha ainda a fúria privatizadora patente no OE, que o Governo está a concretizar em sectores estratégicos como os transportes aéreos e o energético, preparando-se para vender, no presente ano, mais 500 milhões de contos de património empresarial público. Privatizações que, a par de processos em curso de concentração no sector bancário e da grande distribuição, entregam o controlo e domínio desses sectores ao capital estrangeiro, agravam ainda mais o grau de monopolização da economia portuguesa, geram desemprego, e degradam e encarecem a prestação de serviços e bens essenciais.

Face a tal proposta governamental, o Comité Central confirma a posição já expressa publicamente pela sua Comissão Política assumindo claramente um voto de rejeição do Orçamento do Estado.



# Prosseguir e ampliar uma forte intervenção do Partido

1. Procedendo a uma apreciação geral da actividade ultimamente desenvolvida pelo Partido numa situação política e social particularmente exigente, o Comité Central assinala que, em correspondência com orientações essenciais definidas na sua reunião de 25.11.99, se regista uma intensa, diversificada e dinâmica intervenção do Partido, quer no plano da acção política geral, quer na intervenção parlamentar e das organizações do Partido.

2. Com efeito, sem prejuízo de insuficiências e limitações, são nomeadamente de realçar na intervenção do Partido:

— uma firme crítica e uma atenta fiscalização à actividade, orientações e decisões do Governo (sendo, neste domínio, de destacar, entre muitos outros exemplos, o papel essencial desempenhado nas denúncias quanto à situação na TAP, quanto ao aumento dos preços dos serviços públicos, quanto à entrega de sectores estratégicos da economia a grupos estrangeiros);

— a apresentação de um valioso conjunto de propostas e iniciativas legislativas que representam uma qualificada contribuição e um assinalável esforço no sentido de

superar graves problemas e situações de crise nas áreas da saúde (resolução sobre a intensificação da formação de médicos e enfermeiros e programa de redução de gastos com medicamentos que já foram aprovados na generalidade), da justiça (com destaque para a proposta de criação de julgados de paz), da segurança social (lei de bases, aumentos das reformas e baixa da idade de reforma das mulheres), da fiscalidade (projecto de lei de reforma global dos impostos sobre os rendimentos), da protecção e garantia de direitos dos trabalhadores e dos cidadãos (com destaque para o projecto já aprovado de medidas de protecção das mulheres vítimas de violência e dos projectos relativos ao aumento do salário mínimo, à atribuição de subsídio de desemprego aos professores contratados mas não colocados, ao exercício de direitos pelos militares); de aperfeiçoamento e participação democrática no sistema político (proibição do financiamento dos partidos por empresas, iniciativa legislativa popular e regime de apreciação das petições pela AR);

— uma activa e empenhada intervenção dos comunistas na dinamização e no desenvolvimento da luta social e no fortalecimento da intervenção das organizações

sociais, em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações.

3. O Comité Central salienta a importância de prosseguir e aprofundar a intervenção do Partido com estas valiosas características, acentuando, no conjunto do partido e a todos os níveis de responsabilidade, a atenção e sensibilidade para os problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pela população, o gosto e a capacidade de uma pronta iniciativa política e tomadas de posição, a valorização e maior divulgação das propostas do Partido e a criação de fortes correntes de opinião de apoio à sua concretização.

4. Neste sentido, e num quadro muito vasto e diversificado de responsabilidades e tarefas a curto prazo, o Comité Central apela designadamente ao especial envolvimento das organizações e militantes do partido em acções, iniciativas e linhas de trabalho como:

— a acção nacional de esclarecimento e mobilização social em torno das propostas do PCP para «mais justiça fiscal/ menos impostos sobre o trabalho», a realizar de 14 a 28 de Fevereiro;

— a campanha de promoção e difusão do «Avante!» que, a partir da remodelação a concretizar na edição de 17 de Fevereiro, se deverá prolongar até à Festa do «Avante!»;

— as iniciativas e acções a realizar em torno dos direitos das mulheres, por altura do Dia Internacional da Mulher (8 de Março);

— a campanha de contactos e acção junto dos trabalhadores a promover, no período de 14 de Março a 15 de Abril, em torno dos seus problemas e direitos, do esclarecimento sobre a política do governo, da informação e valorização de novas propostas legislativas do Partido;

— as iniciativas em torno das questões da saúde, do ensino e da Segurança Social, a realizar no 1.º Semestre;

— o apoio às lutas dos trabalhadores por melhores salários, pelo emprego com direitos, pela efectivação dos direitos laborais bem como às acções de protesto e reivindicação de outras camadas e sectores sociais atingidos pela política do Governo, e um activo apoio e mobilização com vista ao êxito da manifestação convocada pela CGTP-IN para 23 de Março (data da realização, em Lisboa, da chamada «Cimeira sobre o Emprego» da União Europeia);

— as iniciativas de comemoração do «Dia do Estudante» e do «Dia da Juventude» respectivamente a 24 e 28 de Março, a realizar em torno da defesa do Ensino Público, gratuito e de qualidade e dos direitos dos jovens;

— as iniciativas de comemoração do 79.º aniversário do Partido, que devem constituir um elemento de dinamização da intervenção do Partido, afirmação das suas propostas e ideais, de debate político e de reforço dos laços de solidariedade, de camaradagem, de trabalho e de participação dos membros do Partido;

— a concretização dos planos de trabalho a nível das organizações regionais e locais, com especial relevo para as iniciativas e formas de intervenção que ampliem a presença e intervenção do Partido nos problemas específicos e mais sentidos nessas regiões;

— o reforço da organização partidária, que constitui instrumento fundamental para o fortalecimento da capacidade de intervenção do Partido, para o aprofundamento da sua ligação às massas e para o aumento da sua influência. (fortalecimento das organizações de base e realização de um vasto conjunto de Assembleias das Organizações, plano de acção para o reforço da organização e intervenção do partido junto da classe operária e de todos os trabalhadores, desen-

volvimento do trabalho com outros sectores e camadas sociais, com destaque para a Juventude, recrutamento, responsabilização de quadros e uma vasta acção de contacto com os membros do Partido).

5. O Comité Central decidiu marcar para 1, 2 e 3 de Setembro a realização da Festa do Avante!, para cujo êxito é indispensável desde já a sua preparação pelas organizações e militantes do Partido.

A Festa da Alegria, a realizar nos dias 7, 8 e 9 de Julho em Braga, requer o apoio e a solidariedade das diferentes Organizações Regionais do Partido.

O Comité Central decidiu também da realização, entre Março e Outubro deste ano de uma Campanha Nacional de Fundos com vista a assegurar os recursos financeiros à campanha de difusão do Avante!, à intervenção e comunicação do Partido e às despesas com a realização do XVI Congresso.

6. O Comité Central destaca também a necessidade de prestar a maior atenção e apoiar activamente a preparação da intervenção do PCP e da CDU nas importantes eleições regionais da Madeira e dos Açores (a realizar em Outubro próximo) e de, no quadro dos esforços em curso para o fortalecimento e melhoria da intervenção no poder local, adiantar aspectos da preparação da intervenção nas eleições autárquicas de Dezembro de 2001.

7. Apesar da demagogia oposicionista do PSD e do PP que procura disfarçar o seu real apoio aos eixos fundamentais da política prosseguida pelo Governo do PS e apesar das dificuldades e obstáculos causados pelos elementos de diversão e artificialismo que distorcem e degradam a vida política nacional, existem condições favoráveis para o reforço da influência do PCP e para uma sua mais forte afirmação como a grande força da oposição de esquerda à política de direita do Governo do PS e como principal protagonista da luta por uma política de esquerda.



# A presidência da União Europeia

1. O Comité Central analisou o programa da Presidência Portuguesa da União Europeia, que decorre desde inícios de Janeiro até Junho do corrente ano.

São já claros os objectivos de a transformar num imenso corruio de ministros e personalidades, numa numerosa série de conferências e seminários, na opção pela propaganda e o espectáculo, à margem dos problemas cruciais que a União Europeia e Portugal enfrentam. Mesmo quando os problemas abordados são de relevante interesse e actualidade, como sucede com a Cimeira do Emprego, o conteúdo real das iniciativas e propostas avançadas mostra que se procura, acima de tudo, justificar as actuais orientações neoliberais, em geral a verdadeira causa dos problemas a que se diz pretender dar resposta. À semelhança de outras anteriores cimeiras, a Cimeira do Emprego não é mais do que uma repetição de conceitos e chavões, no quadro das habituais «soluções» centradas na precarização e na redução dos custos do trabalho, e sem uma aposta clara no objectivo do pleno emprego, na garantia da salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, na revalorização salarial e na concretização de uma verdadeira coesão económica e social.

2. O Comité Central considera particularmente grave que questões como o alargamento da União Europeia a Leste e alguns dos sérios problemas que o País enfrenta — nomeadamente nas pescas, no sector têxtil e na agricultura — não tenham merecido do Governo português o necessário esforço para que fossem incluídos como temas centrais na agenda da Presidência. O CC recorda que, no sector agrícola, foram mais uma vez anunciados milhões e milhões de contos que, à semelhança do que aconteceu no passado, são fortemente inflacionados e que, perante os condicionamentos impostos pela Política Agrícola Comum e pela política agrícola do Governo, não responderão aos problemas estruturais da agricultura portuguesa. Basta sublinhar que metade da despesa pública prevista no III CQA para a agricultura é destinada para compensar parcialmente as diminuições de preços decididos no âmbito da PAC. Entretanto, é conhecido o risco de os produtores de leite virem a pagar pela primeira vez pesadas multas por ultrapassagem da quota leiteira — situação que, só por si, denuncia a fraude do preteso êxito governamental em Berlim, nas negociações da Agenda 2000 — o que, somado ao recrudescer de epizootias (leucose, brucelose, etc.), e à continuação do discriminatório embargo da Comunidade à

carne bovina portuguesa, está a criar graves problemas à produção pecuária portuguesa, a exigir sérias e urgentes medidas do Governo.

Nas Pescas continua a não estar assegurado a exclusividade da zona das 12 milhas para o exercício de pesca à frota nacional assim como o direito preferencial na zona das 24 milhas. As opções contidas no POP IV mantêm e aprofundam medidas visando a redução da produção ao mesmo tempo que vão reduzindo os meios financeiros de apoio.

3. Igualmente grave é, para o CC do PCP, a perspectiva da colaboração activa do Governo português no processo de reforma das instituições — mecanismos de voto e direito de veto, número de comissários e rotatividade das presidências, línguas de trabalho — acentuando a condução da União Europeia pelos directórios dos grandes países e enfraquecendo significativamente a capacidade dos países de menor dimensão económica e populacional nos processos de decisão da Comunidade.

A acentuação das orientações federalistas vai de par com a concretização de um conjunto de medidas tendentes a dotar a União Europeia de uma Política Comum de Segurança e Defesa, nomeadamente com a

criação de novas estruturas político-militares, numa preocupante escalada de militarização da Europa.

A materialização deste objectivo, falsamente apresentado por alguns como a «carta de alforria» da Europa face aos EUA e à NATO, o que visa, de facto, é dar os passos necessários para a consagração da Política Externa da UE como sujeito de direito internacional, substituindo-se crescentemente aos Estados-membros — através do PESC — na definição e execução da política externa de defesa e de segurança.

O Comité Central sublinha que o PCP — que em devido tempo alertou para o nefasto e perigoso caminho que está a ser trilhado — rejeita firmemente opções que degradam o exercício da soberania e da independência nacional, que não servem a cooperação e o desenvolvimento, que precarizam ainda mais o papel da ONU e da OSCE.

4. O CC, avaliando o significado e a gravidade da situação decorrente da formação do novo governo austriaco e dos seus anunciados desenvolvimentos, considera que a entrada no Governo da Áustria de um partido da extrema-direita, causa profunda inquietação e indignação, sendo legítimo e necessário que, no plano das

forças políticas e da opinião pública, tal decisão seja politicamente criticada e condenada.

Entretanto, é indispensável não perder de vista as causas provavelmente determinantes do êxito eleitoral daquele partido e em que parecem avultar a exploração demagógica e populista de justas insatisfações em vastos sectores da população provocadas pela política neoliberal dos socialistas (e pelas suas passadas coligações com os conservadores) e pelo prolongado domínio e hegemonia da vida política austriaca por aqueles dois partidos.

Ao mesmo tempo, considera o CC do PCP, não pode deixar de considerar-se como um perigoso precedente e como uma atitude contraproducente que instâncias da União Europeia ou um conjunto de Estados europeus se arroguem o direito ou expressem a pretensão de funcionarem como entidade supranacional de tutela de decisões soberanas de cada povo e país.

O Comité Central do PCP considera que o que é necessário é prestar solidariedade activa aos que, na Áustria, resistem e lutam contra a perigosa evolução em curso.

5. O Comité Central apela à mobilização e intervenção dos portugueses para que, através de um conjunto diversificado de

iniciativas, designadamente as já anunciadas, possam evidenciar e reclamar a necessidade de outro rumo para a União Europeia, como há muito o PCP defende. É nesse sentido que se realizarão em Lisboa, nos dias 8 e 9 de Março, as Jornadas do Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, subordinadas ao tema do emprego, que no dia 23 de Março promoverá um Encontro/Fórum de partidos comunistas e outras forças de esquerda internacional, e que se reafirma a disponibilidade do PCP para participar na «Cimeira Alternativa», marcada para o dia 24 de Março e promovida por diversas organizações sociais e culturais.

O Comité Central considera que se trata de iniciativas que devem contribuir para impulsionar um rumo que tenha em conta as especificidades dos pequenos países como Portugal. Um rumo que inverta o actual caminho para uma Europa federal, bloco político-militar ao serviço dos interesses do capital transnacional, a favor de uma União Europeia de países soberanos e iguais em direitos, a convergência real das economias e a coesão económica e social. Um rumo que elimine as raízes do racismo, da xenofobia, do recrudescimento da extrema-direita na Europa. Um rumo para uma Europa de paz e cooperação.



Comité  
Central  
convoca  
XVI  
Congresso

# XVI Congresso

## Para uma grande afirmação do Partido

O Comité Central examinou algumas questões relacionadas com a preparação do **XVI Congresso**, tendo decidido fixar a sua convocação para os dias **8, 9 e 10 de Dezembro** do corrente ano, no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações em Lisboa, deixando para decisão posterior a aprovação da proposta de Ordem de Trabalhos, bem como do regulamento para o debate preparatório.

O Comité Central aprovou ainda uma nota de trabalho com alguns tópicos para o debate inicial, a qual sendo um ponto de referência sobre algumas questões centrais que se colocam para análise e reflexão dos militantes e organizações, não esgota a diversidade de questões a analisar e a debater.

O Comité Central salienta que a preparação e realização do XVI Congresso constitui a grande tarefa deste ano para todo o colectivo partidário, devendo entretanto ser articulada e complementada com a intervenção, a dinâmica de luta e a acção geral do Partido.

Tendo por base a experiência e metodologia acumuladas com a preparação de Congressos anteriores, e sem prejuízo da reflexão sobre eventuais aperfeiçoamentos e posteriores decisões que o Comité Central enten-

da necessário, importa desde já desenvolver esforços para o maior aprofundamento e amplitude da reflexão e do debate preparatório do XVI Congresso, através da maior participação e envolvimento possível das organizações e militantes do Partido, na busca das respostas mais adequadas para melhorar e reforçar a intervenção do Partido, a sua organização e o trabalho de Direcção. O Comité Central decide que a preparação do XVI Congresso decorra em **três fases**, interligadas e complementares:

- **Na primeira fase** dever-se-á procurar, partindo da nota de trabalho aprovada pelo Comité Central, envolver o maior número de organismos e militantes através de iniciativas diversas, com vista à análise de problemas, suscitando a sua reflexão, a elaboração de propostas e o debate sobre os principais temas, questões e ideias a que o Congresso deve dar resposta. Esta fase decorrerá **de Fevereiro a Maio**.

- **Na segunda fase**, o Comité Central, tendo em conta a análise dos contributos recolhidos na 1.ª fase, definirá as questões fundamentais que os organismos executivos deverão inte-

grar na elaboração dos documentos a aprovar pelo Comité Central e a submeter posteriormente a debate pelos militantes e organizações. Esta fase decorrerá **em Maio e Junho**.

- **Na terceira fase** realizar-se-á o debate em todo o Partido dos projectos de documentos aprovados pelo Comité Central e a submeter à apreciação do Congresso e proceder-se-á à eleição dos delegados ao Congresso em conformidade com o regulamento previamente aprovado pelo Comité Central. Esta fase terá início nos  **fins de Setembro/começos de Outubro**, logo após a publicação dos documentos no «Avante!», que deverá abrir um espaço dedicado à intervenção dos militantes do Partido.

Ao Congresso coloca-se a tarefa de proceder a uma profunda reflexão sobre os grandes problemas nacionais e internacionais, as perspectivas de luta social e política, num quadro de integração europeia e situação nacional e internacional incerto e de grande complexidade, mas também de grandes potencialidades, a definição clara da alternativa de esquerda por que lutamos e os caminhos para a atingir.

Partindo do Programa e dos Estatutos em vigor e das orientações e Resoluções aprovadas pelos XIII, XIV e XV Congressos, tendo em conta as evoluções desde então verificadas no mundo, no País e no Partido, o Congresso deve ter como objectivo realizar um grande esforço para imprimir uma maior dinâmica e iniciativa na intervenção política do Partido, na sua ligação aos trabalhadores, aos jovens e a outras camadas sociais, alargar a sua influência social, política e eleitoral, reforçando o seu poder de atracção política e ideológica, numa perspectiva de grande confiança na luta pelos seus valores, ideais e projecto e de afirmação da sua identidade.

Neste quadro, é objectivo do Congresso o desenvolvimento e o reforço da organização partidária, o envolvimento e responsabilização dos militantes, a continuação do rejuvenescimento e renovação das estruturas orgânicas e de Direcção do Partido nos seus diversos níveis, para uma ainda maior afirmação do PCP como Partido da classe operária e dos trabalhadores, como Partido insubstituível na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País; pela democracia e o socialismo.

# A flexibilidade ou as novas formas de exploração

■ Maria Alberto Branco

**A** flexibilidade ou as novas formas da exploração. Depois do artigo no «Avante!» de 20 de Janeiro em que se abordavam os conceitos de «empregabilidade» e «adaptabilidade» como formas de diminuir o custo da mão-de-obra, parece oportuno abordar um outro conceito frequentemente utilizado no discurso político: o conceito de «flexibilidade».

«Flexibilidade», uma palavra quantas vezes ouvida quando se fala de emprego. Mas a que se referem aqueles que recorrem à «flexibilidade» como a panaceia para todos os problemas associados ao emprego?

Esta a questão que nos propomos abordar nestas linhas.

A flexibilidade surge, algumas vezes, associada ao funcionamento do «mercado de emprego», significando, neste contexto, a flexibilidade contratual ou, dito de outro modo, a facilidade que a legislação confere às entidades patronais para despedirem trabalhadores. Esta é a flexibilidade que permite o despedimento do trabalhador no fim do tempo de

Lopes (1), das mais flexíveis da UE. Efectivamente, a entidade patronal pode contratar a prazo, à tarefa, à hora... dispensando o trabalhador logo que dele deixe de necessitar. Esta flexibilidade é aquela que precariza o emprego, permitindo que o número de contratados a prazo continue a crescer muito significativamente e que os trabalhadores vivam na permanente insegurança de se verem no desemprego. Esta flexibilidade é aquela que per-

mite o retorno a velhas formas de exploração da força de trabalho, negando os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo deste século.

A flexibilidade aparece também associada ao tempo de trabalho. Nestas circunstâncias, flexibilidade significa a alteração do horário de trabalho: hoje trabalham-se 12 horas, amanhã 4. Esta semana trabalham-se 60 h, para a semana apenas 20. Para alguns trabalhadores esta flexibilidade pode até parecer atraente, pois possibilitaria que a semana seguinte fosse apenas de dois dias e meio de trabalho! Mas esta flexibilidade nada tem a ver com a gestão do tempo pelo traba-

Qual o pai ou a mãe que não gostaria de poder chegar hoje uma hora mais tarde para poder acompanhar o seu filho, sem que isso significasse a perda de uma manhã de salário, mesmo que compensando essa hora no fim da jornada de trabalho?

Mas onde, em que sectores é que a tal desejada conciliação é possível? Na linha de montagem? No comércio? De facto, mesmo assumindo que a entidade patronal admitiria que o trabalhador gerisse o seu tempo de trabalho, os processos produtivos e as restantes actividades económicas, tal como funcionam hoje, dificilmente permitem este tipo de conciliação, sendo esta, por isso, mais uma forma demagógica de criar condições para que os trabalhadores aceitem a flexibilidade horária, na expectativa que dela possam beneficiar.

E estas «flexibilidades» constituem o objectivo do capital quando utiliza conceitos como os da «empregabilidade» ou da «adaptabilidade» no seu discurso. Como referido em artigo anterior, o capital utiliza os efeitos da responsabilização dos trabalhadores pelo seu emprego para poder aumentar

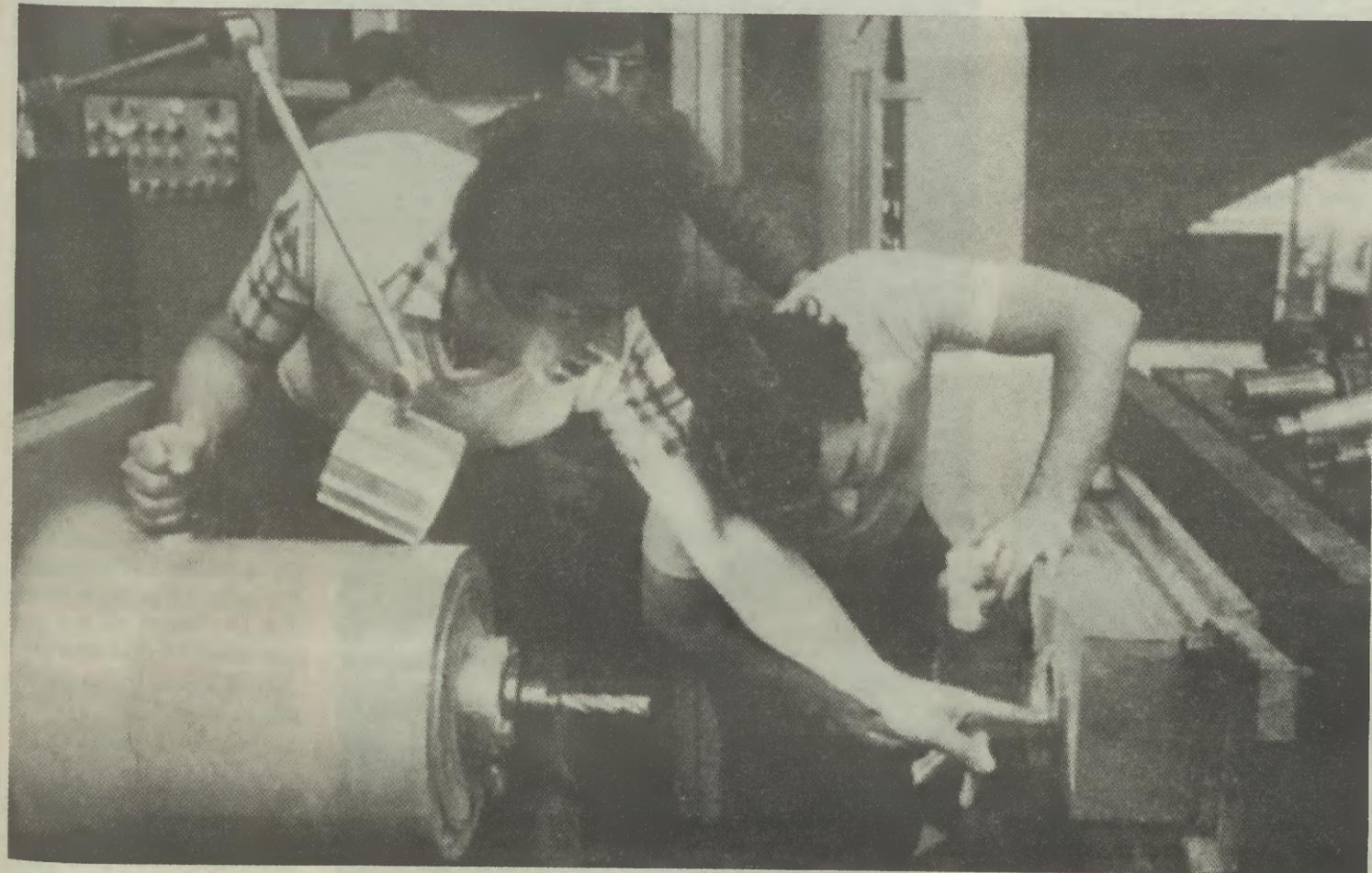
a exploração e, então, não se limita à «flexibilidade» legalmente instituída mas ultrapassa-a. Deste modo, um trabalhador precário ficará contente com um emprego, independentemente do seu tempo de duração, aceitando todas as condições impostas pela entidade patronal para conseguir a renovação do seu contrato no fim do tempo previsto, nomeadamente aceitando todas as alterações ao seu tempo de trabalho na perspectiva de conseguir ou manter o seu emprego, anuindo, inclusivamente, a trabalhar horas para além das contratualmente definidas sem receber qualquer pagamento em troca, na esperança de que, pelo menos, algumas dessas horas lhe dêem o direito a um salário.

E às «flexibilidades» contratual e horária, associa-se, ainda, a «flexibilidade funcional», isto é, a poli-

valência ou a capacidade para executar qualquer tarefa desde que abaixo das suas competências.

A mão-de-obra com mais competências sai mais cara e convém conservá-la! E, pela obrigação à polivalência que a «capacidade para se manter empregado» implica, os trabalhadores mais qualificados são, também, pressionados a desenvolver qualquer tarefa, mesmo aquelas que estão muito abaixo das suas qualificações. Esta possibilidade traduz, para o capital, um potencial inestimável! Se, em momentos de pico da actividade da empresa é necessário contratar trabalhadores menos qualificados, fá-lo a prazo, dispensando-os logo que o pico termina, cientes que os trabalhadores que ficam, aqueles com maiores qualificações, darão resposta ao seu trabalho que, nessa situação, será menor, garantindo, simultaneamente, um conjunto de tarefas destinadas a trabalhadores menos qualificados, poupando/externalizando os custos da menor actividade para cima da segurança social, via subsídio de desemprego pago aos trabalhadores dispensados.

A luta dos trabalhadores contra a flexibilidade e a polivalência não é, por isso, apenas uma luta contra o capital ou pelo emprego. Ela é, acima de tudo, uma luta pela dignidade. Ela é a recusa da visão dos homens e das mulheres que trabalham apenas como um recurso. Ela é a afirmação de que os homens e mulheres que trabalham são indivíduos com direitos não apenas ao descanso, mas também à Vida!



validade do contrato que estabeleceu com a entidade patronal e que fragiliza o vínculo do trabalhador à empresa. A legislação portuguesa é, mesmo segundo o insuspeito Silva

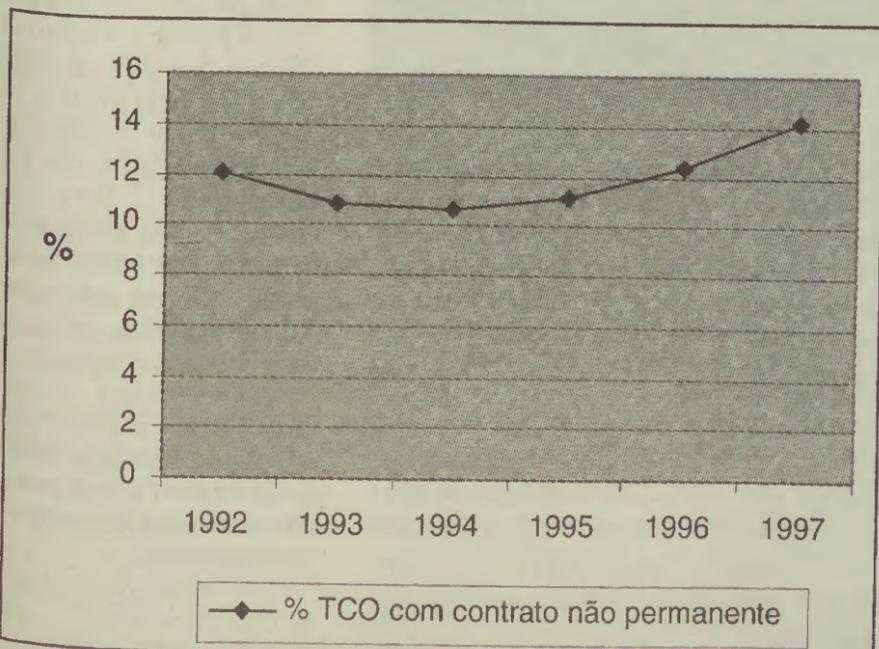
lhador. Ela é feita para permitir à entidade patronal dispor do tempo de trabalho dos seus trabalhadores de acordo com os seus interesses. Assim, aquelas 60 horas não seriam numa

semana que conviesse ao trabalhador, mas antes naquela em que ao negócio da entidade patronal mais interessasse. E, assim, a força de trabalho seria utilizada sempre que ao capital conviesse, sem qualquer respeito pelo trabalhador enquanto indivíduo, com uma vida própria, um direito ao descanso, ao lazer... apenas com o descanso necessário para a sua manutenção.

Esta flexibilidade do tempo de trabalho aparece agora frequentemente ligada ao objectivo da conciliação entre a vida profissional e familiar. Depois da pressão exercida para a flexibilidade por via do medo do desemprego, recorre-se à manipulação no sentido de conseguir o mesmo resultado.

(1) Presidente do CES. Intervenção realizada no Congresso da APSIOT, 1999.

**Evolução da importância dos trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente**

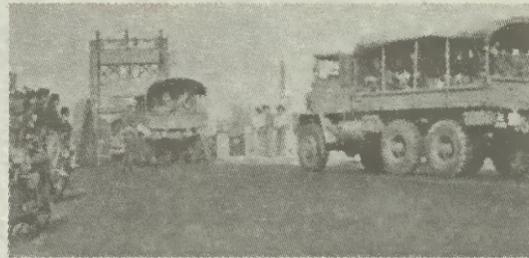


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

■ Rui Fernandes

## Defesa Nacional e Forças Armadas

# ... Talvez «pílula do dia seguinte»



**E** escreveu, no JN de 1 de Fevereiro, o Coronel David Martelo o seguinte: «Portugal encontra-se actualmente sem defesa.» No contexto do artigo percebe-se o que pretende o Coronel dizer e subscreve-se as suas preocupações.

É conhecido o mal-estar existente nas Forças Armadas em torno de um vasto conjunto de matérias – estatuto profissional, limitação de direitos, sistema remuneratório, avaliação do mérito, bloqueamento das carreiras, degradação nos direitos sociais, incluindo ao nível dos cuidados de saúde, etc. Mas também em torno da precariedade de meios. Dizia, no citado artigo, o Coronel David Martelo que «ainda há 10 anos, seria impensável que as próprias FA's, através dos seus Chefes, evidentemente, aceitassem que as compras de equipamento se fizessem, à pressa, após o recebimento da missão (como sucedeu relativamente à força a enviar para Timor)».

O Governo, este e os anteriores, não pretende investir nas FA's, nem na defesa nacional. Aliás, se é verdade que a defesa nacional não é estritamente militar, onde se encaixa uma política de defesa nacional quando se privatiza tudo o que são sectores estratégicos? Ou quando a aquisição(?) de submarinos é por via *leasing*? O que o Governo pretende é estar



«lá». E para «lá» estar e fazer o seu *marketing*, compra – porque existem sempre uns chatos que querem mais uns coletes à prova de bala e umas viaturas que garantam que não ficam apeados – compra, dizíamos, o estritamente necessário. Os Chefes aproveitam estas «boleias» para dizer que é preciso mais umas coisas e promovem também o seu *marketing* – Vamos, logo existimos. E assim andamos, ano após ano, num ciclo infernal de degradação da componente militar da defesa nacional. Cada vez que é apresentado um Orçamento de Estado, lá surgem os comentários críticos à pouca verba, crítica essa agora reforçadamente justificada, segundo os autores, pelo projecto supranacional de constituição de forças europeias. Mais, essa crítica é feita aos políticos – como fez recentemente o Major-General Lemos Pires. Mas quais políticos? Não têm nome?

Bom, mas o que é interessante em tudo isto é que não é estabelecida uma relação de causa/efeito entre o crescente envolvimento externo e a degradação da situação nas FA's e na defesa nacional. E é aqui que bate o ponto. Por cada envolvimento externo – e fique claro que não recusamos todo o envolvimento externo, como é público e conhecido – degra-

da-se a situação ao nível da componente militar da defesa nacional. Alguém acredita que mais um milhão de contos alteraria o panorama? O problema é outro e mais estrutural. O problema é que durante anos nada, ou muito pouco foi feito pela modernização das FA's. O problema é que não são os interesses nacionais a comandar as opções. Agora, muito tem de ser feito e tem de ser feito à pressa, para responder aos chamados «compromissos internacionais». Sem uma política clara, sem uma definição clara de objectivos eminentemente nacionais, sem o envolvimento dos militares, sem harmonia legislativa, nada, zero. Assim, a granel, só na verdade com muitos milhões. Ora, disso não há cá – e não é o facto publicamente conhecido de o Governo esbanjar e perdoar a quem muito tem, que justifica, por si só, mais dotação para as FA's –, nem em muitos outros países que também estão em processos de reestruturação e redimensionamento. A diferença é que nesses países foi estabelecido um horizonte temporal para a materialização desse processo, após definição criteriosa dos aspectos a mexer e as respectivas verbas. Cá anuncia-se o fim do SMO – alto e bom som –, mas onde está a sua regulamentação? E foram os custos dessa opção assumidos?

Cá anuncia-se a ida para Timor – eis um caso em que o PCP defendeu desde a primeira hora o envio de militares portugueses – e depois assistimos a este espectáculo do adiamento sucessivo do envio dos militares portugueses por causa do pagamento dos aviões, que Portugal não tem (mas tem mais F16 para irem até à Jugoslávia), de transporte. Cá fala-se de redimensionamento, mas corre, como já veio a público, uma proposta de novos quadros orgânicos que aumenta os Oficiais superiores e diminui tudo o resto, em vez de se apostar numa maior responsabilização de baixo para cima. Cá existe uma coisa chamada Lei de Programação Militar, frisa-se a palavra *programação*, mas não há programação que resista. Ou porque os concursos não abrem, ou porque os concursos não estão nos parâmetros legais e são impugnados, ou porque engenharias financeiras proliferam e a execução dos programas arrasta-se no tempo, ou porque o que não estava programado passou, como que por artes mágicas, a estar, e mais, é anunciado publicamente antes de a Lei de Programação o contemplar, etc. Assim, pode-se chamar tudo ao que tem vindo a ser feito, menos reestruturação e redimensionamento. Pode-se chamar «coisa», pode-se chamar «granel», pode-se chamar «pílula do dia seguinte» e pode-se chamar – talvez seja a palavra certa – desmantelamento.

Com a devida vénia ao Coronel David Martelo, termino como ele: «Não venham, mais tarde, dizer que não sabiam.»

# Trabalhadores em luta nas autarquias francesas

■ Pina Gonçalves

**E**m luta por aumentos salariais e pela igualdade profissional entre homens e mulheres, os trabalhadores da Mairie (Câmara) de Rennes realizaram uma greve de duas semanas que, pela sua duração, a Confederação Geral de Trabalhadores de França caracterizou como histórica no sector.

A nossa cidade está sem os seus funcionários, diziam os cidadãos de Rennes durante a greve, e tudo por causa da teimosia do senhor presidente da Câmara. Durante duas semanas, entre os dias 29 de Novembro e o dia 13 de Dezembro, os trabalhadores da carreira administrativa, técnicos de serviço social, motoristas, cantoneiros de limpeza e técnicos de desporto, num total de 1500 trabalhadores, exigiram soluções concretas para os seus problemas, e em vez de «conversas de gabinetes» exigiram melhores salários e o reconhecimento das qualificações das carreiras profissionais essencialmente femininas.

Fartos de promessas e da intransigência do presidente da Câmara, 700 trabalhadores - dos quais mais de 500 eram mulheres da carreira administrativa - ocuparam durante três dias consecutivos o edifício-sede da Mairie de Rennes.

Conscientes das dificuldades financeiras que muitos dos camaradas em greve iriam sentir durante uma paralisação que se previa longa, os trabalhadores da autarquia de Rennes decidiram abrir uma conta de solidariedade para onde contribuíram todos, em particular os camaradas das carreiras profissionais melhor remuneradas, e elegeram uma comissão de gestão da conta de modo a garantir o apoio aos grevistas mais necessitados.

## Lutar vale a pena

A greve e as acções que se desenvolveram durante as duas semanas da sua duração terminou com um saldo positivo para os trabalhadores. Pôs-se fim às discriminações profissionais relativamente às profissões essencialmente femininas; alcançou-se um aumento salarial de 416 francos mensais com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2000; um prémio de 5000 francos anuais; o fim dos descontos por baixa por doença; e a garantia de aumentos salariais negociados em 2001.

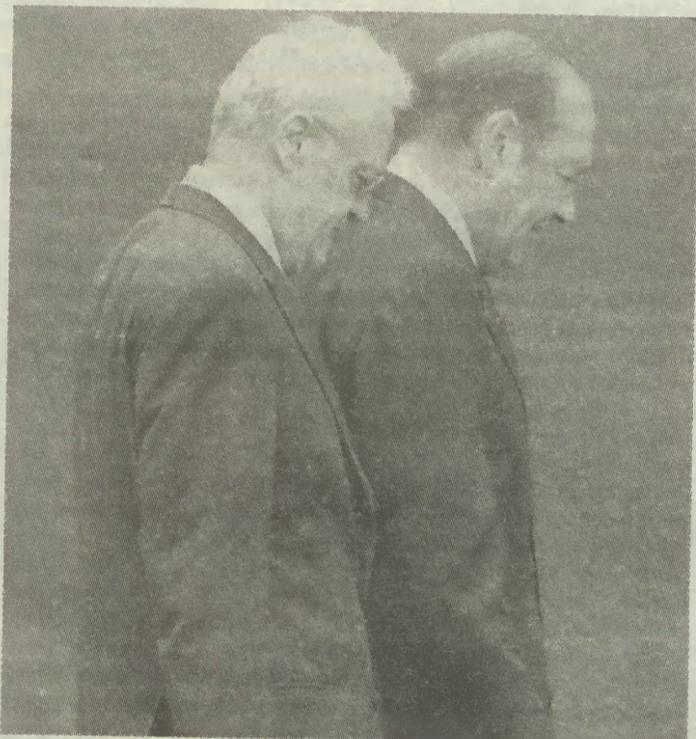
Esta luta, cujo segredo para a vitória foi o espírito de entejada solidária, determinação e uma firme unidade entre todos os trabalhadores, transmitiu um exemplo que não tardou a ser seguido por outros trabalhadores autárquicos franceses, nomeadamente as mulheres.

Na Mairie de St. Brieu a greve teve a duração de 10 dias e efectuou-se de 7 a 17 de Dezembro, período durante o qual encerraram os refeitórios escolares, paralisaram os serviços de recolha de lixo e o estacionamento foi gratuito no centro da cidade por falta de cobrança e fiscalização dos parqueamentos. Os trabalhadores desta autarquia francesa alcançaram resultados idênticos aos dos seus companheiros de Rennes.

No que aparentemente se converteu num movimento de luta dos

conflitos de trabalho e da acção sindical.»

Em boa verdade esta afirmação segue-se ao lançamento de uma campanha de luta pelos direitos sindicais na função pública territorial/local



trabalhadores da administração local/territorial francesa tiveram já início movimentos semelhantes nas localidades de Nanterre, Bastia e Grenoble, cuja característica mais inovadora tem sido a participação destacada das mulheres, especialmente administrativas, educadoras de infância e animadoras, algumas das mais mal pagas da função pública territorial francesa.

O governo francês veio já dizer através do ministro da Função Pública que só pretende iniciar negociações gerais para a administração pública territorial em Junho de 2000, mas as mulheres trabalhadores e os seus camaradas de trabalho do sexo masculino não estão pelos ajustes e aderem ao apelo da CGT dirigido a todos os sindicatos e trabalhadores dos serviços públicos para que exijam a abertura de negociações com as autoridades territoriais com o objectivo de avançar decididamente em matéria de igualdade profissional entre homens e mulheres neste sector de actividade.

## Democracia "musculada" contra os trabalhadores

Dir-se-ia, pelo que acima se descreveu, que a luta destes trabalhadores, em particular das mulheres funcionárias da Mairie de Rennes, foi uma luta mais ou menos fácil. Não foi, e a coragem que requereu ainda lhe dá mais valor.

O clima que se vive na administração local e territorial francesa é intimidatório. A CGT em comunicado de Janeiro deste ano afirma: «Verifica-se uma deterioração do diálogo social na função pública territorial com a penalização e criminalização crescente dos

iniciada desde 1997 pela CGT face aos ímpetus repressivos movidos contra os trabalhadores das comunidades e autarquias francesas, que se podem ilustrar com alguns exemplos concretos.

Em 1991, Annie Dorsel foi despedida após a supressão do seu posto de trabalho; o seu crime foi o de mobilizar os camaradas de trabalho da Mairie de Crosne para acções de luta. Annie era da Direcção do Sindicato CGT desta autarquia.

Em 1978, Ghislaine Rodriguez foi destituído por faltar ao dever de sigilo quando tomava posição pública sobre os problemas dos trabalhadores da Mairie de Poissy. Ghislaine era da Direcção do Sindicato CGT desta autarquia.

Em 1956, Serge Samoy foi irradiado do quadro da Mairie de Hautmont por abandono do local de trabalho. Tinha saído no exercício de funções sindicais como dirigente do Sindicato CGT desta autarquia.

Após anos de luta e angústia para si próprios e para as respectivas famílias, o empenhamento das organizações sindicais contribuiu para que viessem a ser reintegrados nos seus locais de trabalho Mas os prejuízos provocados às suas carreiras profissionais e vidas nunca foram

totalmente reparados. Serge, por exemplo, só em 11 de Dezembro de 1998 veio a obter justiça através de uma decisão do Conselho de Estado.

## Agredidos e condenados

Mais recente é a decisão do tribunal criminal de Alès que condenou 10 dos 13 sindicalistas que em 30 de Janeiro de 1996 apelaram à greve pelo cumprimento de um protocolo de acordo assinado com o Maire dessa cidade. Durante essa acção de luta a entrada da Câmara Municipal é ocupada por cerca de 200 trabalhadores e uma delegação do Sindicato CGT dessa autarquia sobe ao 1.º andar para pedir uma reunião com o presidente da Câmara. Para seu espanto, são recebidos ao murro e com o lançamento de gás lacrimogéneo pelo irmão do presidente da edilidade.

Os agredidos apresentaram queixa por ofensas corporais e o presidente da Câmara de Alès apresentou queixa por sequestro.

O Ministério Público pediu aos juizes que se interrogassem sobre o papel que se pretendia para a justiça com a criminalização dos conflitos sociais e não requereu nenhuma pena. Ainda assim, o julgamento foi realizado. Em 9 de Abril de 1996 foram condenados 10 dirigentes sindicais a pesadas multas e penas de prisão passíveis de adiamento. Yannick Iffernet, secretário-geral do sindicato CGT dos trabalhadores deste município, foi condenado a um ano de prisão. Estes 10 funcionários autárquicos enfrentam ainda o risco de destituição.

Ao sindicato foi exigido o pagamento de 40 000 francos a título de indemnização a favor dos vereadores e do presidente da Câmara.

O agressor, irmão do presidente, apenas foi condenado ao pagamento de 10 000 francos de multa.

Entretanto, num outro lugar, Cannet, Jean-Michel Mathey, polícia municipal nesta localidade dos Alpes marítimos, foi alvo de uma campanha de intimidação por parte da direcção do seu serviço, foi suspenso e convocado para um interrogatório do conselho de disciplina no dia 31 de Janeiro. O seu crime foi o de tentar constituir um sindicato CGT na Mairie de Cannet.

A fase do processo após a interposição do recurso da decisão do

tribunal de Alès inicia-se em 4 de Maio deste ano no tribunal de Nîmes. A CGT anunciou terem sido recolhidos até 24 de Janeiro último 125 560,65 francos dos 200 mil necessários, numa campanha de fundos para ajudar as custas do processo.

## O orgulho de ser cidadão-funcionário público

Em plena campanha pelas 35 horas semanais, com diversas lutas em curso e com acções de protesto a nascer um pouco por toda a administração local e territorial francesa, eis que, no final do ano, os elementos provocaram perdas de vidas humanas e grandes prejuízos materiais.

Sapadores bombeiros, polícias municipais, técnicos, administrativos, trabalhadores dos serviços sociais, do ensino, da saúde, dos transportes, da energia, das comunicações e muitos outros trabalhadores mobilizaram-se para prestar socorro e auxílio aos seus concidadãos. Mais tarde os governantes vieram a público tecer os maiores elogios à forma voluntária, dedicada e eficaz com que os trabalhadores dos serviços públicos locais e territoriais se comportaram nesses dias difíceis.

Em resposta, os trabalhadores lembraram que o seu lugar é junto das populações; que sempre defenderam um serviço público de proximidade; que estão cientes da sua função em situações de catástrofes naturais, mas também perante as catástrofes sociais, tecnológicas e económicas; que sabem bem que são os mais desfavorecidos aqueles que mais sofrem nessas horas difíceis. Em suma, lembraram a sua campanha em defesa dos serviços públicos e pelo seu financiamento e voltaram a gritar mais alto as suas palavras de ordem, para que o governo ouça bem: «Devemos nós rentabilizar a vida?» e «O serviço público local é um bem público».

Não esqueçamos que daqui a pouco tempo teremos outra vez a conferência da Organização Mundial do Comércio. São mais catástrofes para o bem comum da humanidade que o capital pretende fazer aproximar perigosamente. Mas é reconfortante saber que há sempre quem as combata, mesmo nas horas mais difíceis.



# Campanha do Sindicato da Construção do Sul Abra-se novo período para legalizar os imigrantes

**O**s impedimentos à legalização facilitam a exploração dos trabalhadores imigrantes e a resistência patronal à aplicação das regras de segurança. Há até patrões que recusam o pagamento do trabalho prestado, quando sabem que o operário não tem a residência em Portugal legalizada.

O trabalho dos imigrantes tem sido determinante para o cumprimento de calendários em grandes obras e vai ter um importante peso nos próximos anos, na construção civil e obras públicas. A título de exemplo, o Sindicato da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul refere a Expo'98, a Ponte Vasco da Gama, as novas vias construídas na Grande Lisboa, o Centro Comercial Colombo, a ampliação do Metropolitano, o empreendimento de Alqueva, as obras e infra-estruturas que vão ser realizadas até 2004, quando tem lugar em Portugal o Campeonato Europeu de Futebol (o Metropolitano de superfície no Porto, a construção de 303 hotéis e 5 estádios, o aumento da rede de estradas e auto-estradas, num investimento global que ronda os mil milhões de contos).

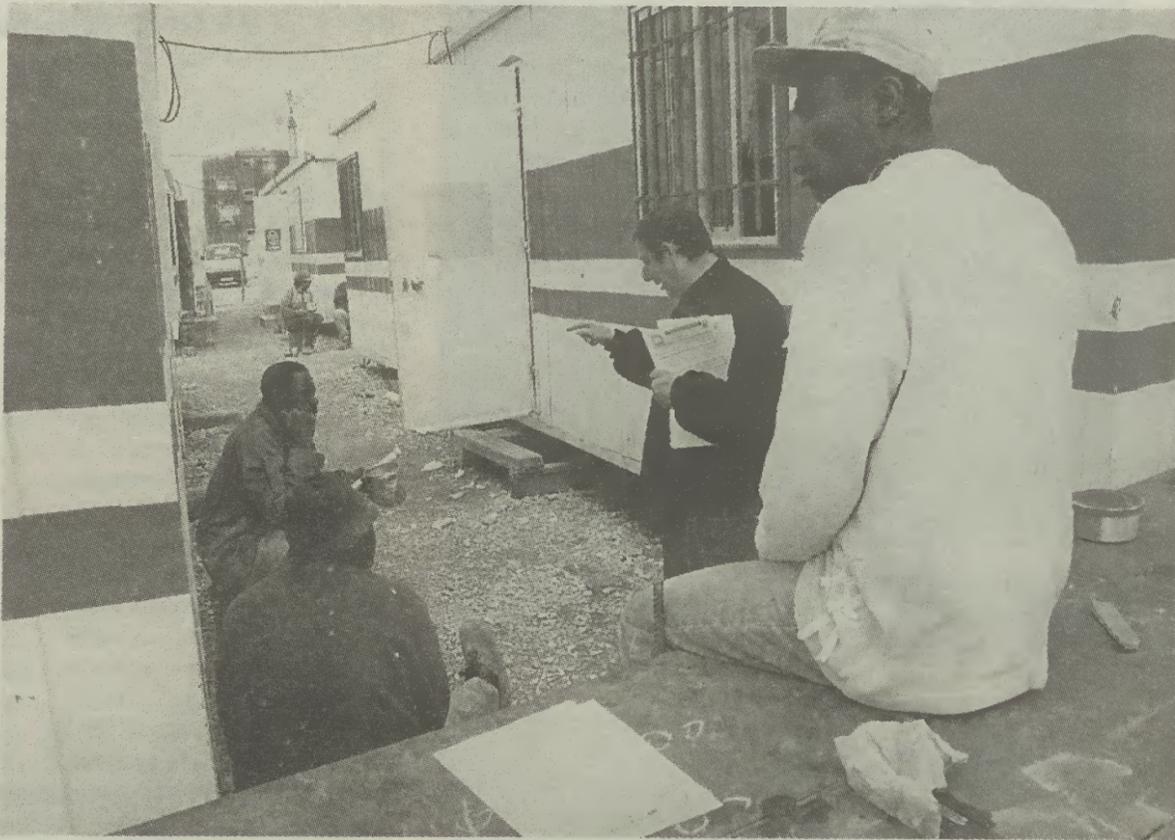
Avizinhandos-se uma sobrecarga de trabalho, o sindicato decidiu expressar junto de instituições e órgãos

do poder as suas preocupações e, junto dos trabalhadores, promover o esclarecimento e a mobilização para exigir a correcção de graves injustiças, que têm na raiz a situação irregular ou ilegal de muitos imigrantes. Regularmente, vêm a lume notícias sobre a detenção e expulsão de imigrantes, mas «nada sucede aos subempreiteiros que os admitem ao serviço sem respeitarem os requisitos legais».

Na carta que enviou ao primeiro-ministro, ao ministro da Administração Interna, aos grupos parlamentares e ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o sindicato afirma ainda que «muitos desses subempreiteiros, quando conhecem que os trabalhadores se encontram em situação irregular, recusam-se a pagar-lhes o tempo de trabalho prestado, ameaçando-os com a denúncia de que não estão legalizados».

A reabertura de um novo processo extraordinário de legalização dos trabalhadores imigrantes, a exemplo do que sucedeu na Bélgica e em Espanha, é «a medida política mais acertada», face a estes problemas – que são do conhecimento das autoridades e do Governo –, uma vez que o processo de legalização de 1996 não deu resposta a milhares de estrangeiros, que continuam ainda à espera do título de residência, e o decreto-lei que hoje regula a imigração (244/98) não permite «uma resolução rápida e expedita» do problema de largos milhares de imigrantes que actualmente estão a trabalhar em situações irregulares.

O sindicato defende ainda que um novo processo de legalização permitirá ao Governo saber quantos imigrantes efectivamente estão no País e irá travar os abusos e ilegalidades dos subempreiteiros, «muitos deles com o apoio de grandes empresas».



O sindicato esclarece os imigrantes e apoia-os no processo de legalização

## Super e hipermercados Lucros permanentes com contratos a prazo

**Q**uase metade dos 38 500 trabalhadores dos hiper e supermercados trabalham com contrato a prazo, segundo um estudo da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços. A Fepces/CGTP-IN concluiu ainda que são contratados a termo 38 por cento dos homens e 47 por cento das mulheres que trabalham na grande distribuição.

A maioria dos trabalhadores deste sector são mulheres (70,5 por cento) e têm níveis de qualificação inferiores (50,4 por cento) ou médios (49,5 por cento), revela o estudo, feito pela federação com base nos dados dos balanços sociais das empresas de 1998. O documento, citado pela Agência Lusa, serve de base de discussão no Encontro de Trabalhadores dos Super e Hipermercados, que decorreu ontem, em Lisboa, e hoje, no Porto, promovido pelos sindicatos do sector (CESP e Cesnorte) para discutir as condições de trabalho, os salários e os horários, num sector onde os grandes grupos económicos têm arrecadado, nos últimos anos, muitos milhões de contos de lucros.

Os homens estão colocados sobretudo nos níveis de qualificação intermédios (64 por cento), apesar de terem menos habilitações do que as mulheres. Dos homens que trabalham no sector, 67 por cento completaram o ensino básico (9.º ano) e 27,8 por cento o secundário (12.º). As mulheres apresentam uma escolarização ligeiramente superior, porquanto 31,3 por cento possuem o secundário. Outras 66,6 por cento concluíram apenas o básico.

A média etária destes trabalhadores situa-se ligeiramente abaixo dos trinta anos (29,2 anos). Mais de metade do pessoal tem idades até 29 anos. Estão neste escalão etário 58,9 por cento dos homens e 63,3 por cento das trabalhadoras. Enquanto o grupo etário mais jovem tem maior percentagem de mulheres, no grupo

mais velho, mais de 50 anos, acontece o contrário, a ele correspondendo 6,9 por cento dos homens e 3,2 por cento das mulheres.

A maioria do pessoal dos super e hipermercados não tem um elevado nível de antiguidade nas empresas, dado o grande movimento de entradas e saídas de trabalhadores com contratos a prazo. As mulheres são as mais afectadas por esta

situação, até porque são mais contratadas a termo que os homens. Do total de mulheres, 75 por cento têm menos de cinco anos de antiguidade e 16,3 por cento têm entre cinco e 10 anos. Dos homens 74,3 por cento trabalham há menos de cinco anos na empresa e 15,7 por cento mantêm-se há cinco a 10 anos.

Num sector onde prevalece a precariedade e o salário médio pouco ultrapassa os 90 contos, este encontro surge na sequência de outras iniciativas que têm tido como objectivo melhorar a situação laboral dos quase 40 mil trabalhadores dos hiper e supermercados.

O dirigente sindical Manuel Guerreiro disse à Agência Lusa que estes trabalhadores auferem dos salários mais baixos do País, apesar de trabalharem todos os fins-de-semana. Alertou ainda

para o facto de o trabalho a tempo parcial ser uma prática comum neste sector – 27,6 por cento dos trabalhadores têm horários inferiores a 35 horas por semana –, embora os funcionários neste regime acabem por fazer quase o horário completo. O horário das 40 horas semanais é o mais usual, abrangendo 69,7 por cento do pessoal.

Segundo o sindicalista, neste sector o desrespeito pelos direitos laborais é uma prática comum, sobretudo para com as mulheres. As empresas tentam cada vez mais diminuir os custos através da redução do número de trabalhadores, do alargamento dos horários e da intensificação dos ritmos de trabalho.



## Militares brasileiros treinam guerrilha

# Nova opção do exército: EUA inimigo potencial

**N**uma ampla área da floresta amazônica, próximo da fronteira com a Colômbia, desenvolve-se há meses uma estranha operação, sob a responsabilidade do exército brasileiro. Os militares treinam soldados prevendo uma guerra considerada inimaginável há poucos anos. Desta vez não se trata de um projecto antiguerrilha. A tropa é preparada para uma eventual guerra de guerrilhas contra um invasor potencial. O inimigo seria o aliado tradicional: os Estados Unidos.

Muita gente na Europa teme que o agravamento da crise brasileira possa estimular os militares a intervirem novamente.

As Forças Armadas acompanham com preocupação crescente a tensão social gerada pelas consequências de uma política que está a empurrar a sociedade brasileira para o caos. O país parece desagregar-se.

Entretanto, contrariamente ao que aconteceu em épocas anteriores, a hipótese de um golpe militar é remota.

Nos últimos anos, as Forças Armadas mantiveram-se afasta-

provocou, concretamente, indignação: «As campanhas ecológicas internacionais sobre a região amazônica - disse na época - estão deixando a fase da propaganda para dar início a uma etapa operativa que, obviamente, pode levar a intervenções militares directas na região.»

Foi nesse contexto que as Forças Armadas brasileiras decidiram prestar atenção prioritária à sua presença na Amazônia. Não se limitaram a reforçar as guarnições na área. A tese norte-americana sobre «soberania limitada» na Amazônia teve como resposta uma série de iniciativas brasileiras. O Sivam - Sistema de Vigilância da Amazônia - é actualmente o mais ambicioso projecto de controlo do ambiente em curso em todo o mundo. Os radares do Sivam foram concebidos para controlar não apenas os incêndios mas as centenas de voos ilícitos que diariamente ocorrem na região. Na prática, porém, não contribuíram ainda para um combate mais eficaz ao narcotráfico. A lei aprovada no Congresso, que visa permitir à Força Aérea Brasileira abater esses aviões, não foi regulamentada. Segundo apurei, dificilmente o será porque os EUA se opõem, a menos que as operações aéreas sejam, como no Peru, controladas pela Drug Enforcement Agency (DEA), cujas ligações com a CIA são bem conhecidas.

nia» em que transmite as impressões de uma visita a esse Centro, envolvido numa atmosfera de mistério.

Concretizada a convite do Comando Militar da Amazônia, essa visita permitiu-lhe revelar ao povo brasileiro factos que pouquíssima gente conhecia.

Segundo Márcio M. Alves, os soldados e os oficiais «aprendem, com duros exercícios, a sobreviver na floresta, bebendo água das plantas e comendo o que podem apanhar, cobras inclusive. Nas aulas teóricas lêem os trabalhos de Ho Chi Minh, do general Giap, de Che Guevara. As muitas acções sociais que desenvolvem, tratando da população civil nos seus hospitais, difundindo o ensino do português nas escolas, são parte da preparação militar. É o povo quem sustenta uma guerrilha, como os americanos descobriram no Vietnam, quando uma divisão vietcong completa, com artilharia e tudo o mais, brotou da terra em Saigon, na ofensiva do Tet, que acabou de desmoralizar as mentiras do Pentágono sobre a «boa condução da guerra».

Se dúvidas houvesse sobre o espírito que hoje prevalece no Centro de Manaus, o general Lessa, comandante militar da Região Amazônica, dissipou-as ao convidar parlamentares para uma visita. O ex-guerrilheiro José Genoíno, hoje deputado do Partido dos Trabalhadores, falou então, em nome do Congresso, a um batalhão de «guerrilheiros» formado no Centro.

O artigo de Márcio obteve, naturalmente, grande repercussão. Não faltou quem esperasse um desmentido de fonte militar à conclusão do jornalista de que as Forças Armadas se preparam para uma guerra de guerrilhas na selva, contra um eventual ocupante da Amazônia. Mas o Exército não comentou o artigo.

Nas vésperas de deixar o Brasil, rumo a Cuba, tive a oportunidade de manter prolongada conversa com um major do Exército que serviu em Manaus. Veio à baila o artigo de Márcio Alves.

Apenas me pediu que não lhe citasse o nome por motivos óbvios. Mas confirmou o fundamental.

«Nós» - são palavras suas - «na hipótese de uma intervenção militar na Colômbia que tenha como complemento a instalação de tropas norte-americanas em território da Amazônia, o que seria uma forma de intervenção indirecta, temos de estar preparados para o pior. Sou realista. Se as nossas relações com os EUA assumissem uma feição conflituosa não disporíamos de força suficiente para derrotar uma tropa de ocupação norte-americana. Mas é também uma atitude realista reconhecer que, hoje, o inimigo potencial do Brasil são os EUA. Numa guerra travada na selva seríamos melhores do que eles.»

O tema é fascinante.

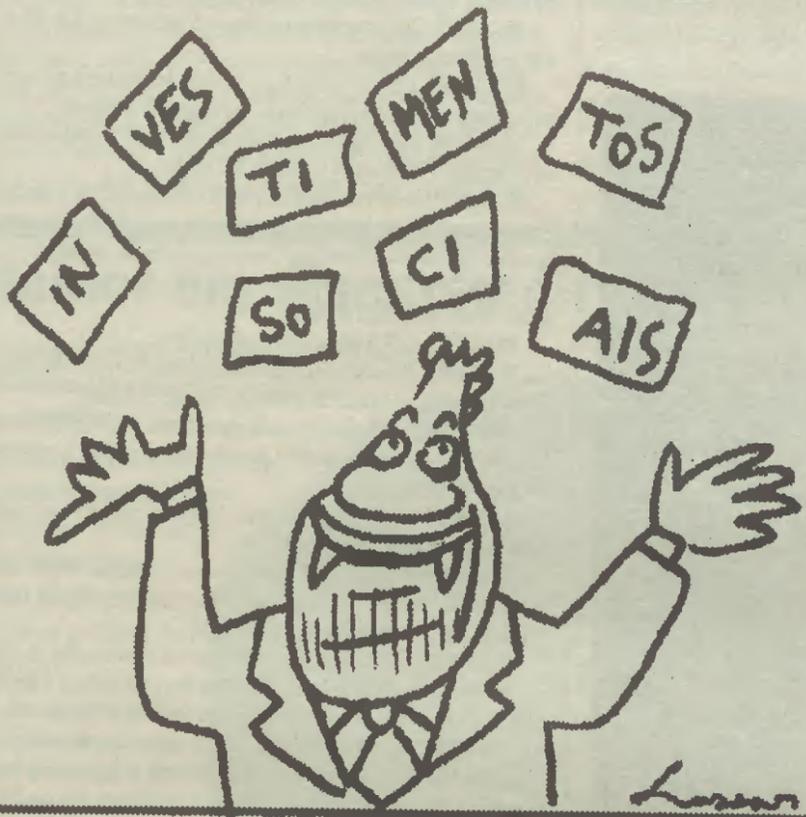


■ Miguel Urbano Rodrigues

### Uma guerrilha inédita

Uma iniciativa mal recebida em Washington, nomeadamente no Pentágono, foi a criação em Manaus do Centro de Treinamento de Guerra na Selva, hoje considerado um dos melhores do mundo.

O jornalista Márcio Moreira Alves - que residiu alguns anos em Portugal como exilado político - publicou no diário «Globo», do Rio, um interessante artigo intitulado «Riscos na Amazô-



das da política. O seu silêncio, que tem suscitado interpretações contraditórias, não traduz, porém, indiferença. São hoje transparentes os indícios de que os efeitos da política neoliberal do governo de Fernando Henrique são acompanhados com inquietação pelos militares. A estratégia das privatizações e os acordos com o FMI inserem-se numa política de subordinação crescente aos EUA, considerada perigosa pela maioria do corpo de Oficiais.

A recente visita do general McCaffery e as declarações que então fez sobre a possibilidade de uma intervenção militar norte-americana na Colômbia adensaram as preocupações suscitadas pelas ambições dos EUA relativamente à Amazônia.

### Intervencionismo arrogante

Em Washington multiplicam-se declarações oficiais sobre a Amazônia que, pelo tom e conteúdo, irritam profundamente os militares brasileiros.

Cito uma, como exemplo. O chefe do Serviço de Informações das Forças Armadas dos EUA, Patrick Hughes, durante um debate, afirmou em Abril de 1998: «Se o Brasil decidir fazer um uso da Amazônia que ponha em perigo o ambiente nos EUA, temos de estar preparados para interromper imediatamente esse processo.»

Na Europa, a linguagem não é muito diferente. Uma ameaça de John Major quando era primeiro-ministro do Reino Unido



## EM FOCO

## Nas condições britânicas e dos protestantes...

# O IRA disse «não!» a Blair e Ahern

■ Manoel de Lencastre

O conflito na Irlanda do Norte voltou a reacender-se, politicamente, pelo menos. Chegou o momento em que os principais impulsionadores do processo de paz, os primeiros-ministros da Grã-Bretanha, Blair, e da República da Irlanda, Bertie Ahern, esperariam anunciar a grande vitória do desarmamento do IRA para que esta organização caísse na armadilha do jogo da democracia parlamentar reduzindo-se às actividades políticas do seu próprio partido, o Sinn Fein, mas pondo fim às principais aspirações pelas quais tem lutado e sofrido; a unificação da Irlanda e, enquanto tal não for possível, a protecção da população católica nas catacumbas de Belfast.

Após múltiplas tentativas dos dois governos acima mencionados, do presidente Clinton, do general canadiano John Chastelain, o IRA declarou na passada sexta-feira: «Nunca nos comprometemos fosse com quem fosse para realizar o nosso próprio desarmamento.» Ficou claro, portanto, que o IRA, como se previra, aliás, não está preparado para desarmar-se e tombar sob o controlo da chamada democracia inventada e posta a trabalhar pelo capitalismo sem contrapartidas significativas de Londres e Dublin. Enganaram-se, portanto, todos os que imaginaram ir o IRA render-se aos truques de Blair e Ahern separando-se dos seus princípios fundamentais. O IRA luta pela unificação na independência, pela partida do exército inglês e pela adesão dos protestantes do Ulster à República irlandesa onde, apesar de a esmagadora maioria da população ser católica, as práticas religiosas são livres. Além disso, a filosofia política e social dos dirigentes do IRA é socialista – nada têm a ver com o capitalismo de inspiração britânica ou com a escravização da República da Irlanda aos Estados Unidos, à chamada União Europeia e ao mercado. Disseram, ainda: «Não realizaremos qualquer desarmamento nas condições do governo britânico e dos protestantes do Ulster.»



Peter Mandelson

Perante a clareza das declarações do IRA, os meios reacionários britânicos e o «Ulster Unionist Party» exigiram a imediata demissão de David Trimble do lugar de primeiro-ministro do Ulster. O governo britânico anunciava, por sua vez, que se até sexta-feira, dia 11, o IRA não anunciasse um programa de desarmamento, anularia a lei de devolução de poderes ao Ulster suspendendo o governo Trimble ainda em funções e concentraria em Londres, novamente, a administração do território da Irlanda do Norte.

### Não há glória para Mandelson

Por sua vez, o secretário de Estado para a Irlanda do Norte, Peter Mandelson, declarava na Câmara dos Comuns (03.02.2000): «A renúncia do IRA a desarmar-se é uma traição a toda a comunidade da Irlanda do Norte que consideramos inaceitáveis.» E acrescentou: «O governo vai hoje mesmo publicar um projecto de lei para debate na próxima semana que suspenderá o actual executivo do Ulster. O acordo de Sexta-Feira Santa não pode ser levado à prática parcialmente. Tem de ser tudo ou nada.» Depois, moderando a sua fraseologia, disse: «Ainda temos uma esperança de que o IRA acabará por aceitar o desarmamento para que as instituições democráticas possam continuar a funcionar.»

Mas Peter Mandelson, o político mais oportunista e vazio de objectivos concretos em toda a administração de Blair, nada tinha para dizer aos Comuns que desse lugar a qualquer sentimento de que as partes acabariam por entender-se. Mr. Mandelson, não convém esquecer, instrumentalizou Blair para a diversificação da política trabalhista no sentido de ganhar os votos da classe média britânica e pôr em prática uma política que não desagradasse aos meios de negócios. Ela mesmo, embriagado por princípios do mais descarado oportu-

tunismo, acabaria por ser forçado a sair do governo devido a terem-se revelado certas engenharias financeiras impróprias do papá do «New Labour» que lhe permitiram a obtenção de empréstimos para a compra de propriedades em condições a que o inglês médio não teria acesso. Mas Blair, depois de havê-lo forçado a viver alguns meses de quarentena, achou que Mandelson deveria regressar. E dado que a reacção no Ulster exigia a demissão de Mo Mowlan, colocou-o em Belfast para que este atingisse a glória de anunciar o desarmamento do IRA.

Os jornais conservadores britânicos para quem Mandelson continua a ser aquilo que, na realidade, é, um oportunista descarado o inventor e vendedor do «New Labour» ao Partido Trabalhista e ao povo britânico, disseram: «As palavras do secretário de Estado da Irlanda do Norte foram tão vazias como as do Rei Lear (William Shakespeare): «Farei coisas – o que serão, não sei – mas serão coisas que aterrorizarão o mundo.» O IRA, entretanto, não



David Trimble

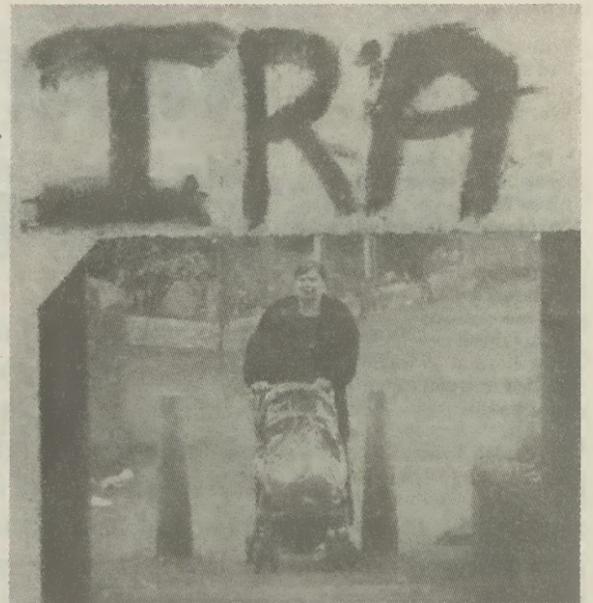
tem medo do senhor deputado por Middlesborough e secretário de Estado do Ulster.

### Protestantes: a voz do imperialismo

O relatório do general John de Chastelain dirigido aos governos britânico e da República da Irlanda, não foi publicado. E porquê? Pela simples razão de que nele se afirma que não há, na verdade, qualquer progresso no campo do desarmamento. O IRA tem desde sempre declarado que o desarmamento das suas forças só pode encarar-se em conjunto com a retirada do exército britânico.

Isto, se se verificasse, significaria que os protestantes-unionistas perderiam a protecção de que dispõem para hostilizarem, impunemente, a população católica, enquanto os republicanos, os patriotas, católicos-irlandeses retomariam, gradualmente, o controlo do seu próprio país. Mas o que há de errado ou injusto nisto?

A Grã-Bretanha não quer perder a influência de que dispõe na Irlanda do Norte. O governo de Dublin não deseja perder a amizade dos grandes meios do capitalismo internacional. Os protestantes pretendem continuar a servir o imperialismo e a explorar o povo católico da Irlanda do Norte. Os unionistas e os orangistas, apesar de haverem todos nascido na Irlanda querem ser britânicos e desprezam a sua própria Pátria. Todos desejam amesquinhar e aviltar a Irlanda real. Para melhor o fazerem, exigem o desarmamento do IRA. Este, enquanto não trair os seus próprios princípios patrióticos e de honra, não se deixará cair no precipício.



## Cronologia do Processo de Paz na Irlanda do Norte (Ulster)

- 31.08.1994: O IRA proclama o cessar-fogo;
- 13.10.1994: Terroristas pró-unionistas anunciam o cessar-fogo;
- 30.11.1995: Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos, aperta a mão a Gerry Adams, «leader» do Sinn Fein, em Belfast;
- 08.12.1995: O IRA rejeita o conceito de desarmamento. Classificação de «exigência ridícula»;
- 09.12.1995: Fim do cessar-fogo do IRA. Impressionante bombardeamento na zona das «Docklands» em Londres – 2 mortos;
- 15.06.1996: Uma vaga de bombardeamentos do IRA destrói o centro comercial de Manchester, causando 200 feridos;
- 01.05.1997: Vitória do «New Labour» nas eleições gerais britânicas. Gerry Adams e Martin McGuinness, dirigentes do Sinn Fein, são eleitos como deputados à Câmara dos Comuns nas listas do seu partido;
- 25.06.1997: O novo governo de Blair anuncia propostas para o desarmamento na Irlanda do Norte;
- 19.07.1997: O IRA anuncia novo cessar-fogo;
- 26.08.1997: Anuncia-se a criação de uma comissão para o desarmamento; é dirigida pelo general canadiano, John de Chastelain;
- 29.08.1997: A secretária de Estado para o Ulster, Mo Mowlan, anuncia que o novo cessar-fogo do IRA permite que o Sinn Fein reentre nas negociações de paz;
- 13.10.1997: Gerry Adams e Martin McGuinness encontram-se com o primeiro-ministro britânico, Blair;
- 20.02.1998: O Sinn Fein é afastado das conversações de paz, uma vez mais, depois de o chefe da polícia do Ulster confirmar que o IRA estivera envolvido no assassinio de um unionista;
- 23.03.1998: O Sinn Fein regressa à mesa das conversações de paz;
- 10.04.1998: Consegue-se um Acordo de Paz entre todas as partes do conflito. Ficou conhecido como o Acordo de Sexta-Feira Santa;
- 30.04.1998: O IRA anuncia que não tem planos para desarmar;
- 23.05.1998: O povo do Ulster apoia o Acordo de Sexta-Feira Santa votando em massa pela paz; o governo da República da Irlanda (Eire) decide anular a exigência de soberania sobre o Ulster;
- 27.06.1998: Eleição da Assembleia do Ulster (Stormont);
- 01.07.1998: A Assembleia elege o unionista David Trimble como primeiro-ministro da Irlanda do Norte;
- 15.08.1998: Um grupo dissidente do IRA, «Real IRA» faz explodir uma poderosa bomba em Omagh – mata 29 pessoas;
- 30.06.1999: O ultimato de Blair para que as partes realizem um acordo de desarmamento até à meia-noite, expira sem consequências;
- 14.07.1999: O «Ulster Unionist Party» a que pertence o primeiro-ministro, David Trimble, recusa entrar no governo do Ulster sem que o IRA entre num compromisso de desarmamento;
- 20.07.1999: O ex-senador americano John Mitchell é chamado a proceder a uma revisão do processo de paz;
- 30.07.1999: Círculos unionistas e do governo de Blair culpam o IRA pela morte do protestante Charles Bennett;
- 26.08.1999: A secretária de Estado Mo Mowlan declara que o cessar-fogo proclamado pelo IRA continua intacto e merece confiança;
- 11.10.1999: Blair substitui Mo Mowlan por um dos teóricos do «New Labour», Peter Mandelson, que estava afastado do governo devido a práticas financeiras inaceitáveis;
- 16.11.1999: Tanto o partido dos Unionistas como o Sinn Fein se afirmam disponíveis para a constituição do governo do Ulster. Os católicos (Sinn Fein) declaram que uma declaração de desarmamento geral deveria acompanhar a legislação britânica permitindo a constituição do novo governo;
- 17.11.1999: O IRA declara, publicamente, que nomeará uma das suas personalidades mais representativas para dialogar com o general de Chastelain;
- 28.11.1999: O Conselho Geral do «Ulster Unionist Party» apoia a aceitação por David Trimble do cargo de primeiro-ministro antes de o IRA iniciar o desarmamento das suas unidades militares;
- 02.12.1999: Londres devolve a Stormont o poder legal para governar o Ulster;
- 31.01.2000: O general de Chastelain declara que não existe qualquer desarmamento por parte das organizações paramilitares.

■ Anabela Fino

# O fenómeno austríaco ou talvez nem tanto

**S**exta-feira 4 de Fevereiro do ano 2000 ficará na história como o dia em que a extrema-direita austríaca chegou ao poder. Dizendo-se alarmados, os parceiros europeus da Áustria, bem como os EUA e Israel, anunciam medidas de duvidosa eficácia para isolar o fenómeno. Todos dizem recear as possíveis consequências da política do novo governo, mas poucos se manifestam interessados em analisar as causas que levaram quase um terço do eleitorado austríaco a dar o seu voto a um partido de inspiração nazi, e ninguém reconhece ter responsabilidades nesta situação.

Após as eleições legislativas de 3 de Outubro último, em que o Partido Liberal (FPÖ), de extrema-direita, liderado por Jörg Haider ascende ao segundo lugar com 27,3 por cento dos votos, à frente dos democratas-cristãos (ÖVP), a situação política na Áustria transformase num turbilhão. E porquê? Não certamente por não haver força bastante para impedir a entrada no governo de um partido xenófobo e racista, admirador do III Reich, mas porque o calculismo político dos outros dois grandes partidos austríacos se sobrepôs a tudo o resto. Vale a pena lembrar que o Parlamento austríaco conta com 14 deputados dos Verdes, 65 do SPÖ, 52 do ÖVP e 52 do FPÖ.

O partido social-democrata (SPÖ), com 33 por cento dos votos, falhou a tentativa de coligação com o ÖVP. O falhanço, segundo os dados vindos a público, ficou a dever-se em grande parte à intransigência dos dirigentes democrata-cristãos, cujas exigências para integrarem um governo de coligação com o SPÖ foram de tal monta que tornaram impossível um acordo. Torna-se difícil não admitir que se tratou de um plano deliberado para inviabilizar o acordo, abrindo

trando-se construtivo no imediato face a um governo social-democrata minoritário.

Estas manobras não deixam margem para dúvidas quanto à verdadeira posição de social-democratas e democratas-cristãos face à extrema-direita que afirmam combater. Desde que se dispusesse a apoiá-los, o partido de Haider tinha garantido o seu lugar no poder. Sem quaisquer espécie de engulhos.

Haider, naturalmente, jogou o «jogo democrático» de acordo com os seus interesses. Deixando o campo livre a Wolfgang Schüssel para se tornar chanceler, Haider conseguiu para o seu partido a vice-presidência do governo e as pastas da Justiça, Defesa, Finanças, Infra-estruturas e Assuntos Sociais. Ficando deliberadamente fora do executivo, o chefe da extrema-direita austríaca escolhe o papel de eminência parda, até que os ventos sejam mais favoráveis às suas ambições.

## Preocupações e muita hipocrisia

Os sinais de alarme que soaram na Europa com a entrada do FPÖ no governo da Áustria são por demais justificados. Um olhar sobre a história do partido e pelo passado recente de Haider, pelos valores que defende e as políticas que se propõe desenvolver bastam para desenterrar todos os fantasmas do nazi-fascismo que continuam a ter solo fértil para renascer.

O que não faz sentido, a não ser à luz de uma profunda hipocrisia, é a consternação agora manifestada por certas forças políticas, austríacas e outras, em relação a Haider e ao seu partido, quando na

tos e crimes de guerra não provocou então quaisquer protestos internacionais. Pelo contrário, a denúncia do passado nazi de Peter suscitou a mais viva indignação de Kreisky.

Mais recentemente, entre 1983 e 1986, quando o FPÖ não reunia mais do que 4,98 por cento dos votos do eleitorado, foi a vez dos social-democratas (SPÖ) recorrerem a ele para formar uma coligação governamental. É justamente em 1986 que Haider, então com 26 anos, se torna milionário graças a uma herança, e se lança na política tomando conta da liderança do FPÖ. Sob a liderança de Haider, o partido abandona a coligação com os social-democratas e inicia a sua ascensão eleitoral.

Sem comentários passou também a presença de Haider no Comité das Regiões da União Europeia, em Bruxelas, de que é membro titular desde 1998. Na sua última intervenção em plenário, há apenas três meses, de rara violência xenófoba, manifestou-se contra a imigração e rejeitou qualquer ideia de alargamento da UE aos países de Leste.

## A mesma política

Populista entre os menos favorecidos, Haider é um homem de muitas faces; agrada igualmente aos bem instalados na vida e não causa receios aos capitalistas com cujas teses neoliberais se identifica plenamente. Claus Raidl, dirigente de uma das maiores associações patronais austríacas, não hesita mesmo em afirmar o seu pleno apoio aos projectos de reforma do FPÖ: «Tudo é preferível à recondução da grande coligação [SPÖ/ÖVP, que dirigiu os destinos do país nos últimos 30 anos]», afirmava recentemente. «Com o FPÖ as desregulamentações que reivindicamos desde longa data, a flexibilidade do tempo de trabalho e dos salários poderão enfim ser implementadas.»

Com efeito, o que Haider defende, tal como Schüssel, não é substancialmente diferente das opções dos social-democratas, democratas-cristãos e socialistas no poder em tantos países do mundo. A diferença é que Haider não tem papas na língua e diz em voz alta o que muitos dos outros pensam mas não se atrevem a dizer por não ser «politicamente correcto». Haider sabe-o muito bem e já começou a moderar as suas palavras, inclusive pedindo «desculpas» pelo que disse e que tão bem retrata o seu pensamento nazi. Nem sequer teve pejo em assinar um compromisso que é um hino aos valores da democracia. Seguindo o exemplo de Konrad Adenauer, nome sonante da democracia-cristã alemã, pode sempre dizer quando confrontado com as suas contradições: «Que me importam os disparates que disse no passado?»

## Comentário do PC da Áustria

«A actual situação não caiu sobre a Áustria como uma catástrofe natural, antes é o resultado de um desenvolvimento político libertista e da desmontagem social.» As palavras são da vice-presidente do Partido Comunista da Áustria, Heidi Ambrosch, para quem a «responsabilidade desta situação pertence às forças políticas do poder, inclusive à direcção do partido social-democrata nos últimos dezasseis anos.»

Segundo Ambrosch, com a sua falta de sinceridade e ausência de qualquer programática para a obtenção do poder, «o FPO (Partido Liberal) não se diferencia fundamentalmente de outros partidos, como já se pode verificar». Em poucas horas, constata Ambrosch, o FPO meteu no saco a sua demagogia crítica em relação à União Europeia, pelo que a dirigente comunista não duvida que, de acordo com os planos de Haider, o país terá um ministro da Finanças do FPO que preparará e executará

um orçamento conforme com as exigências do euro.

Ainda de acordo com a dirigente do PCA, «as negociações entre os azuis (liberais) e negros (populares) sobre a política para o sector da justiça» mostraram o tipo de «pântano reacção-aggresivo que pretende instalar-se no poder». Classificando os negociadores dos dois partidos como instigadores «que não se preocupam com as vítimas do crime mas apenas em instrumentalizar o direito penal para criar uma atmosfera que reforce os preconceitos contra as minorias», Ambrosch faz notar que as duas formações deixaram já claro que «o racismo, o desprezo pelos direitos humanos e a agitação contra as minorias constituirão o acompanhamento para a continuação da política anti-social.»

Para a dirigente comunista, algumas frases sem sentido sobre «um tratamento responsável e diferenciado sobre o passado nazi» não passam de uma manobra de diversão para consumo interno e internacional.

## Haider em discurso directo

«Os antigos membros da SS são pessoas respeitáveis que têm carácter e que permanecem fiéis às suas convicções.»

«A Waffen SS era uma parte da Wehrmacht alemã. É enquanto tal que é necessário prestar-lhe homenagem.»

«O III Reich realizou uma boa política de emprego.»

«Os nossos soldados não eram responsáveis, eram no melhor dos casos vítimas.»

«Este país está estrangulado por uma mafia política.»

«A nação austríaca nasceu de um aborto, um aborto ideológico.»

«Um terço dos funcionários não trabalha de todo e um outro terço espera ordens.»

«Não aceitaremos que escritores a soldo insultem a Áustria.»

«Os partidos tradicionais são parasitas, nós seremos o seu pesticida.»

«O sacrifício dos soldados da Wehrmacht libertou-nos do bolchevismo.»

«Nós, os liberais, seremos o meio ideal para combater os parasitas.»

«No passado atribuíram-me algumas afirmações relacionadas com o nazismo que eram verdadeiramente insensíveis ou susceptíveis de mal-entendidos. Pessoalmente lamento-o, em primeiro lugar porque creio ter ferido os sentimentos das pessoas que foram vítimas do nazismo ou cujos familiares o foram, e em segundo lugar por que estas afirmações não estavam na linha dos meus valores pessoais de tolerância e humanidade que são a base do meu trabalho político.»

«Onde o Partido Liberal tem responsabilidades, ninguém precisa de fazer as malas e partir. Onde temos responsabilidades, a liberdade e a democracia estão em boas mãos.»

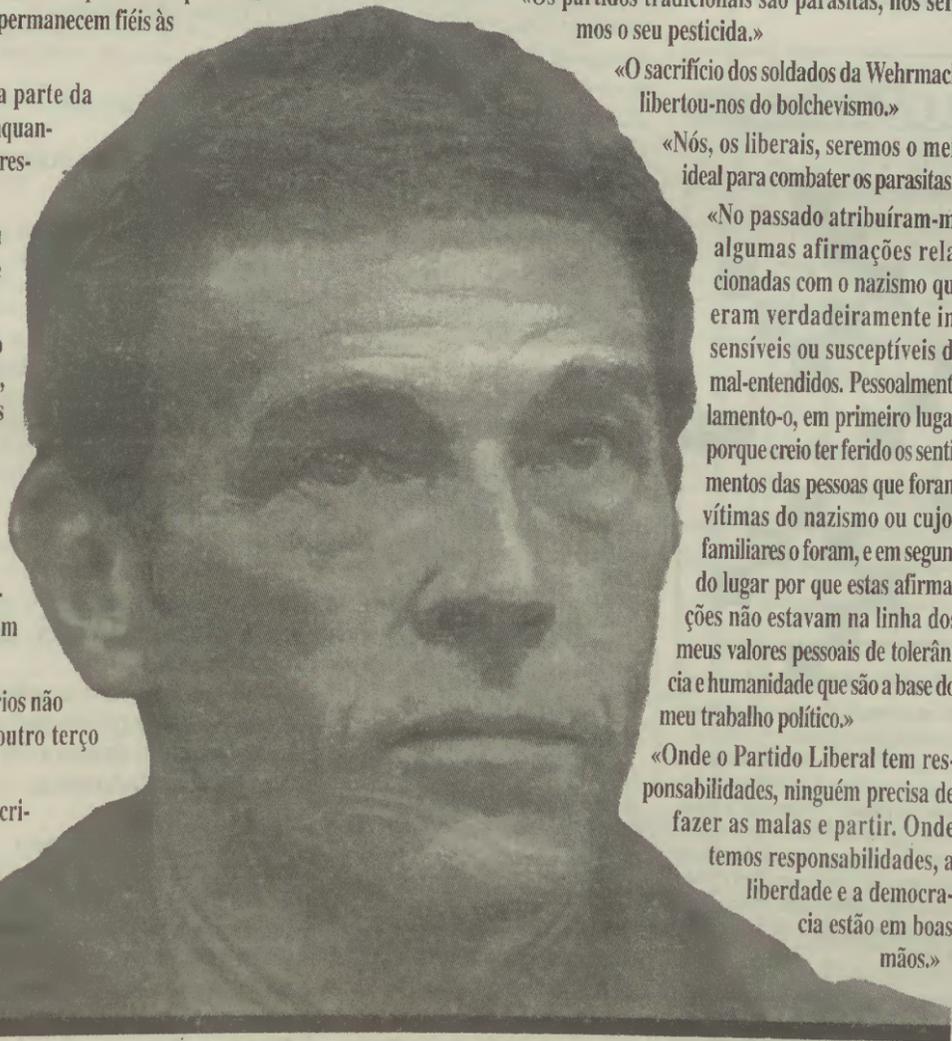
assim caminho para a máxima aspiração de Wolfgang Schüssel, dirigente do ÖVP: tornar-se chanceler a qualquer preço.

Os democratas-cristãos exigiam, entre outras coisas, cortes drásticos nas despesas sociais, aceleração da desregulamentação, alteração da idade de reforma, abandono do estatuto de neutralidade da Áustria e integração na NATO.

Os social-democratas consideraram demasiado alto o preço a pagar pelo apoio do ÖVP. Em alternativa, Viktor Klima (o chanceler cessante) tenta formar um governo minoritário isolando o ÖVP. E não encontra melhor forma para tal do que admitir uma coligação a médio prazo justamente com o acordo do FPÖ! Segundo Klima explicou, isso seria possível se o partido de extrema-direita «desse provas da sua capacidade de se inserir no jogo democrático mos-

verdade nunca tiveram nenhum pudor em relacionar-se com ambos sempre que isso serviu os seus interesses. Mais, as preocupações que hoje dizem sentir os muito democratas senhores da política mundial deixam de lado as opções que têm vindo a seguir a nível económico e social e que são justamente a causa em que radica o crescente descontentamento do eleitorado, na Áustria como noutros países, e que políticos como Haider tão bem sabem explorar.

Na verdade, o FPÖ foi desde sempre um refúgio de velhos nazis, o que nunca pareceu preocupar ninguém. Em 1970, por exemplo, o governo minoritário de uma das figuras gradas do socialismo, o lendário Bruno Kreisky, não teve pruridos em aceitar o apoio do então presidente do FPÖ, Friedrich Peter. O facto de Peter ter sido oficial das SS e de ter feito parte de uma unidade implicada em assassina-



## Balbúrdia no PS/Madeira

A balbúrdia anda à solta no PS/Madeira, tendo novamente por epicentro a chefia de Mota Torres. Agora, o cada vez mais contestado líder do PS/Madeira resolveu enriquecer a sua equipa, que está a elaborar o programa eleitoral do partido para as próximas eleições regionais, com a nomeação de um antigo elemento do movimento separatista FLAMA, António Franco Fernandes, para tomar conta da parte do programa eleitoral do PS/Madeira relativa à Administração Pública. Franco Fernandes é uma figura sobejamente conhecida nos meios políticos da Madeira, sobretudo porque já frequentou quase tudo: além de «lutador» separatista, foi também militante da JSD e do PP, «aterrando» agora na nata dirigente do PS/Madeira pelas mãos de Mota Torres. O caso deu que falar e, no PS/Madeira, deu mesmo uma onda de demissões, à mistura com ásperas críticas, como a de João Henriques Gonçalves que, ao desvincular-se da orientação imprimida por Mota Torres ao PS/Madeira, define essa orientação como «um embuste» e um «triunfo dos porcos». O próprio Alberto João Jardim não se inibiu de comentar esta inclusão de um antigo separatista na redacção do

## PONTOS CARDEAIS

programa eleitoral do PS/Madeira, afirmando que a actual equipa de Mota Torres é de uma «mediocridade impressionante», acrescentando que se o PS chegasse ao poder «com gente deste nível», a Madeira «voltava a ser o que era antigamente». É curioso como o tal António Franco Fernandes se tornou, repentinamente, tão medíocre aos olhos de Alberto João Jardim. Antigamente, quando militavam à volta dos mesmos projectos, nunca se ouviu Jardim a invectivá-lo. Provavelmente, porque nadavam na mesma mediocridade...

### «Ocupado»

O ex-chanceler alemão, Helmut Kohl, foi à televisão e disse: «Quem me conhece, sabe que não tenho nada a ver com a existência de contas nem nunca ninguém no partido me aconselhou a recorrer à Suíça e ao Lichtenstein para tal. Da parte financeira quem se encarregava era o tesoureiro. Eu já estava bastante ocupado com a direcção do país e do partido.» E não se ficou por aqui. Afirmo igualmente que os únicos bens do CDU na

Suíça são cofres-fortes contendo apenas documentação do partido referente à sua actividade no estrangeiro, onde o seu partido «democrata-cristão» partidos congéneres em Portugal e Espanha nas décadas de 70 e 80. Certamente que esse apoio não se resumiu a «documentação» como a que Kohl afirma estar nos cofres-fortes suíços, pelo que a situação voltou ao princípio: de onde veio esse dinheiro para «apoiar os partidos congéneres»? Entretanto, o *Der Spiegel* divulgou nos últimos dias o nome de mais uma empresa, a filial alemã do grupo helvético-sueco ABB, que terá pago ao CDU em «luvas» mais de 300 milhões de marcos, depositados em contas de bancos suíços. Devia ter ido para junto dos «documentos» referidos por Kohl e sob exclusivo conhecimento do tesoureiro, dado que Kohl andava muito ocupado a «dirigir o país e o partido». Pois...

### Virgin e Gates exploram lotaria

O milionário britânico e proprietário do grupo Virgin,

Richard Branson, juntou-se ao presidente da Microsoft, Bill Gates, para participar no concurso para a nova licença de exploração da lotaria no Reino Unido. Segundo declarações à BBC, citadas pela Agência Lusa, a Microsoft contribuirá com a tecnologia que permite vender boletins não só nas lojas mas também através da INTERNET, dos telemóveis e dos serviços de televisão interactiva. O projecto, apelidado por Branson de «Lotaria do Povo», foi apresentado como «não lucrativo» e permitiria encaminhar cerca de 652 milhões de contos por ano para causas de beneficência. Para isso propõe-se atrair de novo cerca de metade dos 12 milhões de jogadores que deixaram de apostar na lotaria desde a sua criação em 1994. As propostas para obtenção da licença, que tem uma validade de sete anos, devem ser entregues até final de Março, tendo a Comissão Nacional da Lotaria confirmado que sete grupos já apresentaram as suas candidaturas. Pelos vistos, não faltam investidores beneméritos na Grã-Bretanha.

### Arruaceiros

Numa prosa sempre abundantemente adjectivada, o cronista Eurico de Barros insurgia-se, um dia destes, em prosa debitada nas páginas do *Diário de Notícias*, contra «arruaceiros de extrema-esquerda, radicais e anarquistas batidos no distúrbio urbano», aos quais «se juntou pontualmente uma miríade de contestatários «úteis», sindicais, ecologistas, feministas e outros «alternativos» e *loony leftists* sortidos» que - imagine-se! - «no passado fim-de-semana, convergiram para Viena, onde entraram em conflito com a polícia de choque, sendo responsáveis por alguma da pior violência a que a capital austríaca assistiu desde a II Guerra Mundial». E quem são estes facinoras? Segundo Barros, trata-se de «uma mole que tanto se atira como gato a bofe aos símbolos, ícones e representantes do capitalismo, do mercado livre, da «globalização» e dos poderes político-económicos mundiais, como tenta perturbar o clima posterior à realização de uma eleição livre participada por **partidos democráticos** (sublinhado nosso) numa nação soberana». Portanto, para o Barros o partido neonazi do senhor Haider é «democrático» pelo simples facto de participar numa eleição democráticas, enquanto quem protesta contra este escândalo não passa de «uma mole» de «arruaceiros». Trata-se, no mínimo, de uma perspectiva «arruaceira»...

## PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

### Actualidade

#### As sombras de valsa

Disseram que dormisse e que esquecesse antigos pesadelos.

«Vê os teus filhos - disseram seguros nos seus brinquedos».

Mentira! Mentira! - gritei.

(«Coitado subiram-lhe os versos à cabeça!»)

No quarto ao lado  
sombras dançam a valsa.

#### O melhor sistema

Se achas que a injustiça  
pode dar uma política saudável.

Se achas que o medo  
abre janelas.

Se achas que estar sem trabalho  
faz bem à alma.

Se achas que esta democracia  
é o melhor dos sistemas

então é porque andamos todos a dançar  
à beira da falésia.

#### Ele anda por aí

Não. Hitler não morreu.

Anda por aí  
come as migalhas que vão caindo  
e são muitas  
do que trazemos do supermercado.

Poucos percebem bem  
o que é ser Hitler hoje  
mas que ele anda por aí, isso anda.  
Talvez sem o bigodinho, mas anda  
anda talvez sem estender o braço  
comendo os restos que trouxemos  
do supermercado.  
Estás gordo e próspero, ó fuhrer!

No silêncio  
ouço qualquer coisa  
parecida com heil.

#### A valsa das sombras

Em Viena deu para o torto  
a biere dentro da tasca  
Com tamanho desconforto  
a Europa ficou à rasca.

Na Áustria a democracia  
com o naismo se enfrasca  
e, com a visão da anarquia  
a Europa ficou à rasca.

A coisa está mesmo torta  
Aqui d'el rei que há borrasca.  
Vendo o diabo a entrar a porta  
a Europa ficou à rasca.

Pôs seus ovos a serpente  
já uma saiu da casca.  
Então, repentinamente  
a Europa ficou à rasca.

A Europa aduba, aduba  
esta lama em que se atasca  
Agora, caída a juba,  
A Europa ficou à rasca

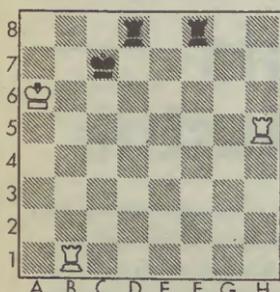
e ainda mais irá ficar  
se não mudar, se não mudar.

## XADREZ

DCCXXXIX - 10 DE FEVEREIRO DE 2000  
PROPOSIÇÃO N.º 2000X05

Por: Henri Rinck  
«La Stratégie» 1921

Pr.: [3]: Ts. d8, g8 - Rç7  
Br.: [3]: Ts. b1, h5 - Ra6



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 2000X05 [J. F.]

1. Tb7+, Rd6; 2. Tb6+, Rç7; 3. Th7+, Rç8;  
4. Tç6+, Rb8; 5. Tb7+, Ra8; 6. Tçb6 e g.  
3. ..., Td7; 4. Tb7+, Rç8; 5. Tb7+ e g.  
2. ..., Rç7; 3. Th7+, Rf7; 4. Tb7+, Td7;  
5. Td7+ e g.

A. de M. M.

## DAMAS

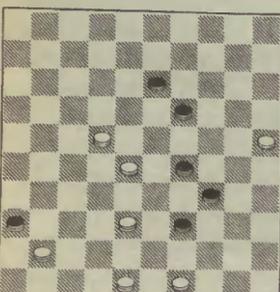
DCCXXXIX - 10 DE FEVEREIRO DE 2000  
PROPOSIÇÃO N.º 2000D05

Por: Louis Dalman

«Combat dans l'Arènes» [N.º 21] Nîmes  
[Fr.] - 1976

Pr.: [6]: 13-19-29-34-36-39

Br.: [7]: 22-25-28-38-41-48-49



Branças jogam e ganham

\*\*\*

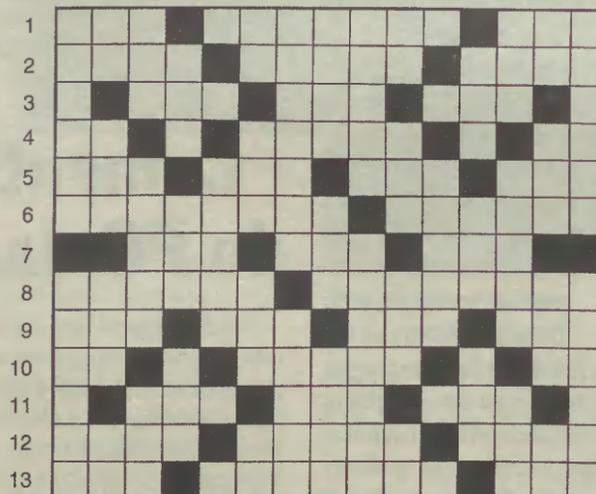
SOLUÇÃO DO N.º 2000D05 [L. D.]

1. 48-42, (36x47=D); 2. 42-37, (47x33);  
(33x28); 3. 49-43, (43x38); 4. 28x30, (48x42);  
5. 30-24, (-); 6. 25x12+

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Unidade de pressão no sistema C.G.S. correspondente à pressão de um dine por centímetro quadrado; curral de vacas; parceiro. 2 - Altar cristão (pl.); dente queixal; povoação de categoria superior a aldeia. 3 - Criatura; abrev. de leste; braço de rio. 4 - Preposição; ramagens; laço apertado. 5 - Dirigiam-se (fig); maior; chefe etíope; líquido alcalino, mais ou menos espesso, resultante de inflamação. 6 - Cordão de metal que garante ou abotoa a frnete do vestuário (pl.); relativa à lã. 7 - Óxido de cálcio; anuência; douçura (fig.). 8 - Incharam; obra de fortificação subterrânea. 9 - Mofas, soberano; décima sétima letra do alfabeto grego (pl.); víscera dupla. 10 - Àquele; empregara; Lantânio (s.q.). 11 - Minha (ant.); remoinho de água (prov.); progenitor. 12 - Cerúleo; provida de asas; experiência (fig.). 13 - Tenho conhecimento; maquinaria (fig.); ribeira portuguesa.

**VERTICAIS:** 1 - Mamífero da ordem dos cetáceos; ermida fora do povoado (pl.). 2 - Modo (fig.); enfermidade; voz de algumas aves, especialmente a do mocho; pata (pop.). 3 - Pano de arrás; cama de lona onde dormem os marinheiros a bordo (pl.); forma apocópada de muito. 4 - Prep. que indica alternativa ou incerteza; grande extensão de água salgada; muitos (fig.). 5 - Osso par da face. 6 - Amerício (s.q.); grande porção; que me pertence; aparência. 7 - Adorno feminino, para o pescoço (pl.); separa. 8 - A outra vida; textualmente; formam em alas. 9 - Medir com a rassa; acto de marrar. 10 - Irídio (s.q.); tempero; ressoa; brisa. 11 - Agulhas de pinheiro. 12 - Cruel; também não; nome escocês. 13 - Carlinga do navio; relativo aos pólos; comparecias. 14 - O mais (ant.); despido; bagatela (fig.); espécie de escumilha. 15 - Mamífero carnívoro da fam. dos canídeos; apreciador.

13 - Pia; poliar; tas. 14 - Al; nus; til; 15 - Raposa; amador.

**VERTICAIS:** 1 - Balta; oradas. 2 - Art; mal; pio; zé. 3 - Rás; macas; mul. 4 - Sem; mar; mil. 5 - Malat; 6 - Am; rot; rou; neu; ar. 7 - Colares; isola. 8 - Além; sic; 9 - Opavam; casamata. 9 - Rás; ros; rím. 10 - Aoi; usar; La. 11 - Mita; oia; pat. 12 - Azul; alada; calo. 13 - Sol; tamara; Sor.

**HORIZONTAIS:** 1 - Bar; vacaria; par. 2 - Avas; molar; vila. 3 - Sert; les; rta. 4 - Em; ramas; no. 5 - Lam; mot; rás; pus. 6 - Alamares; lanosa. 7 - Cal; sim; mel. 8 - Opavam; casamata. 9 - Rás; ros; rím. 10 - Aoi; usar; La. 11 - Mita; oia; pat. 12 - Azul; alada; calo. 13 - Sol; tamara; Sor.

SOLUÇÃO:

## AGENDA

## Plenários e outras reuniões das Organizações do Partido

## ALPIARÇA

**10ª Assembleia da Organização Concelhia**  
Domingo, 13, 15h, CT de Alpiarça com a participação de Jorge Cordeiro

## SESIMBRA

**8ª Assembleia da Organização Concelhia**  
Sábado, 12, 15h, Externato Santa Susana com a participação de Jorge Pires

## LOURES

**6ª Assembleia da Organização da Freguesia**  
Sábado, 12, 15h, CT de Loures com a participação de José Tavares

## LISBOA

**5ª Assembleia da Organização de Santo Condestável**

- Aprovação das Linhas e Trabalho e objectivos para 2000
  - Eleição da Comissão de Freguesia
  - Análise da situação política / Congresso do PCP com a participação de Luís Fernandes
- Sábado, 12, 15h, Salão da Junta de Freguesia

## ● ÉVORA

Reunião de activistas da Festa do Avante! no distrito de Évora - Sexta-feira, 11, às 18h, no CT de Évora, com a participação do camarada Virgílio Azevedo.

## ● LISBOA Cidade

Célula dos Trabalhadores da Voz do Operário - Debate sobre a situação política e conclusões da Reunião do CC: hoje, quinta-feira, às 13h30, com a participação de Martinho Batista.

Sector Sindical - Plenário de militantes sobre a situação política, XVI Congresso e outras tarefas do Partido: hoje, quinta-feira, às 18h, com a participação de Domingos Abrantes.

Juventude da Zona Norte da Cidade de Lisboa - Reunião no Centro de Trabalho Vitória, hoje, quinta-feira, às 21h30.

Olivais - Debate sobre o Plano de Pormenor dos Olivais: sexta-feira, 11, 21h, na Esc. do 1.º Ciclo n.º 36. Plenário de militantes da freguesia sobre o Plano de Trabalho da organização na Freguesia e na Zona e conclusões da reunião do CC: sábado, 12, 15h, na SFUCO (junto à Piscina).

Ajuda e S. Francisco Xavier - Plenário de militantes da freguesia para discussão de questões de organização e do projecto de resolução da Assembleia da Organização da Zona Ocidental de Lisboa: sábado, 12, às 15h no CT da Ajuda.

S. Jorge de Arroios - Plenário de militantes, sobre a preparação da Assembleia da Organização da Freguesia: sábado, 12, às 15h, CT Vitória.

Construção Civil - Reunião de camaradas do sector, com a participação de Júlio Filipe: segunda-feira, dia 14, 18h30, CT Vitória.

Reformados da Cidade de Lisboa - Plenário: quarta-feira, 16, 15h, CT Vitória.

Beato - Debate sobre Saúde: na Escola Luís António Verney, sexta-feira, dia 18, às 18h30.

5.ª Assembleia da Zona Ocidental de Lisboa (a realizar em 26 de Fevereiro) - O projecto de Resolução em discussão pode ser levantado antecipadamente nos Centros de Trabalho da Zona

## ● OEIRAS

Porto Salvo - Debate público sobre a falta de transportes e a greve na Vimeca, e a privatização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras. Na Soc. Instrução Musical de Porto Salvo (SIMPS), sexta-feira, dia 11, às 21h, com Arnaldo Pereira e outros eleitos na AM de Oeiras e na AF de Porto Salvo.

## ● PALMELA

Curso de Formação Política - Sábado, 12, das 10h30 às 17h, em casa da camarada Dina, no Poceirão.

## ● PORTIMÃO

Plenário de militantes do Concelho - Sobre a situação política, o XVI Congresso do PCP e o plano de trabalho da organização para o ano corrente, com a participação de Carlos Luís Figueira: sábado, dia 12, a partir das 15h, no CT de Portimão.

## ● RIO DE MOURO

Debate público sobre Saúde - No Auditório da Igreja de Rio de Mouro, sábado, 12, às 15h, com a participação de Natália Filipe, deputada do PCP, Maria do Carmo Tavares, do Secretariado da CGTP-IN, e Maria Alice, presidente da JF de Rio de Mouro.

## ● SETÚBAL

Célula da PT - Plenário: hoje, dia 10, 18h, CT de Setúbal, com Manuel Passos.

Executivo da Concelhia de Setúbal - Reunião com a participação de Joaquim Tavares: hoje, quinta-feira, 21h, CT de Setúbal.

Anunciada - Reunião da Comissão de Freguesia: sexta-feira, 11, 21h, CT de Setúbal, com António Freixo.

CMS - Reunião da célula, com a participação de Joaquim Tavares: sexta-feira, 11, 18h, CT de Setúbal.

Sector Cooperativo - Plenário, com Joaquim Tavares e Nuno Marques: terça-feira, 15, 17h30, CT de Setúbal.

S. Sebastião - Reunião da Comissão de Freguesia: quarta-feira, 16, 18h30, CT de Setúbal.

## ● SEIXAL

Organização Concelhia - Plenário de militantes: sábado, 12, 15h, Clube Recreativo e Desportivo de Miratejo.

## ● SILVES

Reunião regional de quadros sobre os movimentos femininos e a actividade do PCP nesta área - No Centro de Trabalho de Silves, sábado, dia 12, com a participação de Bernardina Sebastião.

## ● VILA FRANCA DE XIRA

Alhandra - Plenário de militantes sobre a situação política e social na freguesia, acção do Partido e conclusões da reunião do Comité Central: sábado, dia 12, 15h30, CT de Alhandra, com a participação de um camarada do CC.

## Encontro

## O Castanheiro e a Castanha

Levantamento e análise dos problemas do castanheiro e da castanha

Domingo, 13, em Terroso / Espinhosa-Bragança, na Casa do Povo, a partir das 10h, com almoço às 12h30 e reinício dos trabalhos às 14h30

Participação de Carlos Carvalhas, que fará uma intervenção no encerramento do Encontro

## TRABALHO E MENTALIDADES

Desafios que se colocam às mulheres do Alentejo

Encontro-debate promovido pela Organização das Mulheres Comunistas com apoio das ONG's da Com. para a Igualdade e Direitos das Mulheres com a participação de Aurélio Santos e Rosa Xisto

MONTEMOR-O-NOVO - Sábado, 12 - 15h

Biblioteca Municipal

## A VIOLÊNCIA SOBRE AS MULHERES

- debate promovido pela Organização das Mulheres Comunistas com a participação de Margarida Botelho, Maria Conceição Nogueira e Margarida Malvar

BRAGA - Sexta-feira, 11 - 21h30

Casa do Trabalhador (Rua dos Biscainhos, 81)

## 69.º Aniversário do Avante!

Quarta-feira, dia 16, 19 h - Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa com a participação do camarada CARLOS CARVALHAS:

Lançamento público do Avante! remodelado e da campanha de difusão do Avante!

## ● Lisboa

Quinta-feira, dia 10, 20 h - CT Duque de Loulé

Jantar-convívio do Sector de Serviços seguido de plenário de militantes, inseridos na campanha de promoção do «Avante!», com a participação do camarada José Casanova

## ● Rio de Mouro

Sexta-feira, dia 11, 19h - CT de Rio de Mouro

Jantar-convívio seguido de debate com a participação de José Casanova

## ● Ourique

Sábado, dia 12, 13h - Aldeia de Palheiros (no antigo Supermercado)

Almoço-convívio comemorativo com a presença de José Casanova

## ● Laranjeiro

Sexta-feira, dia 18, 21h - CT do Laranjeiro

Debate com a participação de Dias Lourenço

## ● Setúbal

Sexta-feira, dia 18, 21h30h - Edifício Arrábida

A imprensa em Portugal e o papel do «Avante!» - debate com José Casanova

## ● Corroios

Sábado, dia 19, 15h - Pavilhão do Alto do Moinho

O «Avante!» na Comunicação Social portuguesa - debate com José Casanova

## ● Santa Iria de Azóia

Campanha de Divulgação do «Avante!»

de 17 de Fevereiro a 9 de Março com oferta de jornais às principais colectividades e associações da freguesia

Dia 17 - Visita às associações e colectividades para entrega do «Avante!» e contactos com Direcções e associados

Dia 18 - Debate público sobre o «Avante!», com leitura de textos: às 21h30 no CT do PCP



### Jantar comemorativo do 79.º aniversário do PCP com Álvaro Cunhal

promovido pelo Sector de Transportes da ORL

Lisboa - CT Vitória  
25 de Fevereiro, às 19h30  
(Inscrições: CT Vitória)

## Alhos Vedros

Sábado, dia 12

Visita dos eleitos da CDU à Freguesia de Gaio-Rosário  
Concentração às 10h junto à JF

Domingo, 13

Inauguração simbólica da Ponte de ligação Sarilhos Grandes-Sarilhos Pequenos  
Às 13h, na Assoc. Naval de Sarilhos Pequenos (junto à Ponte)

## Jornadas Autárquicas em Loures

Sábado, 12

## ● em CAMARATE

com a participação do Presidente da CM, Adão Barata, e vereadores:  
- Bairro de S. José - 10h - Contacto com Associações de Moradores e Proprietários; Visita a Fetais - 10h45; Encontro no local cedido para a Esquadra - 12h45; Encontro com o Mov. Associativo - No Parque Desportivo, 15h; Visita ao Bairro de Santo António e encontro com a população - Esc. Primária, 16h30.

## Agostinho Lopes visita Barcelos

Sábado, dia 12

De manhã - Visita ao Castro da Picarreira, em Carapeços, ao Monumento para Banhos da Idade do Ferro, em Galegos Santa Maria, ao património arquitectónico e paisagístico do Monte da Franqueira.

À tarde - Visita ao Museu da Olaria, encontro com o Director do Gabinete Técnico local, intervenção no Centro Histórico de Barcelos, visita à EN306. Às 18h30, encontro com os presidentes das Juntas de Freguesia sobre soluções para a EN306.



Debate sobre a pena de morte

«NOVO MILÉNIO SEM PENA DE MORTE»

Convidados:

António Filipe e Margarida Botelho, deputados do PCP, e Pedro Santos, da Amnistia Internacional

Lisboa - Sábado, 12, 21h - Casa do Fado (Lg. Chafariz de Dentro)

TELEVISÃO

Quinta, 10

RTP 1

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.30 Concurso
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 14.50 Boa Tarde
- 16.30 Infância
- 18.00 Hugo
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.55 Remate
- 21.20 Quem Quer Ser Milionário?
- 21.45 A Lenda da Garça
- 22.35 A Raia dos Medos
- 22.45 Parque Maior
- 00.15 Senadores

Sexta, 11

RTP 1

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.30 Concurso
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 14.50 Boa Tarde
- 16.30 Infância
- 18.00 Hugo
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.55 Remate
- 21.20 Quem Quer Ser Milionário?
- 21.45 A Raia dos Medos
- 22.45 A Lenda da Garça
- 23.30 Jackie Brown
- (de Quentin Tarantino, EUA/1997,

Sábado, 12

RTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Top +
- 15.15 O Gendarme de Saint Tropez
- (de Jean Girault, Fr./It./1964, com Louis de Funès, Geneviève Grad. Comédia)
- 17.25 The Six Man
- 19.10 Jet 7
- 20.00 Telegiornal
- 22.10 Santa Casa
- 24.00 Con(s)ertos na Cave
- 00.25 Serviço de Urgência
- 01.25 Loja do Cidadão
- 02.25 Máquinas

Domingo, 13

RTP 1

- 07.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Made in Portugal
- 15.15 A Namorada Errada
- (Longa Metragem)
- 16.50 Colisão Fatal
- (Longa Metragem)
- 18.25 Major Alvega
- 18.55 Futebol: E. Amadora-Sporting
- 21.00 Telegiornal
- 22.15 Domingo Desportivo
- 23.15 Agora é que São Elas
- 00.45 Nada É Sagrado
- 01.45 Prazeres
- 02.45 24 Horas
- 03.10 Limpo e Sóbrio
- (de Gleen Gordon Caron, EUA/1988, com Michael Keaton, Kathy Baker, Morgan Freeman. Ver Destaque)

RTP 2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.20 O Nome da Nossa Gente
- 11.55 Novas Aventuras de Robin Hood
- 12.40 Caminho das Estrelas
- 13.30 Quem Sai aos Seus
- 14.30 Onda Curta
- (Curtas Metragens)
- 15.00 Desporto 2
- 19.00 Rotações
- 19.30 Jornal de África
- 20.00 Artes e Letras
- 21.00 Horizontes da Memória
- 21.30 Jornal 2
- 22.15 Bombordo
- 22.45 O Quarto Escuro
- 23.40 Travessa do Cotovelo
- 00.40 1492: Cristóvão Colombo
- (de Ridley Scott, EUA/Fr./Esp./Gr.Br./1992, com Gérard Depardieu, Armand Assante, Sigourney Weaver. Histórico)

SIC

- 07.30 Zip Zap
- 12.00 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Melga
- (de Ben Stiller, EUA/1996, com Jim Carrey, Matthew Broderick, Leslie Mann. Comédia)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Residencial Tejo
- 22.15 Herman Sic
- 00.15 Acto de Amor
- (de George Miller, EUA/1992, com Nick Nolte, Susan Sarandon, Peter Ustinov. Ver Destaque)
- 02.30 Último Jornal
- 03.05 O Guarda-Costas

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Programa Religioso
- 11.05 Missa
- 13.00 Portugal Português
- 14.00 Coração Americano
- (de Martin Bell, EUA/1992, com Jeff Bridges, Edward Furlong, Lucinda Jenney, Don Harvey. Ver Destaque)
- 15.45 Regresso da Guerra
- (de Franklin Schaffner, EUA/1994, com Sam Waterson, Kris Kristofferson, Jobeth Williams. Drama)
- 17.30 Segredo das Estrelas
- 19.30 Directo XXI
- 19.50 A Hora dos Heróis
- (de Peter Hyams, EUA/1989, com Sean Connery, Mark Harmon, Meg Ryan. «Thriller»)
- 21.45 «Todo o Tempo do Mundo
- 23.00 Médicos
- 24.00 Entre Amor e Ódio
- (de Rod Hardy, EUA/1993, com Susan Lucci, Patrick Van Horn, Barry Bostwick. Drama)
- 02.00 A Colina das Viúvas
- (de John Irwin, EUA/1994, com Mia Farrow, Joan Plowright, Natasha Richardson. Ver Destaque)
- 05.00 A Balada de Hill Street
- 06.15 Serras Azuis

Segunda, 14

RTP 1

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.30 Concurso
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 15.00 Boa Tarde
- 16.30 Infância
- 18.00 Hugo
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.55 Remate
- 21.15 Quem Quer Ser Milionário?
- 21.45 A Senhora Ministra
- 22.15 A Lenda da Garça
- 23.00 Jogo Falado
- 00.50 24 Horas
- 01.20 Primeira Página
- 01.40 Eclipse Total
- (de Taylor Hackford, EUA/1995, com Taylor Hackford, Jennifer Jason Leigh, Christopher Plummer. Ver Destaque)

RTP 2

- 07.30 Euronews
- 14.45 Jazz num Dia de Verão
- 15.00 Informação Gestual
- 16.00 Caminho das Estrelas
- 17.00 Memórias de Hotéis de Luxo
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 A Bíblia e a Arqueologia
- 19.00 Juvenil
- 20.30 Sobrevivência
- 21.30 Jornal 2
- 22.30 Acontece
- 22.55 Sexta-feira, 13 - Parte 2
- (de Steve Miner, EUA/1981, com Adrienne King, Betsy Palmera, Amy Steel. Terror)
- 00.25 Remate
- 00.40 Perigo Iminente
- 01.30 Chine Hoje

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 SIC 10 Horas

Terça, 15

RTP 1

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.30 Concurso
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 14.50 Boa Tarde
- 16.30 Infância
- 18.00 Hugo
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.55 Remate
- 21.15 Quem Quer Ser Milionário?
- 21.50 Não És Homem Não És Nada
- 22.15 A Lenda da Garça
- 23.00 Maria Elisa
- 00.30 24 Horas
- 01.00 Primeira Página
- 01.20 Os Hughleys
- 01.50 A Mulher das Nossas Vidas
- (Longa Metragem)

RTP 2

- 07.30 Euronews
- 14.45 Jazz num Dia de Verão
- 15.00 Informação Gestual
- 16.00 Caminho das Estrelas
- 17.00 Memórias de Hotéis de Luxo
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 A Bíblia e a Arqueologia
- 19.00 Juvenil
- 20.30 Sobrevivência
- 21.30 Jornal 2
- 22.30 Acontece
- 22.55 Sexta-feira, 13 - Parte 3
- (de Steve Miner, EUA/1982, com Dana Kimmel, Paul Katka, Richard Brooks. Terror)
- 00.25 Remate
- 00.40 A Queda das Monarquias Europeias
- 01.40 China Hoje

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Residencial Tejo
- 13.00 Primeiro Jornal

Quarta, 16

RTP 1

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.30 Concurso
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 A Usurpadora
- 14.50 Boa Tarde
- 16.30 Infância
- 18.00 Hugo
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.55 Remate
- 21.15 Quem Quer Ser Milionário?
- 21.45 As Lições do Tonecas
- 22.25 A Lenda da Garça
- 23.10 Esquadra de Polícia
- 00.05 No Rasto do Mal
- 01.05 24 Horas
- 01.45 Primeira Página
- 02.10 Diário de Maria
- 03.10 Não Sejas uma Ameaça
- (Longa Metragem)

RTP 2

- 07.30 Hora Viva
- 10.00 Euronews
- 14.45 Jazz num Dia de Verão
- 15.00 Informação Gestual
- 16.00 Caminho das Estrelas
- 17.00 Memórias de Hotéis de Luxo
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 A Bíblia e a Arqueologia
- 19.00 Juvenil
- 20.30 Sobrevivência
- 21.30 Jornal 2
- 22.30 Acontece
- 22.55 Sexta-feira, 13 - O Regresso
- (de Danny Steinmann, EUA/1985, com John Shepard, McLanic Kinneman. Terror)
- 00.30 Remate
- 00.45 Zoom
- 01.45 China Hoje

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Mundo VIP



Vladimir Malakhov, o grande bailarino apontado como sucessor de Baryshnikov (na foto) ou Nureyev: domínio à noite no Artes e Letras da RTP2

- 01.25 24 Horas
- 01.50 Primeira Página
- 02.15 NBA

RTP 2

- 07.30 Euronews
- 14.45 Jazz num Dia de Verão
- 15.00 Informação Gestual
- 16.00 Caminho das Estrelas
- 17.00 Ricos e Famosos
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX
- 19.00 Juvenil
- 20.35 Patinagem Artística
- 21.30 Jornal 2
- 22.30 Acontece
- 22.55 O Desconhecido de Estrasburgo
- (Longa Metragem)
- 01.40 Remate
- 01.50 Mistérios de Ruth Rendell
- 02.50 Crianças sem Infância

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Os Malucos do Riso
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Andando nas Nuvens
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 A Loja do Camilo
- 21.30 Terra Nostra
- 22.30 Esta Semana
- 23.45 Postman, o Mensageiro
- (de Kevin Costner, EUA/1998, com Kevin Costner, Will Patton, Larenz Tate. Ver Destaque)
- 02.45 Último Jornal

TVI

- 09.00 Animação
- 12.45 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 18.20 Polícias e Ladrões
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Combate Mortal
- 21.00 Debaixo d'Olho
- (de John Badham, EUA/1987, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez, Aidan Quinn. Comédia Policial)
- 23.00 Especial TVI
- 00.30 A Bola É Nossa
- 02.35 Vidas Enraivecidas
- (de Michael Oblowitz, EUA/1996, com Billy Zane, Gina Gershon, Will Patton. Drama)
- 04.40 Competente e Descarada
- 05.10 Adultos à Força
- 06.10 O Mundo do Futebol
- 06.40 Serras Azuis

com Pam Grier, Samuel L. Jackson, Robert Forster, Bridget Fonda, Robert De Niro. Ver Destaque)

RTP 2

- 07.00 Euronews
- 14.45 Jazz num Dia de Verão
- 15.00 Informação Gestual
- 16.00 Caminho das Estrelas
- 17.00 Ricos e Famosos
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Mistérios e Mitos do Séc. XX
- 19.00 Juvenil
- 20.30 Patinagem Artística
- 21.30 Jornal 2
- 22.30 Acontece
- 22.55 Andamentos
- 23.30 Desesperadamente Procurando Susana
- (de Susan Seidelman, EUA/1985, com Rosanna Arquette, Madonna, Aindan Quinn. Ver Destaque)
- 01.20 Remate
- 01.30 Crime Violento
- 02.30 Crianças sem Infância

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 12.00 Jornalistas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Andando nas Nuvens
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Chuva de Estrelas
- 22.10 Terra Nostra
- 23.00 Jogo Limpo
- 02.00 Último Jornal
- 02.35 Afrodísia

TVI

- 09.00 Animação
- 12.45 Estrela de Fogo
- 13.20 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 16.00 Animação
- 18.30 Alta Velocidade
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Combate Mortal
- 21.00 Ri-te Ri-te
- 22.30 Reis da Música Nacional
- 01.30 A Separação
- (de Larry Thompson, EUA, com Sharon Gless, Steve Railsback, Ed Bruce. Drama)
- 03.35 Competente e Descarada
- 04.05 Adultos à Força
- 05.05 A Balada de Hill Street
- 06.10 Serras Azuis



Ana Bola, a "Senhora Ministra"

- 03.25 24 Horas
- 03.55 Futebol: Boavista-U. Leiria
- 05.30 Halloween - A Maldição de Michael Myers
- (de Joe Chappelle, EUA/1995, com Donald Pleasence, Paul Rudd, Mariane Hagan. Terror)

RTP 2

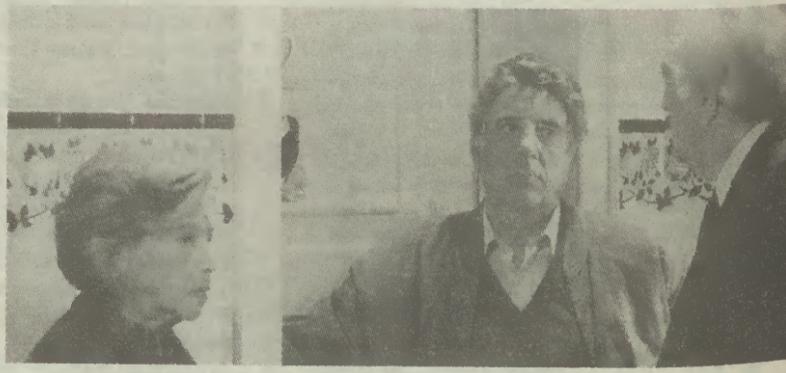
- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Saga Europeia - A Pesca do Bacalhau
- 13.30 Quem Sai aos Seus
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 19.15 A Outra Face da Lua
- 21.00 2001
- 21.30 Jornal 2
- 22.25 Dinheiro Vivo
- 23.00 O Lugar da História
- 24.00 Teatro - «Electra ou A Queda das Máscaras»
- 01.50 Allô, Allô
- 02.20 Hippies
- 02.50 French and Saunders

SIC

- 07.00 Zip Zap
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Império do Sol
- (de Steven Spielberg, EUA/1987, com Christian Bale, John Malkovich, Miranda Richardson. Guerra)
- 16.00 Big Show Sic
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 22.10 Negócio Fechado
- 23.40 Emanuelle
- (de Just Jaecklin, Fr./1973, com Sylvia Kristel, Alain Cuny, Marika Green. Erótico)
- 01.40 Último Jornal
- 02.15 Milagre à Meia-Noite
- (de Ken Cameron, EUA/1997, com Sam Waterston, Mia Farrow, Justin Whalin. Guerra)

TVI

- 09.00 Animação
- 12.00 Top Roek
- 13.00 Desporto
- 14.35 Dazzle - Mistérios de Família
- (de Richard Colla, EUA, com Lisa Hartman Black, Cliff Robertson, James Farentino. Drama)
- 17.30 Confissões de uma Universitária
- (de Uli Edel, EUA/1995, com Alyssa Milano, Jamie Luner, Brian Bloom. Drama)
- 19.30 Os Piratas das Ilhas Selvagens
- (de John Hughes, Nova Zelândia/1983, com Ferdinand Fairfax, Tommy Lee Jones, Michael O'Keefe. Aventuras)
- 21.30 «Todo o Tempo do Mundo
- 22.40 Desespero de uma Mãe
- (de Joyce Chopra, EUA/1997, com Blair Brown, Cameron Bancroft, Robert Moloney. Drama)
- 01.00 Directo XXI
- 01.40 Os Varredores
- (de Joseph Mehri, EUA/1995, com Ed Lauter, Kristen Dalton, Janet Gunn, Felton Perry. «Thriller»)
- 03.40 A Balada de Hill Street
- 04.55 Histórias Fantásticas
- 05.50 Serras Azuis



Actores consagrados como Glicinia Quartim e Manuel Falcão, inesperados como Artur Ramos: em "Todo o Tempo do Mundo"



Maria Elisa regressa à RTP (terça-feira à noite)

Molta Flores é o autor da série "A Raia dos Medos" - a repressão nas zonas fronteiriças durante a Guerra Civil de Espanha

- 12.00 Médico de Família
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Terra Nostra
- 22.00 Monsanto
- 23.30 Guerreiros
- (de Shimon Dotan, Can/Israel/1994, com Gary Busey, Michael Paré, Wendii Fullford. Aventuras / Acção)
- 01.30 Último Jornal

- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 A Força de um Desejo
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Terra Nostra
- 22.00 Monsanto
- 23.30 Guerreiros
- (de Shimon Dotan, Can/Israel/1994, com Gary Busey, Michael Paré, Wendii Fullford. Aventuras / Acção)
- 01.30 Último Jornal

TVI

- 09.00 Animação
- 12.45 Estrela de Fogo
- 13.20 TVI Jornal
- 14.00 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 18.30 Filho do Dragão
- 19.20 Directo XXI
- 20.00 Combate Mortal
- 21.00 Steel, o Homem de Aço
- (de Kenneth Johnson, EUA/1997, com Shaquille O'Neil, Annabeth Gish, Richard Roundtree. Fantasia / Acção)
- 24.00 100 Anos de Pornografia
- 01.20 O Homem dos Seus Sonhos
- (de Martin Kriösser, EUA/1997, com Lisette Anthony, William Moses. Drama)
- 02.30 Competente e Descarada
- 03.00 Adultos à Força
- 04.00 Desporto
- 04.40 A Balada de Hill Street
- 05.50 Fascinação

TVI

- 09.05 Animação
- 12.45 Estrela de Fogo
- 13.20 TVI Jornal
- 14.30 Louca Paixão
- 16.00 Animação
- 18.30 Filho do Dragão
- 19.20 Directo XXI
- 20.00 Combate Mortal
- 21.00 Ri-te Ri-te
- 22.30 Inocência Perversa
- (de Amy Holden Jones, EUA/1996, com Christopher McDonald, Peter Greene, Clive Owen. Drama)
- 00.35 Competente e Descarada
- 01.05 PSI Factor
- 02.05 Adultos à Força
- 03.05 A Balada de Hill Street
- 04.20 Fascinação

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## Postman, O Mensageiro

(Quinta, 23.45, SIC)

Tratando-se de uma estreia não se poderia ignorá-lo. Mas tendo em vista o decepcionante resultado final de alguns dos seus tão badalados filmes anteriores - *Dançando Com Lobos* ou *Robin Wood*, por exemplo - tudo nos leva a desconfiar da «bondade» desta nova arremetida de **Kevin Costner** na realização. Não que o argumento não seja, como sempre, bem intencionado, contando-nos desta vez uma história situada em 2013, quando os EUA foram meio destruídos por uma guerra e um viajante solitário (acabado de escapar das garras de uma organização fascista) encontra por entre as ruínas uma carrinha dos correios e parte de terra em terra levando a boa nova e conquistando cada vez mais adeptos em comunidades isoladas para lutarem contra a opressão e a tirania. Tudo cheira a alegoria preten-siosa, a espreitar, mas de pé atrás...



Joan Plowright e Natasha Richardson, em «A Colina das Viúvas», de John Irwin

no e o naipe de intérpretes é de primeira água (ver *Ficha Técnica*), pelo que, com o seu habitual tom anarca e marginal, pode tratar-se de um filme a considerar...

## Desesperadamente Procurando Susana

(Sexta, 23.20, RTP2)

Uma dona de casa ocupa o seu aborrecido quotidiano a olhar para os anúncios pessoais publicados nos jornais, até que um dia é levada a imiscuir-se no caso de uma tal *Susana* que tem por hábito meter-se em sarilhos e em situações inconcebíveis. O pior é quando a nossa «heroína» perde a memória e julga ser a própria *Susana*... Uma comédia realizada por **Susan Seidelman** que fez muito sucesso público (em particular junto dos fãs de *Madonna*) mas cujos tiques pós-modernistas foram recebidos com reticências por alguma crítica.

## Acto de Amor

(Domingo, 00.15, SIC)

Filme que se diz duro de ver, *Acto de Amor* parte de um argumento muito bem escrito pelo próprio realizador - o australiano **George Miller** - que aborda com coragem e cruza o drama de um casal cujo filho sofre de uma doença que provoca uma degenerescência física gradual e fatal e que procura por todos os meios, junto da comunidade médica, um tratamento adequado que o possa salvar. Nos papéis principais, **Susan Sarandon** e **Nick Nolte** são excelentemente acompanhados por **Peter Ustinov**.

## Limpo e Sóbrio

(Domingo, 03.10, RTP1)

Outro filme de alguma dureza e dramatismo que nos dá a conhecer a personagem de um vendedor imobiliário toxicod dependente que se vê envolvido na história sórdida da morte, por *overdose*, de uma jovem com quem passou a noite e que, inicialmente em intenção de puro oportunismo (apenas para se afastar conjuntamente dos meios da droga) se acolhe a uma instituição de desintoxicação, ali compreendendo como a sua vida corre o risco da mais completa destruição. Um filme oportuno e sensível de **Glenn Gordon Caron**, com **Michael Keaton**, **Morgan Freeman** e **Kathy Baker**.

KEVIN COSTNER  
THE  
POSTMAN

Cartaz do filme «Postman, O Mensageiro», de Kevin Kostner

## Eclipse Total

(Segunda, 01.40, RTP1)

Adaptado do romance de um especialista do género - **Stephen King** - *Eclipse Total* conta-nos a história dramática de uma jovem jornalista de Nova Jorque que, por sua própria iniciativa, volta a contactar com a mãe que há 15 anos não via e que agora sabe ter sido condenada por um assassínio, vindo do mesmo passo a ter conhecimento de acontecimentos aterradores relacionados com o seu próprio passado. Um drama psicológico bem urdido e realizado por **Taylor Hackford**, no qual os *flash-backs* são tratados como meio cinematográfico adequado às leituras do passado, consoante ele é visto pelos vários protagonistas. Com **Jennifer Jason Leigh** e **Kathy Bates**.

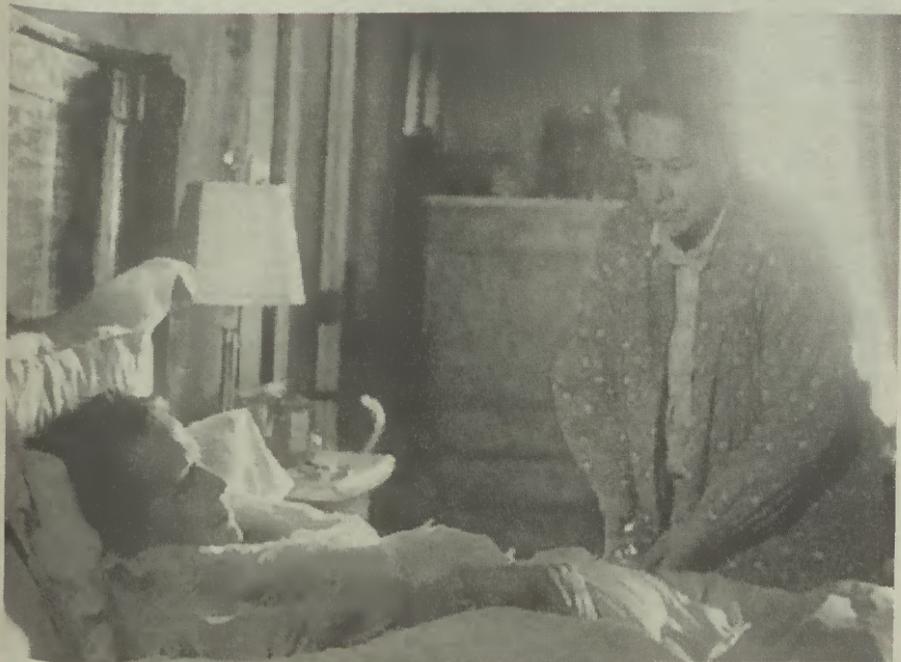


Um imagem do filme dramático «Acto de Amor», de George Miller

## Jackie Brown

(Sexta, 23.20, RTP1)

Outra estreia na TV que assim nos é descrita pela RTP: «*Jackie Brown*, uma hospedeira do ar em fim de carreira, trabalha para uma miserável companhia aérea e para *Ordell*, um traficante de armas, cujo dinheiro vai trazendo discretamente de outras para-



Um fotograma de «Eclipse Total», de Taylor Hackford

## A Colina das Viúvas

(Domingo, 02.00, TVI)

Eis uma fita em tom de comédia, plena de humor irlandês, que nos conta a história de um grupo de viúvas habitando em vivendas contíguas numa estância nos arredores da aldeia de *Kilshan-non*, na Irlanda, e cuja aparente respeitabilidade exterior esconde, em muito, os maiores ou menores pecadilhos em que são capazes de meter-se, sob a tutela da mais velha de entre elas. Um filme cujas referências apontam como mantendo uma atmosfera sedutora e sarcástica, bem realizado por **John Irwin** e com um elenco em que brilham **Mia Farrow**, **Joan Plowright** ou **Natasha Richardson**.

## CABO &amp; SATÉLITE



Lotte Lenya e Kurt Weill

## Homenagem a Kurt Weill

Dedicada ao compositor alemão **Kurt Weill** (1900-1950), companheiro de **Bertolt Brecht** em tantas obras teatrais importantes e compositor de destaque na música moderna de diversas áreas, a noite especial do canal **Muzzik** no próximo sábado serve, também, de algum modo, como um primeiro destaque para comemorar o centenário do seu nascimento. Tudo começa às 20 horas com um programa excepcional - **September Songs** - já há anos transmitido pela RTP e que, realizado, por **Larry Weinstein**, nos põe em contacto com várias canções de **Weill** em vozes (e instrumentos) tão diferentes como os de **Lou Reed**, **Elvis Costello**, **Teresa Stratas**, **William S. Burroughs**, **Nick Cave**, **Charlie Haden** ou **Betty Carter**.



Rubén González

Segue-se às 21.35 um recital de **Lotte Lenya** (mulher de **Kurt Weill**) cantando canções do seu marido. E tudo termina às 21.55 com uma ópera de **Brecht-Weill** - «*Der Lindberghflug, Ozeanflug*» - criada para a rádio em 1929 mas cujo argumento é profundamente cinematográfico: a primeira travessia aérea do oceano Atlântico por **Charles Lindbergh**, aqui visualmente recriada em estúdio pelo realizador **Jean-François Jung**, num programa galardoado com o **Grande Prémio Para as Criações de Vídeo** de Paris (1993). (*Muzzik*, sábado, entre as 20 e as 22.40)

## Um veterano da música cubana

Também no sábado mas meia hora mais tarde, às 23.15, o canal **Arte** homenageia outro grande músico, que gravou aos 77 anos o seu primeiro disco (!), hoje verdadeira vedeta da música popular e com muito maior visibilidade a partir do projecto **Buena Vista Social Club**. Trata-se do genial pianista cubano **Rubén González** que com o seu grupo é o protagonista central do documentário realizado por **Yvan Bodenes** à volta de um concerto no festival **Nuits du Sud** (1999), em Vence (França). (*Arte*, sábado, das 23.15 às 00.10)

gens. Um dia é detida pela polícia mas recusa-se a denunciar *Ordell*, que elimina testemunhas incômodas com extraordinária eficácia, mas a polícia está decidida a manter *Jackie* atrás das grades. *Ordell* sabe que a polícia detectou *Jackie*, mas não sabe se ela o denunciou e arranja forma de a fazer sair sob caução, através de *Max Cherry* que tem uma firma de cauções judiciais. Entre a espada e a parede, *Jackie* decide arriscar e monta um plano genial para fugir à morte, inevitável, às mãos de *Ordell* e a uma, incontornável, pena de prisão. Com o preciso e generoso auxílio de *Max*, *Jackie* não só engana *Ordell* e a polícia como consegue ficar na posse de uma fortuna em dinheiro. Como se vê, tudo boa gente! Só que atrás das câmaras está **Quentin Taranti-**

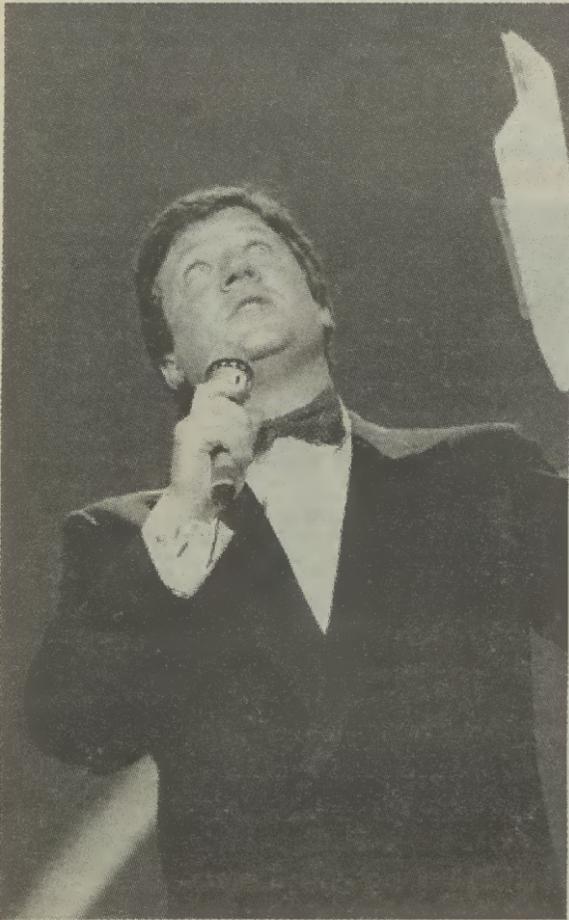
## Foi você que pediu um «Herman-SIC»?

Não é de hoje, nem de ontem, nem de anteontem. Desde há muito – desde que a praga da televisão privada veio contribuir com a sua orientação perversa para que tudo piorasse no reino do audiovisual nacional, ao nivelar por baixo a oferta (e a procura) de televisão no nosso país – que se assiste, como que impunemente, às mesmas desvergonhas.

São os golpes e contragolpes em termos de arrumação das grelhas, de escolhas de programas, de insuflamento artificial dos telejornais.

É a completa subversão do conceito de «horário nobre», para ele fazendo convergir o que de mais rasteiro e primário existe em termos de produção nacional, além do mais iludindo disposições e recomendações sobre a qualidade e percentagens relativas dessa produção.

São as manobras pouco limpas de contraprogramação, agora já em cima da jogada, ou seja, no próprio acto de tal ou tal programa estar a ser transmitido – sempre com um olho no vizinho do lado para, se necessário, alterar todo o alinhamento de uma emissão.



São, finalmente, as indecorosas transferências de efémeras vedetas (sempre as mesmas!), em muitos casos encarando com grande desportivismo qualquer virar de casaca a troco de sonantes recompensas.

O que se passou com Herman José e o seu pleno direito de transferência com armas e bagagens da RTP para a SIC não deixa, mesmo assim, de constituir mais um exemplo do que se verifica todos os dias em matéria de guerra de audiências, acontecendo apenas que o talento e a visibilidade do sujeito (à laia de «quem tem um olho é rei») lhe conferiram um maior fragor, como é fácil de perceber ao consultar as reacções nos «diários de referência» dos dias seguintes à estreia do novo programa no canal de Carnaxide.

É, aliás, curioso e sintomático que, excluindo algumas e honrosas excepções, quer críticos encartados, quer personalidades do mundo da cultura e das artes, quer colunáveis e analistas chamados a torto e direito para se pronunciarem de cátedra

sobre todo e qualquer assunto, se tenham revelado tão benévolos e distraídos perante o fundamental do que estava em jogo, tratando-se (como se tratava) da apreciação àquilo que o próprio «ruído» informativo parecia justificar: a estreia de um novo produto televisivo, saído da cabecinha de um tão badalado e justamente exaltado humorista.

Porque o que mais impressiona negativamente na estreia de domingo passado do «Herman-SIC» é podermos concluir, pela omissão, que o notável génio humorístico do grande cómico talvez se tenha esgotado e despedido de nós na última noite da passagem de ano. Na RTP!

O que mais espanta, pelo insólito, foi a negação, durante parte considerável do programa, de qualquer fogacho de imaginação (agora transformada em preguiçosa rotina) por parte do seu titular, a repetição exaustiva dos mesmos processos e do mesmo figurino do anterior show da RTP, o continuado resvalar para a truculência reles e ordinária, a diminuição progressiva dos espaços de criatividade em que algumas inegáveis réstias de talento ainda se fizeram notar –

como é o caso de alguns, poucos, sketches com Maria Rueff, esse verdadeiro abono de família –, até a pura e simples (e impensável) transferência dos mesmos «bonecos» e «personagens», como se a mudança de canal fosse afinal, apenas e sobretudo, a oportunidade para «sacar» ainda mais!

Como se fosse... e como, na realidade, é! Costuma dizer-se: «que lhe faça bom proveito!» e é caso para agora repetir o dito popular. Mas, bastaria assistir às desbragadas gargalhadas da assistência – reagindo à patética e reveladora despedida de Herman no final do programa, ao encenar uma enganosa comoção perante a entrada na «família SIC», ventura que nem contratos ou dinheiro «seriam capazes de pagar» (!!!) – para perceber que a manha alastra e portanto é descodificável, sendo

que, para os devidos efeitos, nem todos somos comidos por parvos!

O mais espantoso, entretanto, num mundo em que a concorrência e a competição desenfreada são regra de ouro, é a própria postura da SIC. Num país a sério, uma empresa de comunicação social pertencente a um grupo económico desta dimensão jamais poderia correr o risco de se apresentar, perante a opinião pública, como um simples e passivo (e também preguiçoso) receptáculo de um produto televisivo que, com este ou aquele retoque, se configurava à partida como já usado algures e, portanto, descartável!

Neste caso, não só a SIC se não importou com esta reincidência como a terá porventura estimulado: o que, mesmo numa análise clássica dos comportamentos, é sem dúvida paradigmático e simbólico de uma paulatina e degradante inversão de valores na sociedade.

Porhamo-nos a pau!

### TVISTO

■ Francisco Costa

## Nas malhas da repressão

Um manto de amargura cobre o País Basco desde a estrondosa operação de vingança política levada a cabo pelo juiz Baltazar Garzón e pelas suas polícias, encapuçadas ou não, sobre algumas das mais relevantes figuras da esquerda abertzale.

É claro que não esqueço a violência do último atentado da ETA, que em absoluto desaprovo, mas não posso aceitar que ao terrorismo se responda com outra forma de terrorismo.

As razões para explicar esta onda de prisões parecem-me bem frágeis. A acção humanitária que Gorka Martinez dirigia no sector internacional do Herri Batasuna, apoiando os exilados e deportados da ETA no

estrangeiro e de que o brilhante advogado Iñigo Elkoro e a culta e sensível jornalista que é Elena Beloki eram, entre os seus companheiros, representantes altamente qualificados, tem tudo a ver com a paz e não com a guerra. Tive, aliás, ocasião de testemunhar a profunda alegria que eles viveram quando a ETA suspendeu a luta armada, caminho que, a meu ver, deveria ser o do futuro, para a união de todas as forças independentistas e o triunfo da verdadeira justiça no País Basco. Assim não foi, o que muito deploro, mas para tal correu bastante a atitude do governo PP, aumentando ainda a repressão, através de inúmeras e bem inoportunas prisões, e mantendo obstinadamente os presos políticos longe da sua pátria e das suas famílias.

É com profunda tristeza que recorro o belo rosto sorridente de Txaro Buñuel, a altiva e serena postura de Gorka Martinez, que

tanto tem sofrido pelos seus ideais, em sucessivos encarceramentos, a superior inteligência e o amor pelo seu povo de Iñigo Elkoro, a vivacidade e a elegância de Elena Beloki, o seu gosto pela literatura e pela vida.

Resta admitir, esperar que o equívoco, se de equívoco se trata e não de voluntária distorsão dos factos, com carácter de represália, depressa se desfaça e todos estes combatentes da liberdade, que o são pela palavra, pelo diálogo, tantas vezes frustrado, e não pela violência, regressem às suas casas e às suas humanas tarefas. Ou terá desaparecido de Espanha o sentido profundo da verdade e o respeito pelo outro?

### PALAVRAS E CROMOS

■ Urbano Tavares Rodrigues

Nenhum Estado decerto pode, sem se manchar, responder a uma violência, decerto punível, com ondas de violência acobertadas por incertos ou especiosos argumentos, que não raro vão ferir inocentes, como foi o caso (já esclarecido à face de todo o mundo) da condenação dos membros da mesa do Herri Batasuna e dos anos de cárcere que eles padeceram.

Gorka Martinez, Sabin del Bado, Miriam Campos, Txaro Buñuel, Gotzon Reza, Joxerra Antxia, Iñigo Elkoro, Mikel Korta sofrem neste momento não sabemos que pressões. O passado, neste domínio de detenções e interrogatórios, apresenta negras e terríveis ocorrências de transgressões dos direitos humanos, comprovadas por organismos internacionais.

Neles estamos pensando, com afecto, na sua dignidade, na sua coragem, na sua vulnerabilidade de seres humanos.



## CINEMA

## Outro ciclo dedicado a Buñuel

Numa altura em que se comemora o centenário do nascimento do grande cineasta espanhol Luis Buñuel (ver *Escaparate, Avante!*, 03.02), mais um ciclo é agora organizado, desta vez pela **Cinematca Portuguesa**.

Este ciclo começou no passado dia 1 e prosseguirá durante todo o mês de Fevereiro. Para os próximos dias, estão previstos os seguintes filmes: sexta, 11, às 21.30, *La Joven* (The Young One, Méx./EUA/1960); sábado, 12, às 18.30, *Viridiana* (Esp./1961); segunda, 14, 21.30, *Simão do Deserto* (Simon del Desierto, Méx./1965); terça, 15, às 21.30, *A Bela de Dia* (Belle de Jour, Fr./1967); e quinta, 17, às 18.30, *O Charme Discreto da Burguesia* (Le Charme Discret de la Bourgeoisie, Fr./1972).



Fotograma de «O Charme Discreto da Burguesia»

## FADO

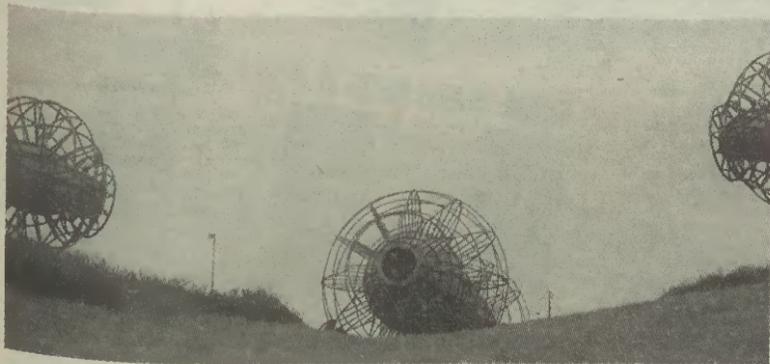
## Camané em Almada

Se mora em Almada não pode perder os espectáculos que estão marcados para amanhã e sábado, às 21.30, no **Fórum Municipal Romeu Correia**.

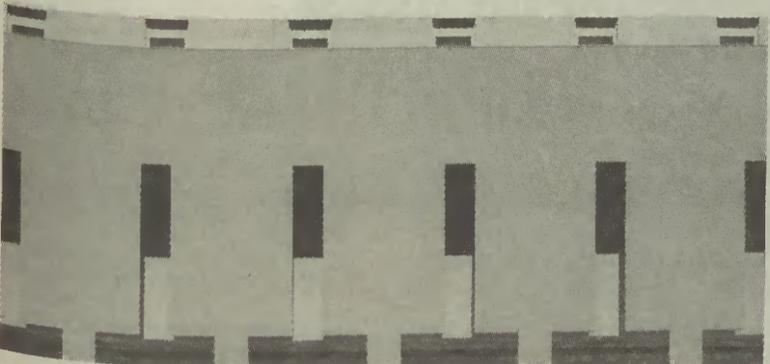
Neles actuará uma das maiores revelações do moderno fado lisboeta, **Camané**, de quem **Carlos do Carmo** afirmou: «... O futuro do fado passará por Camané.» Com textos de grandes poetas e músicas dos fados tradicionais, **Camané** irá muito provavelmente apresentar parte substancial do repertório que gravou no seu último álbum «*Esta Coisa da Alma*» mas certamente que revisitará outras



obras anteriores, como «*Uma Noite de Fados*» (1995) ou «*Na Linha da Vida*» (1998). Na guitarra portuguesa ouviremos **José Manuel Neto**, na viola **Carlos Manuel Proença** e no contrabaixo **Paulo Paz**.



Sérgio Pereira da Silva



Manuel Tainha



José Aurélio

## ESCAPARATE

4 a 13 de Fevereiro 11 to 13th February



## Últimas do I Festival das Músicas e dos Portos

Tal como aqui destacámos na semana passada, chega ao fim esta semana o **I Festival das Músicas e dos Portos**, cujos espectáculos têm conhecido um grande êxito.

Por exemplo, hoje, no **Auditório da Universidade Nova de Lisboa**, para além de uma conferência sobre **Rebetika** a cargo da professora **Gail Holst Wahraft**, terá lugar um concerto com **Maryo e o Tambourlika Ensemble**. Mais tarde, será a vez de o jazz e suas franjas estarem representados por dois excelentes e entusiasmantes projectos de fusão: o do quinteto do saxofonista português **Carlos Martins** e o da **Jazz Black Sea Orchestra**, constituída por alguns dos melhores instrumentistas desta área, da Bulgária, Ucrânia, Turquia, Moldávia, Grécia, Roménia, Geórgia e Rússia. É na **Aula Magna da Reitoria de Lisboa**, a partir das 21.30.

Finalmente, o **Centro Cultural de Belém** será também palco de três dos mais aguardados espectáculos deste festival, como é o caso

da fabulosa voz da cantora grega **Savyna Yannatou** com os instrumentos do grupo **Primavera en Salonico**, na sexta-feira 11; do grupo **Ala dos Namorados** com convidados especiais, entre os quais a cantora **Carmen Linares** (Espanha), no sábado 12; ou, ainda, de um grande encontro de fadistas sob o título genérico **Músicas do Fado** – com a participação de **Beatriz da Conceição**, **Carlos Zel**, **Maria da Nazaré**, **António Rocha** e **Mafalda Arnauth** – que decorrerá no domingo 13. Sempre no **Grande Auditório** e às 21.30.

Este último espectáculo terá ainda uma sessão anterior, na tarde do mesmo domingo 13, mas às 17 horas no salão da «**Voz do Operário**», onde subirá também à cena o último episódio de «**O Julgamento do Chico do Cachene**» que durante toda a semana itinerou por várias casas de fado da capital.



## EXPOSIÇÕES

## Pintura, desenho, escultura e arquitectura

Na **Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea**, a **Câmara Municipal de Almada** inaugurou no passado dia 5 três exposições que a partir de agora estão patentes ao público.

Trata-se de uma exposição de desenho e escultura e de um monumento à Vida, de **Sérgio Pereira da Silva**, na **Galeria do Páteo**; de uma exposição de arquitetura,

de **Manuel Tainha**, na **Galeria de Exposições**; e de uma exposição de desenho, escultura e de um monumento à Paz, de **José Aurélio**, no **Parque de Escultura**.

Horários: terça a sexta das 10 às 18 horas; sábados e domingos das 13 às 18 horas. Encerram às segundas e feriados.

## Fotografia de Jazz no CCB

No **Foyer do Pequeno Auditório do CCB**, será apresentada a partir da próxima quarta-feira uma exposição de fotografias de Jazz realizadas por **José Manuel** entre 1978 e 1999. Intitulada «**In a Sentimental Mood**», esta exposição, nas palavras do autor, «*presta home-*

*nagem a todos os que ligaram a sua vida ao jazz e que aqui são lembrados na memória de Luís Villas-Boas, a quem é dedicada a exposição*» e estará aberta nos dias em que se realizarem espectáculos no **Pequeno Auditório** ou na **Sala de Ensaio**.



Luís Villas-Boas (1986)

## LIVROS



## Sobre um Monte de Lentilhas

Mais um romance cubano, nesta colecção da **Caminho - Uma Terra Sem Amos**. **Rodolfo Alpizar**, o autor, constrói este romance a partir de meados do século XIX, acompanhando personagens desde uma aldeia nas Astúrias até Cuba, um percurso de emigração de tantos espanhóis. Aí começa a saga de uma família – os Caytanos – cem anos de tempo com o pano de fundo das lutas de um povo pela independência que as próprias lutas familiares atravessam. O escritor, que nasceu em Havana em 1947, distinguiu-se não apenas como romancista mas sobretudo como investigador na área linguística, trabalhando actualmente no Instituto de Literatura e Linguística da Academia das Ciências de Havana. Publicou vários contos e é colaborador do jornal *Granma*. A tradução desta edição portuguesa é de **Cristina Rodriguez** e **Artur Guerra**, e a capa de **José Serrão**.



## Percursos

Romance de estreia, este, da autoria de **Manuel Morgado**, que a **Escrita** acaba de lançar. E estreia assinalável, a apontar para mais livros onde o autor possa continuar a verter a sua experiência construindo-a literariamente como aqui se faz. **Manuel Morgado**, que nasceu em Tondela em 1946, sabe, porém, mais do Alentejo, terra de origem. Homem empenhado desde a década de 60, com larga experiência, mais tarde, na área do poder local, a vivência do autor permite-lhe a abordagem, neste livro, de uma variedade de realidades que entrelaça, compondo a realidade do romance, onde o poder, o amor e a memória de atormentados tempos de guerra vêm à tona das páginas, numa linguagem que procura a inovação. Mais uma interessante publicação desta editora, com uma bela capa de **Augusto Gomes**, a partir de um quadro seu. **Percursos** é um feliz primeiro passo de **Manuel Morgado** no caminho da literatura.

# A TALHE DE FOICE

## El Ejido

A bestialidade anda à solta na localidade espanhola de El Ejido, na Andaluzia, na seqüência do assassinato de uma jovem espanhola alegadamente vítima de um imigrante marroquino. Expedições «anti-imigrantes» a acampamentos e habitações de marroquinos estão a incendiar e a destruir tudo o que podem, não matando ainda ninguém porque a polícia e os bombeiros têm conseguido, a tempo, evacuar as vítimas das casas em chamas.

Se o suspeito do crime fosse um autóctone (como tantas vezes acontece por lá e em qualquer parte do mundo), os justiceiros de El Ejido aguardariam tranquilamente que as autoridades cumprissem o seu dever investigando o caso, descobrindo o criminoso, demonstrando-lhe a culpa em tribunal e condenando-o segundo a lei. Mais: se o suspeito fosse não apenas um autóctone, mas igualmente um autóctone possidente, e a vítima fosse não apenas uma autóctone, mas também uma autóctone indiferenciada tipo popular, o vendaval justiceiro nem sequer arripiaria a pele de El Ejido.

Os poderes públicos e privados encarregar-se-iam de circunscrever o drama e esbater a indignação popular, se não fosse de todo possível manter o caso ao abrigo do escândalo.

Mas o suspeito do crime não é um autóctone, nem sequer um estrangeiro «de qualidade». Atrevidamente e pior que tudo, é um simples magrebino. Assim sendo, a urgência de justiça tornou-se um tácito império aproveitado por uns bandos de energúmenos que, na impossibilidade de empalar imediatamente o suspeito na praça pública, saíram em cruzadas nocturnas para defenestrar a vida e a propriedade de toda a comunidade marroquina. Entretanto, os poderes públicos e privados e a sociedade de El Ejido em geral vão-se fechando em casa, numa civilizada indiferença que deixa para a polícia a resolução destes «conflitos entre marginais».

El Ejido é uma cidade agrícola do Sul de Espanha com 52 mil habitantes, que deve a sua recente prosperidade ao plano hidrológico espanhol (que tanta água sonega a Portugal), à agricultura intensiva (nomeadamente à base de estufas intermináveis) e à mão-de-obra sazonal, barata e vulnerável que lhe chega do Magreb, ou seja, de Marrocos. Aliás, foi a conjugação destes três factores, devidamente manejada pelos terratenentes locais e protegida pelo Governo espanhol, que fez

a Andaluzia sair da sua miséria endémica e abrandar-lhe a desertificação ancestral.

Neste quadro, cabe aos magrebinos - e particularmente aos imigrantes de Marrocos - uma parte substantiva no êxito económico recente de El Ejido, mesmo que ninguém pareça ter consciência disso.

Se, num prodígio verdadeiramente justiceiro, todos os magrebinos explodissem de indignação e abandonassem hoje mesmo a Andaluzia para não mais voltar, perceber-se-ia rapidamente na Espanha em geral e em El Ejido em particular a importância desta comunidade imigrante. Quando os frutos apodrescessem todos nas estufas, nas searas e nos pomares porque não havia dezenas de milhares de marroquinos disponíveis para os colher, embalar e distribuir, a economia andaluza entraria em colapso e a prosperidade de El Ejido ruiria como um castelo de cartas.

Num prodígio mais vasto, esta justiça poética poderia sair de El Ejido para ganhar dimensão bíblica. Se todas as comunidades imigrantes, fartas de enxovalhos, abandonassem já hoje e para não mais voltar, a próspera Comunidade Europeia dos Quinze, sobreviria o Caos a mostrar à branca Europa que o seu demiurgo era preto.

■ Henrique Custódio

# Greves a 18 de Fevereiro Administração Pública intensifica a luta

Depois da grande mobilização de dia 27 de Janeiro, os trabalhadores da administração pública vão voltar à luta no próximo dia 18, com a realização de greves em defesa dos seus objectivos.

Dia 27, os trabalhadores da administração pública saíram à rua, para expressar de forma massiva o seu descontentamento, agravado face à contraproposta do Governo de aumentos salariais de 2,2 por cento e de mais 5 escudos no subsídio de refeição.

Na seqüência desta manifestação, a Coordenadora da Frente Comum reuniu e concluiu estando reunidas as condições para a intensificação da luta e a realização de greves dia 18, em defesa dos objectivos reivindicativos comuns.

A luta irá assim prosseguir em torno destes objectivos reivindicativos comuns: salários dignos, carreiras motivadoras, defesa do vínculo de emprego público, combate à precariedade, aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco e justas condições de trabalho.

A Coordenadora considerou ainda que compete aos Sindicatos que integram a Frente Comum equacionar a ulterior prossecução da luta, quer em torno dos objectivos comuns, quer por reivindicações sectoriais.

## Concentração de guardas florestais

Os guardas florestais realizam hoje uma concentração nacional junto à residência oficial do Primeiro-Ministro.

Convocada pela Federação

Nacional dos Sindicatos da Função Pública, esta acção de luta tem por objectivo exigir do Governo a actualização imediata do suplemento de risco, negociada com o Ministério da Agricultura ainda em finais de 1997 e que já deveria ter sido operada em Outubro de 1998.

Nos dias imediatamente anteriores à greve nacional de 3 de Outubro, foi oficialmente garantido aos guardas florestais que o decreto regulamentar que aprova a actualização do suplemento de risco estava já assinado, faltando apenas a sua publicação em Diário da República.

Decorridos quatro meses, o diploma não está publicado e a Federação duvida mesmo que alguma vez tenha sido aprovado.

## Trabalhadores da EPAC exigem garantias

Os trabalhadores da EPAC SA e os da EPAC Comercial, decidiram deslocar-se hoje às secretarias de Estado do Tesouro e Finanças e Secretaria de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar, para solicitar medidas e exigir que lhes sejam dadas garantias sobre o emprego.

A EPAC SA foi dissolvida e integrados os activos e passivos na Direcção Geral do Tesouro, a EPAC Comercial tem um futuro incerto, estando no conjunto em

Internacional». Entretanto o mesmo Estado «ainda não encontrou tempo nem meio para clarificar e assumir compromissos perante os trabalhadores,



Trabalhadores da administração pública continuam a luta

causa 250 postos de trabalho. Em documento distribuído à imprensa, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio lembra que, como *pessoa de bem*, o Estado vai «promover o pagamento de mais de 50 milhões de contos de dívidas e serviço da dívida, à Banca Nacional e

que apenas reclamam o direito ao trabalho, por isso a integração, em postos de trabalho disponíveis, nas condições de todos os outros trabalhadores».

«Os trabalhadores têm o direito a saber do seu futuro profissional», conclui o comunicado dos trabalhadores da EPAC.

# MAIS JUSTIÇA FISCAL

Menos impostos sobre o trabalho

**As propostas do PCP**

Uma reforma fiscal com mais justiça e por melhor Segurança Social

Medidas para a diminuição da Carga Fiscal sobre os Rendimentos do Trabalho (IRS)

Salário	IRS	IRS (proposta)	Variação
100	12	10	-2
1200	12,82	10,71	-2,11
1500	15,74	13,14	-2,60
1800	18,66	15,52	-3,14
2000	20,71	17,62	-3,09
2500	25,91	22,84	-3,07

**Saiba quem paga e quem recebe**

**Campanha do PCP «Por mais justiça fiscal»**



## Carlos Carvalho encontra-se com Reitores

Uma delegação do PCP, incluindo o Secretário-geral, Carlos Carvalho e Edgar Correia, da Comissão Política, encontrou-se terça-feira passada com o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

A reunião, que decorreu na Quinta de S. Miguel dos Arcos, insere-se num conjunto de iniciativas do PCP sobre os problemas do ensino superior, par-

ticularmente os relativos ao Orçamento de Estado para o ano 2000, ao financiamento do sistema público e à elaboração de uma lei-quadro para o sector.

O Secretário-geral do PCP avistou-se já com a Presidência do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos e decorreram contactos de delegações do PCP com as Universidades de Lisboa e de Coimbra.

## Campanha do PCP «Por mais justiça fiscal»

«Por mais justiça fiscal nos impostos», por menos impostos sobre o trabalho, é o lema de uma campanha promovida pelo PCP e que irá decorrer entre os dias 15 e 28 de Fevereiro.

A campanha é apoiada por diversos materiais informativos e de propaganda, nomeadamente suporte audiovisual, um folheto, um autocolante, um postal.

O postal é um material para recolha de assinaturas a entregar posteriormente ao governo, exigindo mais justiça social e menos impostos sobre o trabalho. Esta recolha de assinaturas poderá prolongar-se até 11 de Março, de forma a permitir a sua entrega antes da votação final do orçamento de Estado.

O folheto denuncia a injustiça da política fiscal e divulga as propostas do PCP, nomeadamente as medidas contra a fraude e a evasão fiscais e as medidas para a diminuição da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho (IRS).

No âmbito desta campanha serão ainda produzidos tempos de antena TV e Rádio, que irão para o ar no dia 24 de Fevereiro.

Esta iniciativa inclui acções de contacto com as pessoas e a promoção de debates, colóquios, mesas-redondas.

